

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS - DOUTORADO

MARA ÁGUIDA PORFÍRIO MOURA

**IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: EFEITOS
DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS NA TAXA DE CONCLUSÃO DE CURSO DA
GRADUAÇÃO PRESENCIAL - TCG**

Teresina – PI
MARÇO/ 2018

MARA ÁGUIDA PORFÍRIO MOURA

**IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: EFEITOS DAS
CONDIÇÕES PRÉVIAS NA TAXA DE CONCLUSÃO DE CURSO DA GRADUAÇÃO
PRESENCIAL - TCG**

Tese de Doutorado apresentada à Banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí para a obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Linha de Pesquisa: “Estado, Sociedade e Políticas Públicas”.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Guiomar de Oliveira Passos.

Teresina – PI
MARÇO / 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras

Serviço de Processamento Técnico

M929i Moura, Mara Águida Porfirio.

Implementação do REUNI nas universidades federais: efeitos das condições prévias na taxa de conclusão de curso da graduação presencial - TCG / Mara Águida Porfirio Moura. – 2018.

112 f. : il.

Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, 2018.

Orientação: Prof^a. Dr.^a Guiomar de Oliveira Passos.

1. Programa REUNI. 2. Implementação de Políticas Públicas. 3. Legado das Políticas Prévias. 4. Taxa de Conclusão de Curso - Graduação. I. Título.

CDD 351.007 3

MARA ÁGUIDA PORFÍRIO MOURA

**IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: EFEITOS DAS
CONDIÇÕES PRÉVIAS NA TAXA DE CONCLUSÃO DE CURSO DA GRADUAÇÃO
PRESENCIAL - TCG**

Tese de Doutorado apresentada como requisito à obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Piauí.

Área de Concentração: Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

APROVADA, em 28 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Guiomar de Oliveira Passos - UFPI
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria do Rosário de Fátima e Silva - UFPI
Membro Interno

Prof. Dr. Luís Carlos Sales – UFPI
Membro Interno

Prof. Dr. Luiz Carlos Carvalho de Oliveira – UESPI
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Maria Carmem Bezerra Lima – UESPI
Membro Externo

Nunca se esqueça da Mensagem da Virgem
Nossa Senhora de Fátima: “Não temais.
Tendes confiança. Eu vos assistirei, sempre”.

Ao meu querido Paulo Moura, pelo carinho, compreensão e pela presença incansável com que me apoiou ao longo do período de elaboração desta tese. A minha filha, Mayara Águida, companheira e amiga. Ao meu filho, Lucas Henrique, pela sua dedicação e incentivo em todas as fases desta construção.

A minha mãe, saudades eternas.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, quero agradecer a Deus, por ter abençoado todos os dias da minha vida, por iluminar meu caminho e me dar forças para seguir sempre em frente.

A minha orientadora, Professora Dr.^a Guiomar de Oliveira Passos, pela destreza, dedicação, profissionalismo e pelas orientações que tanto contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa, muito obrigada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, pelas contribuições científicas e esmero nas aulas ministradas no curso de doutorado.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, pela atenção, disponibilidade e dedicação nas informações prestadas.

Aos colegas doutorandos, pelo companheirismo e solidariedade durante a realização do doutorado.

A todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização deste trabalho.

RESUMO

O estudo volta-se para o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, examinando o alcance da meta global prevista no Decreto nº 6.096/2007: taxa de conclusão do curso de graduação presencial de 90% e relação de 18 alunos de graduação presencial por professor ao final de cinco anos. Focaliza-se a Taxa de Conclusão de Curso (TCG), comparando os fins estipulados com os alcançados e verificando a influência das condições prévias à implementação do Programa nas instituições que tiveram o maior e o menor resultado. Por conseguinte, investigam-se os resultados da implementação a fim de identificar os fatores que levaram ao êxito ou ao fracasso do REUNI, oferecendo elementos para visualizar os obstáculos enfrentados pela política e apresentando uma perspectiva de análise que combina o estudo da fase da implementação com o exame dos efeitos do legado das políticas prévias nos resultados alcançados, o que consiste numa abordagem do Programa sob uma perspectiva ainda não adotada. Para isso, vale-se de pesquisa documental consubstanciada no Decreto e Portarias instituidores, nos Relatórios de Gestão das 53 IFES participantes e nas publicações, as mais variadas, das instituições com o melhor e pior desempenho em termos da TCG desejada. Constatou-se que, nas 53 IFES, a TCG saiu da faixa de 67 a 90 em 57% das IFES para 44 a 67 em 58,5%, significando que, enquanto antes mais da metade tinha uma taxa superior a 67%, após a implementação, mais da metade tinha menos de 67%, ou seja, reduziu-se a taxa e em um maior número de instituições. As taxas médias nas regiões variaram de 48,3%, na Norte, a 68,3%, na Sudeste, sendo a homogeneidade em torno da média medida pelo desvio padrão e coeficiente de variação, na primeira maior do que na segunda, por conseguinte, mais instituições na região Norte ficaram mais distantes do resultado desejado do que na região Sudeste. Nesta, tem-se a única que alcançou, ao final de cinco anos, a meta prevista, a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL (TCG de 108,5%) e, naquela, a que teve o pior desempenho, a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA (TCG de 36,0%). Essas instituições têm histórias semelhantes, mas a da Amazônia, localizada na capital, tinha TCG, antes do Programa, entre 2003 e 2007, de 62,6% e 64,7%, e a de Alfenas, localizada no interior do estado, tinha TCG de 101,1% e 102,3%. Assim, enquanto a UFRA reduziu a já reduzida TCG, a UNIFAL ampliou, evidenciando que a situação anterior influenciou nos resultados e que a ampliação do acesso ao ensino superior, como desejava o Decreto instituidor não decorreu do aumento da eficiência das IFES, como preconizava o REUNI, pelo contrário, esse agravou as condições existentes, reduzindo o desempenho de 39 das 53 das IFES, inclusive das seis que tinham TCG igual ou superior a 90% em 2008. Portanto, os fins estipulados não foram alcançados na quase totalidade das instituições, registrando-se a influência das condições prévias à implementação do Programa naquelas que obtiveram o melhor e o pior resultado.

PALAVRAS – CHAVE: Programa REUNI. Implementação de Políticas Públicas. Legado das políticas prévias. Taxa de conclusão de curso de graduação.

ABSTRACT

The study is based on the Support Program for Federal Universities' Restructuring and Expansion Plan– REUNI (Portuguese acronym), examining the scope of the global goal foreseen in Decree No. 6,096 / 2007: 90% completion rate of face-to face undergraduate course and the ratio 18 undergraduate students per teacher at the end of five years. The Course Completion Rate (TCG –Portuguese acronym) is focused, comparing the stipulated ends with those reached and verifying the influence of conditions previous to the implementation of the Program in the institutions that had the highest and the lowest result. Therefore, the results of the implementation are investigated in order to identify the factors that led to the success or failure of REUNI, providing elements to visualize the obstacles faced by the policy and presenting a perspective of analysis that combines the study of the implementation phase with the examination of the effects of previous policies legacy on the achieved results, which is an approach of the Program from a perspective not yet adopted. In order to do this, it relies on documentary research embodied in the Decree and Institutional Ordinances, in the Management Reports of the 53 participating IFES, and in the most varied publications of the institutions with the best and worst performance in terms of the desired TCG. It was found that in the 53 IFES, the percentage dropped from 67 to 90 in 57% of the IFES to 44 to 67 in 58,5%, meaning that while more than half had a rate of over 67% after implementation, more than half had less than 67%, that is, it dropped and in a greater number of institutions. The average rates in the regions ranged from 48,3% in the North to 68,3% in the Southeast, with the homogeneity around the mean, measured by the standard deviation and coefficient of variation, in the first one higher than the second. Therefore, more institutions in the Northern Region were more distant from the desired result than in the Southeast. At the end of five years, the only one that reached the expected goal was the Federal University of Alfnas - UNIFAL (108,5% TCG) and in the one that had the worst performance, the Federal Rural University of Amazonia - UFRA (36,0% TCG). These institutions have similar histories, but one, located in the capital, had 62,6% and 64,7% TCG, before the Program between 2003 and 2007, and the other one, located upstate had 101, 1% and 102,3% TCG. Thus, while UFRA reduced the already reduced TCG, UNIFAL expanded it, showing that the previous situation influenced the results and that the expansion of access to higher education, as desired by the instituting decree was not the result of the increased efficiency of IFES as advocated by REUNI, on the contrary, it exacerbated the existing conditions, reducing the performance of 39 of the 53 IFES, including six that had a 90% TCG or higher in 2008. Therefore, the stipulated goals were not reached in almost all the institutions, registering the influence of conditions previous to the implementation of the Program on those that obtained the best and the worst result.

KEYWORDS: REUNI Program. Implementation of Public Policies. Legacy of previous policies. Graduation course completion rate.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Instituições e Número de Relatórios de Gestão Avaliados entre 2008 e 2012.	37
Tabela 2 -	Distribuição das IFES segundo a Frequência da Taxa de Conclusão do Curso de Graduação Registrada entre 2008 e 2012.	38
Tabela 3 -	Distribuição das IFES segundo a Frequência da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação em 2008 e 2012.	38
Tabela 4 -	Média, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES, de 2008 a 2012.	39
Tabela 5 -	Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte após a Implementação do REUNI, de 2008 a 2012.	44
Tabela 6 -	Média, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Norte, de 2008 a 2012.	44
Tabela 7 -	Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das IFES da Região Nordeste após a Implementação do REUNI, de 2008 a 2012.	49
Tabela 8 -	Média, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Nordeste, de 2008 a 2012.	50
Tabela 9 -	Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das IFES da Região Sul após a Implementação do REUNI, de 2008 a 2012.	55
Tabela 10 -	Média, Desvio-Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Sul, de 2008 a 2012.	56
Tabela 11 -	Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das IFES da Região Sudeste após a Implementação do REUNI, de 2008 a 2012.	60
Tabela 12 -	Média, Desvio-Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Sudeste, de 2008 a 2012.	61
Tabela 13 -	Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste após a Implementação do REUNI, de 2008 a 2012.	66
Tabela 14 -	Média, Desvio-Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Centro-Oeste, de 2008 a 2012.	67
Tabela 15 -	Média da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das Regiões, no Programa do REUNI, de 2008 a 2012.	71
Tabela 16 -	Declínio da Média da Taxa de Conclusão do Curso de Graduação das IFES, Programa do REUNI, de 2008 a 2012.	72

Tabela 17 -	Instituições que Apresentaram a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG igual ou maior que 90%, do Programa REUNI, de 2008 a 2012.	72
Tabela 18 -	Relação das IFES pela Ordem Decrescente de Alcance da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, do Programa REUNI, em 2012.	73
Tabela 19 -	Síntese dos Resultados do Setor Administrativo da UNIFAL - Programa REUNI 2008 – 2012.	81
Tabela 20 -	Síntese dos Resultados do Ensino da UNIFAL após Adesão ao Programa REUNI, 2008 – 2012.	82
Tabela 21 -	Resultados do Número de Matrículas no Ensino Superior da UNIFAL, Programa REUNI 2008 – 2012.	84
Tabela 22 -	Síntese dos Resultados da Pós-Graduação da UNIFAL - Programa REUNI 2008 – 2012.	85
Tabela 23 -	Alocação de Recursos para Despesas de Custeio e Capital da UNIFAL - Programa REUNI. 2008 – 2012.	87
Tabela 24 -	Número de Servidores Técnico-Administrativos e Docentes da UFRA no Programa REUNI 2008 – 2012.	91
Tabela 25 -	Síntese dos Resultados do Ensino da UFRA após Adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012.	92
Tabela 26 -	Número de Cursos e Matrículas da Pós-Graduação da UFRA após Adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012.	94
Tabela 27 -	Balanco Orçamentário da UFRA no Primeiro Ano de Adesão ao Programa REUNI, 2008.	95
Tabela 28 -	Taxa de Conclusão de Curso de Graduação Antes e Depois do Processo de Implementação do Programa REUNI de 2003 a 2007 e de 2008 a 2012.	98
Tabela 29 -	Evolução do Número de Ingressantes e Concludentes nas IFES UNIFAL e UFRA, de 2003 a 2012.	99

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Fotos da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL- MG, em
1914 e 2014. 81
- Figura 2 - Universidade Federal Rural da Amazônia. 82

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Distribuição das IFES segundo a Frequência da Taxa de Conclusão do Curso de Graduação em 2008 e 2012.	39
Gráfico 2 -	Média Nacional da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, entre 2008 e 2012.	40
Gráfico 3 -	Média Nacional da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012.	40
Gráfico 4 -	Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	41
Gráfico 5 -	Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012.	41
Gráfico 6 -	Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	42
Gráfico 7 -	Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012.	42
Gráfico 8 -	Média das Regiões da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	43
Gráfico 9 -	Média da Região Norte da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	45
Gráfico 10 -	Média da Região Norte da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	45
Gráfico 11 -	Média da Região Norte da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	46
Gráfico 12 -	Desvio Padrão da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	47
Gráfico 13 -	Desvio Padrão da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte das IFES do REUNI, de 2008 e 2012.	47
Gráfico 14 -	Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	48
Gráfico 15 -	Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte das IFES do REUNI, de 2008 e 2012.	48
Gráfico 16 -	Média da Região Nordeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	50
Gráfico 17 -	Média da Região Nordeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	51

Gráfico 18 - Média da Região Nordeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012.	52
Gráfico 19 - Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Nordeste do REUNI, de 2008 a 2012.	52
Gráfico 20 - Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Nordeste do REUNI, de 2008 e 2012.	53
Gráfico 21 - Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Nordeste do REUNI, de 2008 a 2012.	54
Gráfico 22 - Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Nordeste do REUNI, de 2008 e 2012.	54
Gráfico 23 - Média da Região Sul da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	56
Gráfico 24 - Média da Região Sul da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	57
Gráfico 25 - Média da Região Sul da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012.	57
Gráfico 26 - Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sul do REUNI, de 2008 a 2012.	58
Gráfico 27 - Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sul do REUNI, de 2008 e 2012.	58
Gráfico 28 - Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sul do REUNI, de 2008 a 2012.	59
Gráfico 29 - Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sul do REUNI, de 2008 e 2012.	59
Gráfico 30 - Média da Região Sudeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	62
Gráfico 31 - Média da Região Sudeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012.	63
Gráfico 32 - Média da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 e 2012.	63
Gráfico 33 - Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 a 2012.	64
Gráfico 34 - Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 e 2012.	64

Gráfico 35 -	Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 a 2012.	65
Gráfico 36 -	Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 e 2012.	65
Gráfico 37 -	Média da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 a 2012.	67
Gráfico 38 -	Média da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 a 2012.	68
Gráfico 39 -	Média da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 e 2012.	68
Gráfico 40 -	Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 a 2012.	69
Gráfico 41 -	Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 e 2012.	69
Gráfico 42 -	Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 a 2012.	70
Gráfico 43 -	Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 e 2012.	70
Gráfico 44 -	Número de Servidores da UNIFAL - Programa REUNI, de 2008 a 2012.	81
Gráfico 45 -	Número de Curso de Graduação Presencial da UNIFAL, após adesão ao Programa REUNI, de 2008 a 2012.	82
Gráfico 46 -	Número de Vagas de Graduação Presencial da UNIFAL, após Adesão ao Programa REUNI, de 2008 a 2012.	83
Gráfico 47 -	Número de Matrículas na Graduação Presencial da UNIFAL após Adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012.	83
Gráfico 48 -	Percentual de Matrículas Noturnas em Relação ao Total de Matrículas nos Cursos Presenciais da UNIFAL após adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012.	84
Gráfico 49 -	Número de Matrículas Noturnas da Graduação Presencial da UNIFAL após Adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012.	85
Gráfico 50 -	Número de Matrículas da Pós-Graduação da UNIFAL - Programa REUNI 2008 – 2012.	86
Gráfico 51 -	Síntese do Número de Matrículas da UNIFAL - Programa REUNI 2008 – 2012.	86
Gráfico 52 -	Número de Servidores Técnico-Administrativos e Docentes da	91

UFRA no Programa REUNI, 2008 – 2012.

Gráfico 53 -	Número de Cursos de Graduação Presenciais da UFRA – Programa REUNI 2008 – 2012.	92
Gráfico 54 -	Número de Vagas Ofertadas na Graduação Presencial da UFRA - Programa REUNI, de 2008 a 2012.	93
Gráfico 55 -	Número de Matrícula da Graduação Presencial da UFRA - Programa REUNI, de 2008 a 2012.	93
Gráfico 56 -	Número de Cursos de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da UFRA - Programa REUNI, 2008 – 2012.	94
Gráfico 57 -	Número de Matrículas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da UFRA - Programa REUNI, 2008 – 2012.	95
Gráfico 58 -	Taxa de Conclusão de Curso de Graduação na UNIFAL e na UFRA antes (2003 a 2007) e depois (2008 a 2012) da Implementação do Programa REUNI.	98
Gráfico 59 -	Número de Concludentes UNIFAL e UFRA de 2003 a 2012.	100
Gráfico 60 -	Número de Ingressantes UNIFAL e UFRA de 2003 a 2012.	100

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BI	Bacharelados Interdisciplinares
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEUFE	Centro Universitário Federal de Alfnas
DDE	Docentes Equivalentes de Dedicção Presenciais
DIP	Diplomados nos Cursos de Graduação Presenciais
DPG	Dedução de Pós-Graduação
EAA	Escola de Agronomia da Amazônia
EAD	Educação a Distância
EFOA	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfnas
FCAP	Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
FIES	Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
ICIBE	Instituto Ciberespacial
IFES	Instituição Federal do Ensino Superior
ISARH	Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos
ISPA	Instituto de Saúde e Proteção Animal -ISPA
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ING ₅	Ingressos oferecidos pela Instituição cinco anos antes
MAT	Matrículas Projetadas em Cursos de Graduação Presenciais
MEC	Ministério da Educação
NGP	Nova Gestão Pública
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PingIFES	Plataforma Integrada para Gestão das Instituições Federais do Ensino Superior
PLAIN	Planejamento Estratégico Institucional
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
Procampo	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciamento em Educação Superior
PROUNI	Programa Universidade para Todos

RAP	Relação de alunos de Graduação Presencial por Professor
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESu	Secretaria de Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TCG	Taxa de Conclusão de Curso de Graduação Presencial
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCEG	Universidade Federal de Campina Grande
UFCSA	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal do Grande Dourado
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEl	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia

UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João Del-Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa – MG
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá – MG
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
2	O PROGRAMA REUNI: DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO	25
2.1	Programa REUNI	25
2.2	Implementação de políticas públicas: teorias e práticas	30
2.2.1	Aspectos teóricos da implementação de políticas públicas	30
2.2.2	Implementação do Programa REUNI	34
3	DESEMPENHO DAS IFES SEGUNDO A TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – TCG	37
3.1	Desempenho das IFES, segundo a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação -TCG, após a implementação do REUNI, de 2008 a 2012	37
4	UNIFAL E UFRA: HISTÓRIA E DESEMPENHO DE 2008 A 2012	76
4.1	A implementação do REUNI na instituição com melhor resultado em relação à Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG	76
4.1.1	Histórico e perfil institucional da UNIFAL	76
4.1.2	Dados e números da UNIFAL após a implementação do REUNI	80
4.2	A implementação do REUNI na instituição com pior resultado em relação à Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG	87
4.2.1	Histórico e perfil institucional da UFRA	88
4.2.2	Dados e números da UFRA após a implementação do REUNI	90
5	LEGADODAS CONDIÇÕES PRÉVIAS DO REUNI NA TAXA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO – TCG, NAS IFES COM O MELHOR E O PIOR DESEMPENHO	97
5.1	Legado das condições prévias do REUNI na UNIFAL e UFRA.	97
6	CONCLUSÃO	102
	REFERÊNCIAS	106

1 INTRODUÇÃO

Este estudo volta-se para o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, examinando o alcance da meta global prevista no § 1º do art. 1º do Decreto nº 6.096/2007: “elevação gradual da taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007).

O Programa REUNI foi regulamentado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e previa “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

A meta global do Programa envolvia os seguintes indicadores: a Taxa de Conclusão do Curso de Graduação Presencial – TCG e a Relação de Alunos de Graduação Presencial por Professor – RAP. O primeiro é obtido pela relação de alunos diplomados e ingressantes, considerando-se o tempo de cinco anos, e o segundo, pela relação entre a quantidade de alunos e o número de docentes-equivalentes, deduzindo-se os docentes que atuam na pós-graduação.

Sua implementação, assim como o acompanhamento e avaliação das metas pactuadas, conforme o documento “Diretrizes Gerais do REUNI”, elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, tinha como base o plano de adesão de cada Instituição Federal do Ensino Superior – IFES.

Examina-se, neste estudo, o alcance da meta global, tendo como ponto de partida a comparação dos fins estipulados com os alcançados para identificar as instituições que ficaram mais perto e as que ficaram mais longe do desejado. A essa abordagem acrescenta-se o “legado das políticas prévias” (SKOCPOL; AMENTA, 1986; SÁTYRO, 2007), isto é, o desempenho das instituições em termos da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, antes do REUNI.

Para isso, analisam-se os resultados obtidos pelas IFES após a implementação do Programa por meio dos parâmetros de aferição da meta global definidos pelos formuladores da política, uma vez que não seria adequado avaliar o Programa considerando parâmetros distintos aos estabelecidos no processo de formulação da política. Desse modo, comparam-se os “fins estipulados na formulação dos programas com os resultados que foram alcançados” (FREY, 2000, p. 228) e, com isso, examina-se “[...] até que ponto a encomenda da ação foi cumprida e quais as causas de eventuais ‘déficits de implementação’” (FREY, 2000, p. 228).

A intenção do estudo é responder aos seguintes questionamentos:

1. Que resultados, tomando por base os parâmetros definidos na Portaria nº 552 SESu/MEC 2007, foram obtidos pelas IFES em relação à meta global do REUNI de 2008 a 2012? Que instituições tiveram os melhores e os piores resultados? Como são essas instituições?
2. Os resultados foram influenciados pela situação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG anterior à implementação do REUNI? O número de ingressantes e concludentes, antes da implementação, afetou esses resultados?

Essa é uma perspectiva ainda não adotada nos estudos do Programa REUNI, seja nos realizados pelo governo, seja por pesquisadores da temática. O governo, por meio do Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012, intitulado “Análise sobre a expansão das universidades federais de 2003 a 2012”, examinou os resultados considerando as “metas e compromissos assumidos pelo Ministério da Educação e pelas IFES” (BRASIL, 2012, p. 38), e concluiu que, “foram cumpridos, inaugurando-se uma nova realidade para o ensino superior federal, fruto de investimento forte e dedicado à expansão das IFES” (BRASIL, 2012, p. 38).

Os pesquisadores têm estudado o acesso e a permanência, ora focalizando o primeiro com desvantagens socioeconômicas e educacionais (ARRUDA, 2011); ora os alunos com deficiência (MARTINS, 2012); ora a democratização e redução das desigualdades (MACIEL, 2014), o trabalho docente (GREGÓRIO, 2011) e as consequências na arquitetura acadêmica da graduação (MEDEIROS, 2012); o financiamento disponível para a expansão do Programa (MELO, 2011); os recursos investidos, os recursos repassados e a execução orçamentária; as estruturas organizacionais, examinando a socialização organizacional das IFES (ANDRADE, 2011; PEREIRA, 2012); as configurações do Plano Institucional a partir das diretrizes do Programa (SILVA, 2011) e a gestão (KOGLIN, 2011; ARÁUJO, 2011). Esses estudiosos enfocam o planejamento (LUGÃO, 2011), os desafios da expansão para os gestores das IFES (SILVA, 2013), a influência da Nova Gestão Pública sobre a execução do Programa nas IFES (CARDOSO, 2016), a organização das universidades (PEREIRA, 2012), a influência do REUNI na eficiência das IFES (OLIVEIRA, 2013), e as obras de infraestrutura do REUNI (BITTENCOURT, 2015).

O que aqui se investiga são os resultados da implementação para identificar os fatores que levaram ao êxito ou ao fracasso do REUNI. Essa é uma etapa do ciclo da política pública que diz respeito ao momento em que, já formulada, entra em ação e é colocada em prática (LOTTA, 2010, p. 27). Consiste em um “conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores quanto às políticas” (RUA, 1998, p. 244). Nelas,

estão incluídas tanto as atividades-meio, que viabilizam o desenvolvimento do programa, quanto a atividade-fim, a execução propriamente dita antes que se torne rotineira (DRAIBE, 2001). Dela depende o êxito ou o fracasso de uma política pública (LOTTA, 2010).

Na compreensão de Secchi (2010), a importância “de se estudar a fase da implementação está na possibilidade de visualizar, por meio de instrumentos analíticos mais estruturados, os obstáculos e as falhas que costumam acometer essa fase do processo nas diversas áreas de políticas públicas” (SECCHI, 2010, p. 45) e até mesmo “visualizar erros anteriores à tomada de decisão, a fim de detectar problemas mal formulados, objetivos mal traçados, otimismo exagerado” (SECCHI, 2010, p. 45).

Neste estudo, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica teve como base as publicações (teses, dissertações, livros e artigos) produzidas antes, durante e depois da vigência do Programa que abordam o processo de sua implementação, o alcance do objetivo e da meta, a avaliação de documentos que o compõem e os resultados alcançados pelas instituições, bem como as obras referenciais sobre as políticas públicas, notadamente sua implementação. Entre estas, destacam-se os trabalhos de: Arretche (2001), Draibe (2001), Lima e D’Ascenzi (2013), Lotta (2010), Secchi (2010), Serafim e Dias (2012), Silva e Melo (2000), Souza (2006) e Rua (1998). Entre aquelas, destacam-se: Arruda (2011; 2013), Cardoso (2016), Gregório (2011), Maciel (2014), Oliveira (2013) e Lugão (2011).

A pesquisa documental envolveu: o Decreto nº 6.096/2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI; as Diretrizes Gerais do REUNI - documento elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º § 2º do Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007; o Plano de Reestruturação e Expansão das IFES – Contrato de Adesão das IFES em 2007; o Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012 – análise sobre a Expansão das Universidades Federais de 2003 a 2012 e os Relatórios de Gestão das 53 IFES que aderiram ao programa em 2007 e que constam no Primeiro Relatório do REUNI em 2008. Os dados sobre a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação Presencial – TCG, das 53 IFES foram organizados em tabelas no Excel, por regiões e ano, sendo aferida a média, o desvio padrão e o coeficiente de variação.

A análise dos documentos e os resultados encontrados sobre o alcance da meta global do REUNI nas IFES aliada às contribuições teóricas dos autores abordados resultaram neste trabalho que se encontra organizado em seis partes. A introdução, ora apresentada, a segunda parte, “O Programa REUNI: desenho e implementação”, em que se analisa seu instrumento legal, o Decreto nº 6.096/2007, e o documento complementar, Diretrizes Gerais do REUNI, que

orientou e auxiliou as instituições federais de ensino superior na adesão e formulação do Plano de Reestruturação e Expansão do Programa. Em seguida, expõe-se a fundamentação teórica sobre a implementação de políticas públicas e, por fim, listam-se os parâmetros de mensuração da Meta Global do REUNI, conforme a Portaria nº 552 SESu/MEC no processo de implementação junto às IFES.

Na terceira parte, aborda-se o “Desempenho das IFES segundo a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG”, aferem-se os resultados da meta e o desempenho das instituições federais de ensino superior em relação à Taxa de Conclusão do Curso de Graduação Presencial – TCG, conforme os parâmetros estabelecidos na Portaria nº 552 SESu/MEC.

Na quarta parte, analisam-se “Os resultados da implementação do REUNI no alcance da Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação Presencial – TCG”, apresenta-se a instituição com o melhor alcance em relação à Taxa de Conclusão de Curso, a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, a instituição com o pior resultado, a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, e os dados e números obtidos por essas instituições ao longo da vigência do REUNI, de 2008 a 2012.

Em seguida, na quinta parte, “Legado ou *Feedback* das políticas prévias antes do REUNI nas IFES com o melhor e o pior alcance da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação Presencial – TCG”, apresenta-se a definição do legado ou *feedback* das políticas (SÁTYRO, 2007; SKOCPOL; AMENTA, 1986), processos e conceitos envolvidos e o legado da situação encontrada quando da implementação do REUNI. Esse capítulo foi configurado por meio da análise dos indicadores que compõem o parâmetro de aferição da meta global, Taxa de Conclusão de Curso de Graduação - TCG, número de concludentes e número de ingressantes dos cursos de graduação presencial cinco anos antes do REUNI, ou seja, de 2003 a 2007, nas instituições com o melhor e o pior resultado nesse parâmetro.

Na conclusão, analisam-se os resultados obtidos pelas IFES em relação à meta global, caracterizando aquelas que obtiveram o melhor e o pior resultado na Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG, durante a implementação do Programa, de 2008 a 2012, e examinando como foram influenciados pela Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG anterior à implementação.

2 O PROGRAMA REUNI: DESENHO E IMPLEMENTAÇÃO

Este tópico apresenta o Programa REUNI, analisando seu instrumento legal, o Decreto nº 6.096/2007, e o documento complementar, Diretrizes Gerais do REUNI, que orientou e auxiliou as instituições federais de ensino superior na adesão e formulação do Plano de Reestruturação e Expansão do Programa. Em seguida, expõem-se as teorias relativas à implementação de políticas públicas e, por fim, listam-se os parâmetros de mensuração da Meta Global do REUNI, conforme a Portaria nº 552 SESu/MEC no processo de implementação junto às IFES.

2.1 PROGRAMA REUNI

O Programa REUNI originou-se da Proposta de Expansão e Modernização do Sistema Público Federal de Ensino Superior, elaborada e divulgada pelos representantes da Associação Nacional de Dirigentes das IFES – ANDIFES, em 05 de agosto de 2003, (ANDIFES, 2003), nas discussões do projeto da ‘Universidade Nova’ em 2006, apresentado pelo Prof. Naomar Monteiro, na época, reitor da Universidade Federal da Bahia - UFBA (TONEGUTTI; MARTINS, 2009; MOTA SOBRINHO, 2016; SABÓIA, 2015), e se concretizou com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE 2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.094/2007.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, ao tempo em que apresenta uma concepção sistêmica de educação que não apenas articula todos os níveis e modalidades de ensino, como a vincula ao território e ao desenvolvimento, consiste “num conjunto de programas que visam dar consequências às metas quantitativas estabelecidas” no Plano Nacional de Educação – PNE (2001 – 2010) (BRASIL, 2007c, p.7).

Os programas educacionais previstos pelo PDE - 2007, mais de quarenta, organizam-se “em quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização” (BRASIL, 2007c). O REUNI, ao lado do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), do Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), integra o eixo do ensino superior. Esse eixo, conforme o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), norteia-se pelos seguintes princípios:

- i) expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tenham acesso a esse nível educacional,
- ii) garantia de qualidade, pois não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade,
- iii) promoção de inclusão social pela educação, minorando nosso histórico de desperdício de talentos, considerando que dispomos comprovadamente de

significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica,
iv) ordenação territorial, permitindo que ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do País, e
v) desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da Nação (PDE, 2007c, p. 26).

O REUNI tem como “fim imediato”, conforme o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), o “aumento das vagas de ingressos e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação”, mas também almeja: “[...] melhorar os indicadores das instituições federais de educação superior, projetando alcançar um milhão de matrículas de graduação [...]” e, com isso, ampliar “expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública” (BRASIL, 2007c, p. 27).

Para isso, “os meios a serem empregados”, conforme o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007c, p. 28), são: “a expansão dos cursos noturnos, a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica e a diversificação das modalidades de graduação”. Desse modo, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), ia ao encontro dos anseios de expansão da Associação Nacional de Dirigentes das IFES – ANDIFES e das ideias dos que defendiam uma “Universidade Nova”.

Eram anseios da Associação Nacional de Dirigentes das IFES - ANDIFES (2003): a duplicação do número de alunos na graduação; a ocupação de 100% das vagas surgidas em cada semestre; a oferta de 25.000 vagas nos vestibulares em cursos noturnos; a valorização acadêmica, por meio da atribuição de créditos, das atividades extracurriculares; a superação da desigualdade de oferta de vagas entre os estados da Federação (ANDIFES, 2003; ARRUDA, 2013).

A ideia da “Universidade Nova”, defendida pelo reitor da Universidade Federal da Bahia, professor Naomar Monteiro, previa uma profunda reformulação no modelo acadêmico do ensino superior público que passaria a ter três ciclos: o 1º ciclo do bacharelado interdisciplinar, o 2º ciclo de formação profissional e o 3º ciclo da pós-graduação (TONEGUTTI; MARTINS, 2009). A ideia central desse modelo acadêmico consistia “na implantação de bacharelados interdisciplinares (BIs), com o intuito de propiciar uma formação geral, antecedendo a formação profissional da graduação e a formação científica antes da pós-graduação” (MOTA SOBRINHO, 2016, p. 51).

Para Naomar Monteiro, era preciso uma “transformação radical da atual arquitetura acadêmica da universidade pública brasileira” (TONEGUTTI; MARTINS, 2009, p. 2), sem a qual não seria possível superar os desafios colocados pela sociedade brasileira naquele

momento. Essa ideia encontra-se entre os meios eleitos pelo Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), para que o REUNI alcance seus fins, pois, segundo esse documento, “itinerários rígidos, desperdícios de créditos, imobilidade e especialização precoce são incompatíveis com uma estrutura universitária à altura dos novos desafios da ciência” (BRASIL, 2007c, p. 28).

Com efeito, as diretrizes do REUNI, estabelecidas no art. 2º do Decreto nº 6.096/2007, que instituiu o Programa, são as seguintes:

- I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
- II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;
- III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e
- VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007a).

O redesenho curricular, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), e confirmado nas Diretrizes Gerais do REUNI dar-se-ia: “valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-a com a pós-graduação, além do estabelecimento da necessária e inadiável interface da educação superior com a educação básica[...]” (BRASIL, 2007d, p. 5).

Já a ampliação do acesso ocorreria pelo “melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do qualificado contingente de recursos humanos existente nas universidades federais [...]” (BRASIL, 2007, p. 5). Por conseguinte, como analisam Silva e Castro (2014, p. 222), ocorreria pela “via da racionalização, pela otimização dos recursos humanos e dos espaços físicos existentes, introduzindo um paradigma de gestão gerencialista voltado para o controle dos resultados nas universidades”. Desse modo, vinculava-se a expansão do ensino superior à eficiência e à eficácia no uso dos recursos financeiros, materiais e humanos.

Eficiência e eficácia foram temas que passaram a figurar nas políticas públicas com a Reforma da Gestão Pública de 1995 (PEREIRA, 1998). Norteada pelo ideário da administração gerencial, essa reforma elegeu, ao lado da dimensão institucional-legal e da dimensão cultural, a dimensão gestão, substituindo parcialmente os regulamentos rígidos da supervisão e da auditoria, que caracterizam a administração burocrática, “pela maior autonomia” e “responsabilização dos gestores”, em especial através dos seguintes

mecanismos: a “administração por resultados, a competição administrada por excelência, e o controle social” (PEREIRA, 1998).

A administração gerencial consiste na introdução de técnicas e práticas das organizações privadas na administração pública, a fim de atingir objetivos preestabelecidos com mais eficiência e eficácia (ARRUDA, 2013), que são termos centrais para avaliar o desempenho nas organizações e um dos seus grandes desafios, especialmente quando se tem em vista alcançá-los de forma conjunta (PINTO; CORONEL, 2017).

Esses termos constituem ideia central no objetivo do REUNI, que é “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”; e na meta: “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007). A eficiência e a eficácia, por conseguinte, viabilizariam a expansão nas IFES.

Desse modo, “inverte-se a lógica que presidia as relações entre as universidades federais e o MEC”, substituindo a lógica do controle dos processos, típicos do modelo burocrático até então dominante pela da pactuação e dos resultados previamente pactuados [...]” (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 660). A pactuação, por meio de um contrato de gestão, constituía ferramenta *sine qua non* para criar condições para implementação da gestão por resultados, preconizadas no modelo gerencial (ARRUDA, 2013), pois nele eram definidos “os objetivos e indicadores de desempenho que suas entidades executoras deveriam alcançar e as subsidiar com recursos financeiros e humanos para execução do projeto/programa” (ARRUDA, 2013, p. 6).

Os contratos de gestão entre as instituições federais de ensino superior e o Ministério da Educação – MEC materializavam-se por meio dos planos de reestruturação e expansão das instituições. Cada plano apresentava um diagnóstico da situação da instituição, as metas a serem alcançadas, um cronograma de execução das estratégias e etapas a serem implementadas para atingir o objetivo e a meta propostos no Programa (BRASIL, 2007).

Os recursos para execução e implementação dos Planos, conforme o art. 3º do Decreto instituidor, ficariam reservados para cada universidade federal, “na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas” (BRASIL, 2007a), ressaltando que, como estabelece o mesmo artigo no § 3º, o “atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação”.

Os planos, conforme art. 4º do referido Decreto, respeitando a vocação e os princípios de autonomia das universidades, deveriam indicar a estratégia e as etapas para a realização dos objetivos referidos no art. 1º (BRASIL, 2007). Desse modo, não preconizava o Decreto um modelo único, pelo contrário, respeitava a heterogeneidade organizacional das instituições. Consequentemente, observam Araújo e Pinheiro (2010, p. 662), o Ministério “criava condições mais efetivas de cobrança dos resultados”, pois, conforme explicam, “é a própria instituição que define as metas a serem alcançadas” tomando deliberações no escopo de sua autonomia.

A autonomia de escolha na formulação das estratégias para o alcance dos objetivos e metas propostos pelas instituições, após aprovados pelo Ministério da Educação, conforme o art. 6º, daria “origem a instrumentos próprios, que fixarão os recursos financeiros adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas”, condicionando, assim, o financiamento ao cumprimento de metas previamente acordadas nos Contratos de Gestão (BRASIL, 2007; 2007b).

Esses, é verdade, diz Mota Sobrinho (2016, p.46), não eram explicitados nos regulamentos do Programa, mas eram depreendidos na exigência de cumprimento das metas quantitativas e qualitativas de eficiência, flexibilidade, mobilidade e nos novos arranjos organizacionais. Tem-se, assim, uma forma de regulação entre as partes orientada por “uma cultura de resultados, capaz de modificar o padrão de relacionamento entre as instituições e o MEC, com claros reflexos na forma de gerir as instituições” (ARAÚJO; PINHEIRO, 2010, p. 662).

Dessa forma, o processo de implementação do REUNI deveria estar alinhado à cultura organizacional da instituição, por meio de estratégias com foco no objetivo e meta propostos. A implementação tinha início com a elaboração dos planos que, conforme orientações do documento elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, além de uma justificativa e caracterização da instituição proponente, deveriam conter:

- Diagnóstico, metas, estratégias, etapas e indicadores para cada dimensão do projeto: ampliação da oferta de educação superior pública, reestruturação acadêmico-curricular, renovação pedagógica da educação superior, mobilidade intra e interinstitucional, compromisso social da instituição e suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação;

- Plano geral de implementação com a reordenação da gestão académica da IFES, formação docente para a proposta, programação da transição entre modelos, plano de contratação de pessoal docente e técnico e plano diretor simplificado da infraestrutura física;
- Cronograma geral de implementação e execução;
- Plano de acompanhamento e avaliação da proposta, apresentando os resultados relativos à meta global: Taxa de Sucesso da Graduação e Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente, conforme estabelecido no Decreto nº 6.096/2007;
- Plano de acompanhamento de indicadores de qualidade da graduação e pós-graduação por meio dos instrumentos nacionais de avaliação;
- Impactos gerais sobre as transformações almejadas pela universidade ao final do programa.

Os planos de reestruturação e expansão deveriam ser aprovados, conforme art. 4º do referido Decreto, pelo Órgão Superior da instituição proponente e, em seguida, enviados para o Ministério da Educação via Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SIMEC, onde eram “avaliados em função da consistência entre as suas proposições e as exigências do Decreto que instituiu o Programa, bem como a exequibilidade dessas proposições” (BRASIL, 2007, p. 6).

Após aprovação, a proposta, conforme o art. 6º do Decreto, dava origem “ao termo de pactuação de metas e de fixação de recursos humanos e financeiros adicionais destinados à universidade” (BRASIL, 2007). Os repasses, ainda conforme o art. 6º, “condicionados aos cumprimentos das etapas previstas no projeto” (BRASIL, 2007), tinham início, no primeiro semestre de 2008, para aqueles que apresentassem suas propostas até 29 de outubro de 2007 e, no segundo semestre, para as apresentadas até 17 de dezembro de 2007, conforme estabelecido no cronograma proposto nas Diretrizes Gerais do REUNI, em agosto de 2007.

Como se deu essa implementação é o que se expõe a seguir, apresentando, antes, a discussão teórica sobre esse momento das políticas públicas.

2.2 IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: TEORIAS E PRÁTICAS

2.2.1 Aspectos Teóricos da Implementação de Políticas Públicas

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público (SECCHI, 2010, p. 2). Para entendê-la, foram elaborados vários modelos de análise, sendo um dos mais utilizados o do “ciclo da política” que consiste em ver “a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários estágios e constituindo um processo dinâmico e de

aprendizado” (SOUZA, 2006, p. 29). Os estágios em que se encontra dividido o ciclo não são consensuais entre os analistas, mas os mais comuns são: formulação, implementação e avaliação (FREY, 2000; SECCHI, 2010). Alguns autores incluem, ainda, “definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções” (SOUZA, 2006, p. 29), e outros acrescentam a definição do problema (SERAFIM; DIAS, 2012).

Comum a todos, a fase de implementação “corresponde à execução de atividades que permitam que ações do governo sejam implementadas com vistas à obtenção de metas definidas no processo de formulação de políticas” (SILVA; MELO, 2000, p. 4). Ou, como diz Mazmanian e Sabatier (1989) (apud ANTEZANA, 2013, p. 46), é a realização de uma decisão política. Esse também é o entendimento de John (1998 apud HILL; HUPE, 2005) que a entende como etapa em que intenções políticas são postas em ação.

Mas há outros entendimentos. Palumbo e Calisto (1990 apud ANTEZANA, 2013, p. 46) a têm como uma fase de modelagem ativa, em que a política está sujeita às mudanças e adaptações feitas pelos implementadores. De maneira semelhante, Hill e Hupe (2005 apud ANTEZANA, 2013, p. 46) consideram que esse é o momento em que uma política está sujeita à interpretação e recriação, ocasionando transformação constante no seu formato original. No entendimento de Draibe (2001, p. 30), a implementação de uma política inclui tanto as atividades-meio que viabilizam o desenvolvimento do programa, quanto a atividade-fim que corresponde à execução do programa, antes que se torne rotineiro.

De qualquer modo, a implementação é um momento crucial, pois constitui o “planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos para executar a política” (SARAIVA, 2006 apud RUA; ROMANINI, 2012, p. 7). É um momento da política do qual muito depende seu sucesso ou fracasso, pois “envolve uma série de sistemas ou atividades da administração pública; o sistema gerencial e decisório, os sistemas de informações, os agentes implementadores da política, os sistemas logísticos e operacionais (recursos materiais e financeiros), dentre outros” (BAPTISTA; REZENDE, 2011, p. 149). Por isso, suas vicissitudes “têm sido entendidas como uma das dimensões cruciais se não a variável central – para explicação dos insucessos dos governos em atingir os objetivos estabelecidos no desenho das políticas públicas” (SILVA; MELO, 2000, p. 3).

Para Draibe (2001 p. 29), “a consideração das questões mais estratégicas da implementação é útil para a correta identificação dos fatores de processo que operam ou como facilitadores ou como obstáculos à consecução do programa”. A identificação desses fatores, na análise da política, é fundamental, pois somente por meio do entendimento de como

funcionam as instituições é que se pode compreender como as políticas são estruturadas no processo de implementação.

Os estudos dessa fase, conforme Silva e Melo (2000), têm-se caracterizado, tradicionalmente, por duas visões de processos: visão clássica e visão simples e linear. No entendimento dos autores, a visão clássica “não considera os aspectos relativos à implementação e seus efeitos retroalimentadores sobre a formulação da política. Em outras palavras, não considera como um processo” (SILVA; MELO, 2000, p. 5). É compreendida “como um jogo de uma rodada só, na qual a ação do governo é implementada de cima para baixo (*top down*)”.

Na visão de processo simples e linear, a formulação e a implementação são vistas como um processo que “propõe que o monitoramento e avaliação das políticas sejam considerados instrumentos que permitem correção de rota” (SILVA; MELO, 2000, p. 5). Desta forma, as “vicissitudes, os obstáculos e os problemas de implementação resultam de aspectos relacionados à capacidade institucional dos agentes implementadores” e “são gerados por problemas de natureza política” derivados da “resistência ou boicotes realizados por grupos ou setores afetados pela política”. Outro problema apresentado pelos autores é a primazia excessiva conferida à atividade de formulação que é “vista como uma atividade relativamente não problemática” (SILVA; MELO, 2000, p. 6), assumindo que o diagnóstico é necessariamente correto, que o formulador possui todas as informações sobre o desenho das propostas, além de dispor também de um modelo causal válido.

Esse modelo causal, muitas vezes, não se relaciona ao fenômeno em si, e outro modelo, a hipótese de intervenção, possibilita o “relacionamento entre o que deve ser feito no programa e os processos ou determinantes específicos na hipótese causal do comportamento ou condição a ser melhorada ou alterada” (SILVA; MELO, 2000, p. 7).

Silva e Melo (2000) apontam que, diferente das duas visões, a implementação “pode ser melhor representada como um jogo entre implementadores onde papéis são negociados, os graus de adesão ao programa variam, e os recursos entre atores são objeto de barganha” (SILVA; MELO, 2000, p. 9). É que as incertezas que cercam os formuladores fazem da implementação um momento “onde decisões cruciais são tomadas [...]”, pois “conflitos interjurisdicionais entre órgãos e instituições, brechas e ambiguidades legais, omissões de normas operacionais, entre outros fatores, permitem que os executores de políticas tomem decisões relevantes para o sucesso da política” (SILVA; MELO, 2000, p. 10). Daí que, para esses autores, “a implementação ‘cria’ políticas” (SILVA; MELO, 2000, p. 11), sendo um momento de aprendizado. Essa, segundo eles, é uma visão “empiricamente mais consistente”,

pois “constitui um quadro de referências que permitem uma representação” mais “pertinente da implementação de políticas” (SILVA; MELO, 2000, p. 16).

Lima e D’Ascenzi (2013, p. 102) também identificam duas modalidades de estudo: uma “toma como foco de análise o processo de formulação da política pública e as variáveis destacadas são referentes às normas que a estruturam”. A outra “ênfata elementos dos contextos de ação nos quais a política será implementada. Toma como variáveis as condições dos espaços locais e as burocracias implementadas”.

A primeira consiste na análise das normas que estruturam a política pública e suas lacunas que “correspondem a mudanças que ocorrem na política durante sua execução” (LIMA; D’ASCENZI, 2013, p. 103). Para tal, parte do pressuposto de que limite, regulação e controle dos processos por meio de regras claras, compreensivas e específicas são fundamentais para minimizar a discricionariedade dos implementadores. Assim, o processo de execução do que foi planejado na formulação da política é o parâmetro para a análise dos processos.

O segundo modelo analítico questiona dois pressupostos: “a influência decisiva dos formuladores sobre o processo de implementação” e outro, segundo o qual, “as diretrizes explícitas, a determinação precisa de responsabilidades administrativas e a definição exata de resultados aumentam a probabilidade de as políticas serem implementadas com êxito” (LIMA; D’ASCENZI, 2013, p. 103). No entendimento dos autores, as análises estão centradas nos atores dos níveis organizacionais responsáveis pela implementação, considerando que, na medida em que as políticas são executadas, “a implementação é percebida como um processo interativo de formulação, implementação e reformulação” (MAZMANIAM; SABATIER, 1983 *apud* LIMA; D’ASCENZI, 2013, p. 104).

Lima e D’Ascenzi (2013, p. 105) apontam que a diferença entre os dois modelos reside no foco de análise. No primeiro, “centra-se nas características da estrutura normativa; no segundo, nos atores implementadores e em suas ações”. Em comum, “as abordagens enfatizam as condições e limitações materiais, vistas como determinantes da trajetória do processo de implementação” e, por isso, julgam-nas insatisfatórias (LIMA; D’ASCENZI, 2013, p. 105).

Para Draibe (2001, p. 30), a identificação dos “fatores facilitadores e limitadores que circundam a implementação condicionando-a positiva ou negativamente no alcance de suas metas e objetivos” exige uma avaliação de processo, pois essa detecta “os condicionantes, no plano dos processos, dos êxitos e dos fracassos dos programas” (DRAIBE, 2001, p. 30). Essa avaliação, complementar, pode “captar [...] a anatomia geral do processo de implementação”,

vale dizer, os principais sistemas ou subprocessos envolvidos na implementação: “sistema gerencial e decisório; processo de divulgação e informação; processo de seleção; processo de capacitação; sistemas logísticos e operacionais; e processo de monitoramento e avaliação” (DRAIBE, 2001, p. 31).

Para Arretche (2001, p. 47), a implementação é a “fase de vida de um programa, na qual são desenvolvidas as atividades pelas quais se pretende que os objetivos, tidos desejáveis, sejam alcançados”. Nesse sentido, lembra a autora que o processo de implementação é um “campo de incertezas” (ARRETCHE, 2001, p. 48), pois os interesses e as concepções ideológicas dos diversos sujeitos envolvidos não coincidem inteiramente e “quanto mais complexo for um programa, maior será a variedade de interesses e concepções dos envolvidos em sua execução e, por consequência, mais fortes serão as tendências à não-convergência” (ARRETCHE, 2001, p. 48).

A implementação do REUNI, conforme definido nas Diretrizes Gerais do Programa, é o que se expõe a seguir.

2.2.2 Implementação do Programa REUNI

No primeiro prazo, 42 IFES aderiram ao Programa e, no segundo, mais 11, o que mostra, por um lado, o interesse das instituições e, por outro, que todas, já em 2008, podiam dispor dos recursos necessários à implementação. No primeiro grupo, as instituições eram as seguintes: UNB, UFPI, UFV, UFRJ, UFTM, UFAC, UFRN, UFPE, UFCG, UNIFESP, UFMA, UFPB, UFRR, UFPA, UFGD, UFERSA, UFES, UFSCar, UFPR, UFG, UFSC, UFMT, UFT, UFPel, UFBA, UFC, UFJF, UFLA, UFMS, UFMG, UFS, UFRRJ, UFRA, UFSJ, FURG, UFRGS, UNIRIO, UFAM, UNIFAP, UNIR, UFCSPA, UFF. No segundo, estavam: UFAL, UFOP, UFRB, UFRPE, UFSM, UFU, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UTFPR e UNIVASF.

O acompanhamento da execução das metas propostas pelas instituições participantes e a consequente liberação dos recursos pactuados, conforme as Diretrizes Gerais (BRASIL, 2007, p. 10), seria realizado por meio da Plataforma Integrada para Gestão das Instituições do Ensino Superior – PingIFES. Nela, seriam reunidos todos os dados relativos ao cumprimento das metas produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A esses dados seriam acrescentados(as):

- informações dos “analistas ‘in loco’” relativas à modernização das estruturas curriculares, ao “desempenho docente e discente, à evolução das avaliações da CAPES, à evolução da produção científica do quadro docente e à participação do

quadro docente da pós-graduação em atividades da graduação” (BRASIL, 2007d, p. 20);

- dados do perfil social e econômico dos estudantes ingressantes nas instituições e os relativos às medidas de inclusão social, tais como: “políticas implementadas no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, relacionadas ao sucesso ou fracasso nos índices de evasão” (BRASIL, 2007d, p. 20).

Os parâmetros de cálculo da meta global do REUNI, como previsto no art. 1º, § 1º do Decreto nº 6.096/2007, foram estabelecidos pelo Ministério da Educação por meio da Portaria nº 552 SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, privilegiando dois indicadores:

- Taxa de conclusão dos cursos de graduação (TCG) – consiste na relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP) num determinado ano e o total de vagas de ingressos oferecidas pela instituição (ING₅) cinco anos antes (BRASIL, 2007d, p. 14). Esse indicador contempla a eficiência com que a universidade preenche as suas vagas ociosas decorrentes do abandono do curso.

$$TCG = \frac{DIP}{ING_5}$$

- Relação de Alunos de graduação Presencial por Professor (RAP) – consiste na relação da matrícula projetada em cursos de graduação presenciais e a medida ajustada do corpo docente (BRASIL, 2007d, p. 17). A matrícula projetada em cursos de graduação presenciais (MAT) estima a capacidade de atendimento da universidade em função do número de vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos e a duração dos cursos. Os docentes equivalentes de dedicação exclusiva (DDE) têm como base de cálculo o número de professores equivalentes em regime de dedicação exclusiva, tomando por referência o banco de professores equivalentes, conforme a Portaria Interministerial nº 224/2007. Já a dedução da pós-graduação (DPG) consiste no cálculo da dedução do número de professores devido à pós-graduação, de duas formas: o número de alunos de mestrado e doutorado matriculados nos programas da universidade, ponderando em função da avaliação da CAPES; e o número de alunos de mestrado e doutorado que a universidade possuiria se tivesse a média nacional de 1,5 aluno de pós-graduação por professor (BRASIL, 2007d).

$$RAP = \frac{MAT}{DDE - DPG}$$

Vale ressaltar, conforme o MEC, no documento “Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais”, que a TCG é um indicador calculado anualmente através da razão entre diplomados e ingressantes, e este valor “não expressa diretamente as taxas de sucesso observadas nos cursos das universidades, ainda que haja uma relação estreita com os fenômenos de retenção e evasão” (BRASIL, 2007d, p. 14). A RAP, ressalva a mesma fonte, é um indicador para calcular a “meta de 18 alunos de graduação por professor, diz respeito à oferta esperada de vagas nos cursos de graduação presenciais em função das dimensões do corpo docente ajustado” (BRASIL, 2007d, p. 17).

Além das metas quantitativas dispostas no Decreto nº 6.096/2007, “a SESu/MEC entende que as universidades precisam assegurar que a reestruturação e expansão programada seja realizada com garantia de qualidade acadêmica” (BRASIL, 2007d, p. 10).

Para isso, as diretrizes descritas no art. 2º do Decreto que institui o REUNI foram estruturadas em seis dimensões, cada uma contendo um conjunto de aspectos específicos:

- 1 **Ampliação da oferta de educação superior pública**
 - aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno,
 - redução das taxas de evasão e
 - ocupação de vagas ociosas;
- 2 **Reestruturação acadêmica – curricular**
 - revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade,
 - reorganização dos cursos de graduação,
 - diversificação das modalidades de graduação,
 - implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos,
 - previsão de modelos de transição, quando for o caso;
- 3 **Renovação pedagógica da educação superior**
 - articulação da educação superior com educação básica, profissional e tecnológica,
 - atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem,
 - previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo;
- 4 **Mobilidade intra e interinstitucional**
 - promoção de ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior;
- 5 **Compromisso social da instituição**
 - políticas de inclusão,
 - política de extensão universitária,
 - programas de assistência estudantil;
- 6 **Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo** dos cursos de graduação,
 - articulação da graduação com a pós-graduação,
 - expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior. (BRASIL, 2007d, p. 11 – 12, grifo nosso).

Essas dimensões permitem perceber a amplitude e a complexidade do REUNI que ficou centrado em dois eixos: o da expansão do acesso e do número de vagas, expresso em seu objetivo e metas quantitativas, e o da reestruturação das IFES, expressa nas metas qualitativas por meio das dimensões do Programa (BRASIL, 2007d).

3 DESEMPENHO DAS IFES SEGUNDO A TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO -TCG.

Neste tópico, expõem-se os resultados das IFES em relação à Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação Presencial -TCG, durante a vigência do Programa REUNI de 2008 – 2012, conforme os parâmetros definidos na Portaria nº 552 SESu/MEC.

3.1 DESEMPENHO DAS IFES, SEGUNDO A TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO -TCG, APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI, DE 2008 A 2012.

A aferição da Meta Global, com base nos indicadores estabelecidos pela Portaria nº 552 SESu/MEC 2007, em relação ao REUNI, tem como *corpus* as 53 instituições que aderiram ao Programa de forma voluntária, conforme o Primeiro Relatório do REUNI (2008). Para realizar a aferição da meta, as instituições foram organizadas por regiões, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Instituições e Número de Relatórios de Gestão Avaliados entre 2008 e 2012.

Regiões	IFES	Nº de IFES
NORTE	UNIFAP, UFAC, UFAM, UFPA, UFT, UNIR, UFRR, UFRA.	8
NORDESTE	UFAL, UFBA, UFC, UFMA, UFPB, UFPE, UFPI, UFS, UFRN, UFERSA, UFRB, UFCG, UFRPE, UNIVASF.	14
SUL	UFPR, UFPeI, UFSC, FURG, UTFPR, UFCSPA, UFSM, UFRGS.	8
SUDESTE	UFES, UFMG, UFV, UFJF, UFLA, UFSJ, UFOP, UFU, UFVJM, UNIFAL, UNIFEI, UFRJ, UFRRJ, UNIFESP, UFSCar, UFTM, UFF, UNIRIO.	18
CENTRO-OESTE	UnB, UFG, UFMT, UFMS, UFGD.	5
TOTAL		53

Fonte: Elaborado pela autora com base nos relatórios de Gestão das IFES de 2008 a 2012.

Essa organização permite identificar os resultados de programas que “são aferidos por meio de indicadores que medem os graus, as quantidades e os níveis de qualidade com que as metas programáticas foram cumpridas” (DRAIBE, 2001, p. 22).

Os resultados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, alcançados pelas 53 instituições, expostos na Tabela 2, mostram que as instituições, em 2008, se concentravam entre 67 a 90%, com 57,2% das IFES. Em 2009, já se verifica redução nessa faixa para 49,1%

e, a partir de então, a maioria vai apresentar taxa de 44 a 67%, sendo 45,3% delas, em 2010, 49,1%, em 2011, e 58,5%, em 2012.

Tabela 2 – Distribuição das IFES segundo a Frequência da Taxa de Conclusão do Curso de Graduação Registrada entre 2008 e 2012

TCG	2008		2009		2010		2011		2012	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
Menor de 21	1	2%			1	1,9%				
21 – 44	2	4%	2	3,8%	4	7,6%	2	3,8%	8	15%
44 – 67	12	24,5%	19	35,9%	24	45,3%	26	49,1%	31	58,5%
67 – 90	28	57,2%	26	49,1%	17	32,1%	22	41,5%	13	24,6%
A partir de 90	6	12,3%	6	11,2%	7	13,1%	3	5,6%	1	1,9%
TOTAL	49*	100%	53	100%	53	100%	53	100%	53	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

*As Instituições: UFGD, UFRB, UFERSA e UFCSPA não apresentaram os dados no ano de 2008.

Percebe-se que há uma contínua redução da taxa nas instituições, verificando-se progressivo aumento no percentual de instituições nas faixas com menores Taxas de Conclusão de Curso – TCG (de 4% a 15%, na de 21 – 44; de 24,5% para 58,5%, na de 44 – 67) e, conseqüentemente, redução no percentual de instituições nas faixas superiores a 67% (de 57, 2% para 24,6%, na de 67 – 90; de 12,3% para 1,9%, na de mais de 90%). De fato, quando se compara a frequência da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, em 2008, com a de 2012, constata-se que, conforme exposto na Tabela 3, em 2008, 69,5% das instituições encontravam-se com a Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG entre 67 a mais de 90, já em 2012, apenas 26,5% alcançaram esse resultado.

Tabela 3 – Distribuição das IFES segundo a Frequência da Taxa de Conclusão do Curso de Graduação em 2008 e 2012

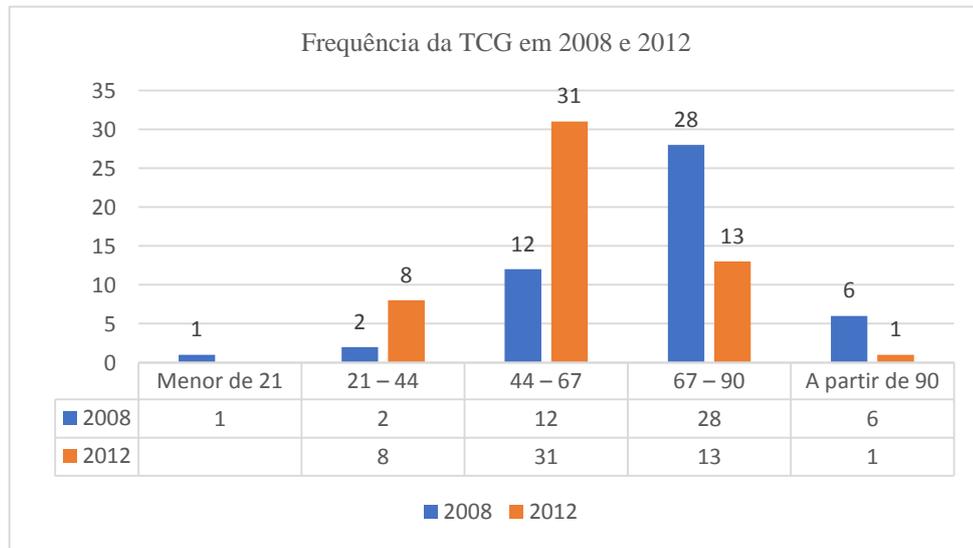
TCG	2008		2012	
	abs.	%	abs.	%
Menor de 21	1	2%		
21 – 44	2	4%	8	15%
44 – 67	12	24,50%	31	58,50%
67 – 90	28	57,20%	13	24,60%
A partir de 90	6	12,30%	1	1,90%
TOTAL	49*	100%	53	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

*As Instituições: UFGD, UFRB, UFERSA E UFCSPA não apresentaram os dados no ano de 2008.

Isso fica evidenciado no Gráfico 1, que apresenta a distribuição das IFES, segundo a frequência da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, em 2008 e 2012.

Gráfico 1 – Distribuição das IFES segundo a Frequência da Taxa de Conclusão do Curso de Graduação em 2008 e 2012.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

*As Instituições: UFGD, UFRB, UFRSA e UFCSPA não apresentaram os dados no ano de 2008.

Verifica-se o crescimento do número de instituições nas menores Taxas de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG e a consequente redução nas maiores. A análise estatística, tendo por base medidas de tendência central (média) e de dispersão (desvio padrão e coeficiente de variação), exposta na Tabela 4, mostra declínio em todas as medidas, salvo em 2010 em que o desvio padrão e o coeficiente de variação aumentaram, indicando a redução da heterogeneidade entre as instituições, isto é, que mais instituições ficaram em torno da média.

Tabela 4 - Média, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES, de 2008 a 2012

ANO	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
2008	63,8	24,3	38,2
2009	67,6	25,5	37,7
2010	65,8	32,0	48,6
2011	62,2	20,5	33,0
2012	55,9	21,2	37,9

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A média nacional, como evidenciado no Gráfico 2, no início do REUNI, em 2008, era de 63,8%, valor que já era 29,11% menor que os 90% propostos pelo Programa. Ao final, em

2012, foi de 55,9%, evidenciando a redução desse indicador após a implementação do Programa nas IFES e uma diferença de 34,1% em relação à meta.

Gráfico 2 – Média Nacional da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, entre 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A maior média, 67,6%, foi registrada em 2009. A partir daí, como evidenciado no Gráfico 2, reduziu-se a cada ano, passando para 65,8%, em 2010; 62,2%, em 2011; e 55,9%, em 2012, indicando que não apenas a meta traçada não era alcançada, como a implementação do REUNI impactava negativamente no desempenho das IFES.

Isso fica claro no Gráfico 3, que compara a média nacional da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação- TCG, em 2008 com a de 2012.

Gráfico 3 – Média Nacional da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

O desvio padrão das IFES, exposto no Gráfico 4, variou de 24,3 a 21,2, entre 2008 e 2012, apontando que os resultados eram mais distantes da média no início do Programa do que no seu final, isto é, a situação era mais heterogênea antes do que depois.

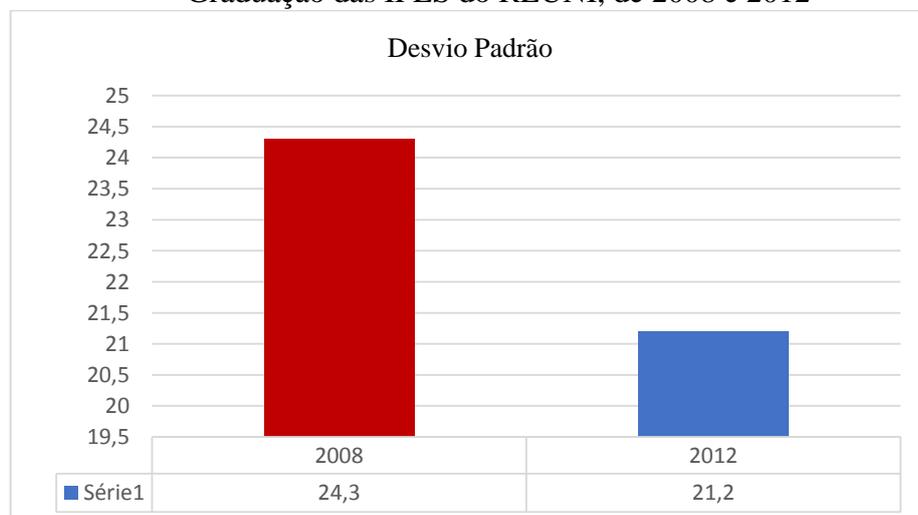
Gráfico 4 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012

O Gráfico 5 evidencia o declínio no desvio padrão da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, de 24,3, em 2008, para 21,2, em 2012, mostrando que, em 2012, a dispersão foi menor que a de 2008, isto é, as instituições ficaram mais próximas da média que, como já demonstrado no Gráfico 3, diminuiu.

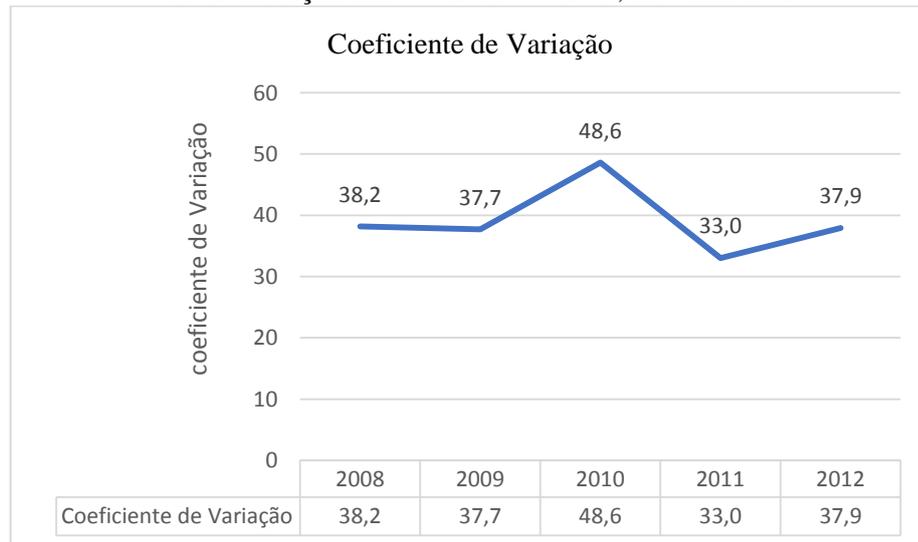
Gráfico 5 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

O coeficiente de variação, demonstrado no Gráfico 6, medida relativa de dispersão útil para a comparação em termos relativos do grau de concentração em torno da média de séries distintas (ROCHA, 2014), ficou entre 38,2% e 37,9%, demonstrando que os resultados das instituições eram diversos, isto é, heterogêneos, tendo alcançado, em 2010, a maior variação.

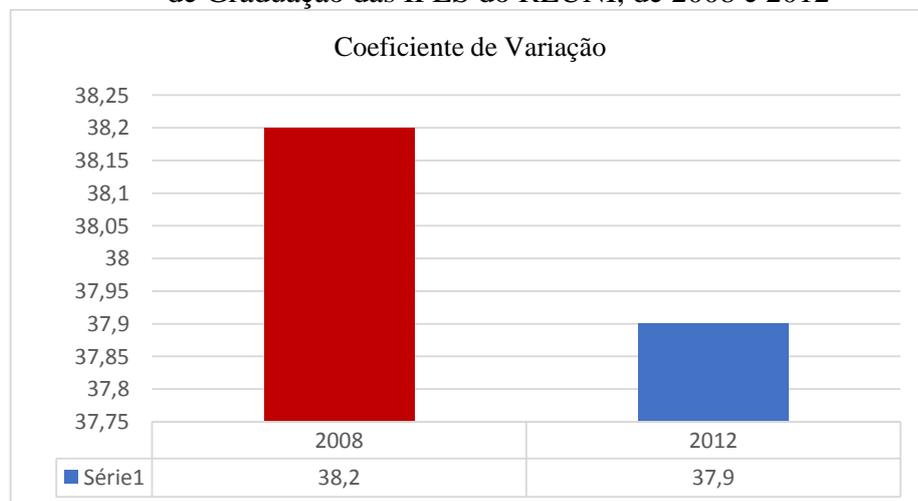
Gráfico 6 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Essa diferença no coeficiente de variação de 38,2%, em 2008, para 37,9%, em 2012, fica evidente no Gráfico 7, ao mostrar que a heterogeneidade da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG reduziu ao final do Programa, estando as IFES mais próximas da média que, registre-se, reduziu, como evidenciado no Gráfico 3.

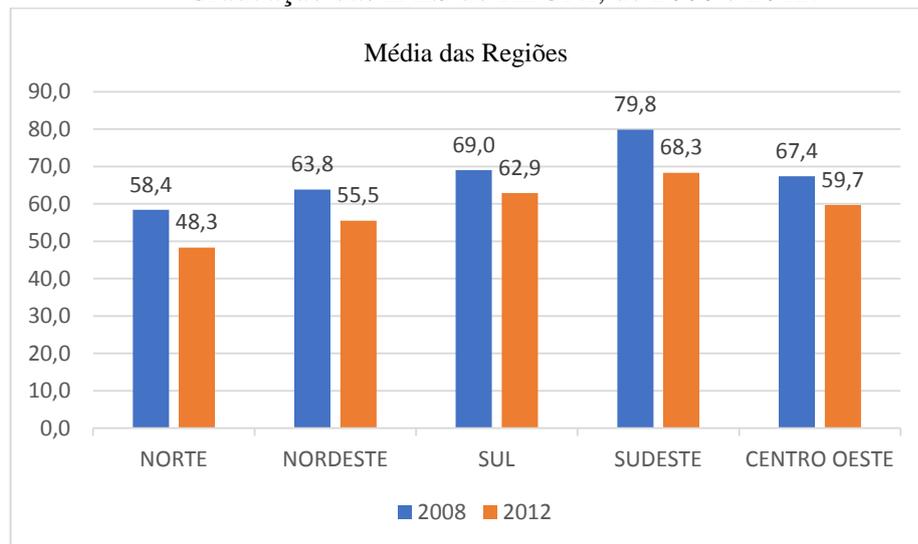
Gráfico 7 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

O declínio da Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG também é comprovado ao se analisar a média de cada região do País. Percebe-se que todas as regiões apresentam, após a implementação do REUNI em 2012, resultados inferiores aos de 2008, conforme exposto no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Média das Regiões da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A análise por região mostra que a média nacional da taxa de conclusão de curso na graduação, dentro da série histórica em 2012, que foi de 58,9%, foi superada nas regiões Sul (62,9%), Sudeste (68,3%) e Centro-Oeste (59,7); e inferior nas regiões: Norte (48,3%) e Nordeste (55,5%), sendo a região Sudeste a que apresentou a melhor média ao final do Programa e a região Norte a de pior resultado.

a) Região Norte

Os resultados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, alcançados pelas IFES da região Norte, composta por 8 instituições, conforme exposto na Tabela 5, mostraram que 50% delas apresentaram, em 2012, resultados inferiores aos do início do REUNI. Entre estas, destaca-se a Universidade Federal do Tocantins – UFT que, em 2008, tinha uma Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG de 105,1% e, em 2012, diminuiu para 43,6%.

Tabela 5 – Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte após a Implementação do REUNI, de 2008 a 2012

IFES	SIGLA	2008	2009	2010	2011	2012
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	27,8	73,3	119,1	67,8	59,2
Universidade Federal do Acre	UFAC	39,7	68,5	28,5	261,7	40,2
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	55,2	58,5	50,7	46,1	44,1
Universidade Federal do Pará	UFPA	60,2	135,6	107,9	75,3	63,7
Universidade Federal do Tocantins	UFT	105,1	66,8	49,0	46,9	43,6
Universidade Federal de Rondônia	UNIR	67,7	70,9	53,2	45,7	39,7
Universidade Federal de Roraima	UFRR	55,0	44,9	21,2	59,5	60,2
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	56,1	56,8	62,8	57,7	36,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A análise estatística, média, desvio padrão e coeficiente de variação, conforme exposto na Tabela 6, mostra que, em todas as medidas, houve o declínio no alcance do indicador.

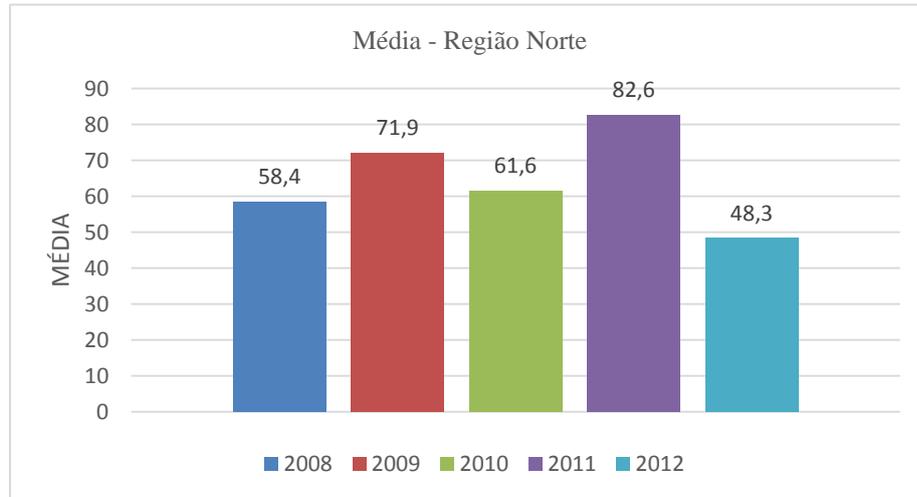
Tabela 6 – Média, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Norte, de 2008 a 2012

Ano	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
2008	58,4	21,2	36,3
2009	71,9	25,6	35,6
2010	61,6	32,6	53,0
2011	82,6	68,4	82,9
2012	48,3	10,2	21,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A média da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação TCG da região Norte, conforme demonstra o Gráfico 9, variou, no período, de 58,4% a 48,3%, registrando a maior alta em 2011, com uma média de 82,6%, e a maior baixa, em 2012, com 48,3%.

Gráfico 9 – Média da Região Norte da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012

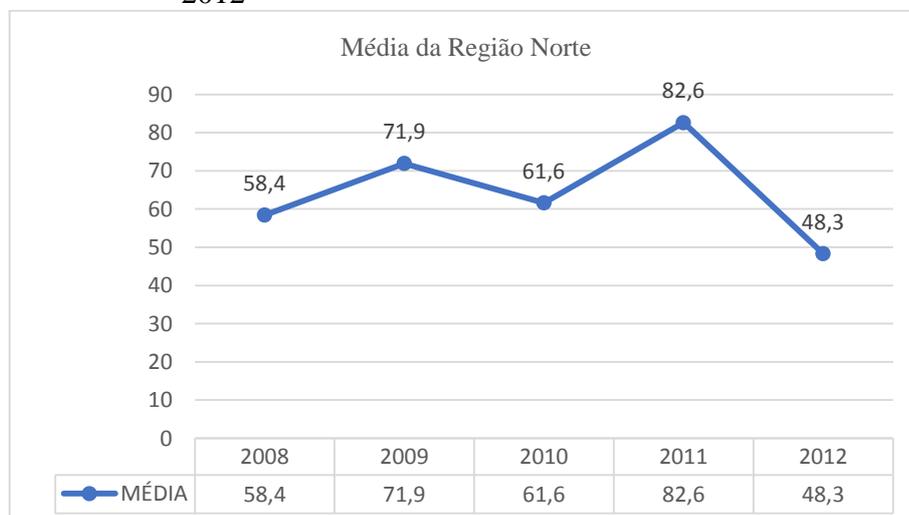


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

No início do Programa, em 2008, quando a média foi 58,4%, tinha-se a Universidade Federal do Tocantins – UFT com a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG de 105,1%, superior à meta, e a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, com 27,8%, a menor média. Em 2009, a média da região elevou-se para 71,9%, sendo o melhor resultado o da Universidade Federal do Pará – UFPA, 135,6%, e o pior resultado o da Universidade Federal de Roraima – UFRR, 44,9%.

O declínio da média da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação - TCG da região Norte fica evidenciado no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Média da Região Norte da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



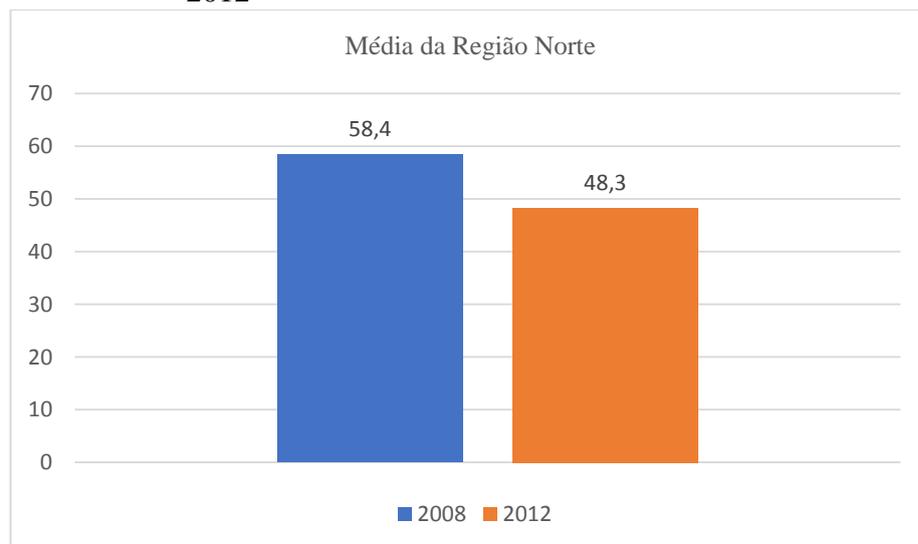
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Em 2010, a média da região voltou a declinar ficando em 61,6%. Duas instituições se destacaram pelos piores resultados: a Universidade Federal do Acre - UFAC, com 28,5%, e a Universidade Federal de Roraima - UFRR, com 21,2%, sendo este o menor resultado alcançado pelas instituições da região. Já em 2011, a média teve um aumento significativo, chegando a 82,6%, sendo, nesse ano, a maior média entre todas as regiões avaliadas. Isso se deveu ao aumento apresentado, por exemplo, na Universidade Federal do Acre - UFAC que, em 2008, tinha uma taxa de conclusão de curso de 39,7% e, em 2011, alcançou um resultado superior ao proposto pelo Decreto com 261,7%.

Em 2012, a média da região foi de 48,3%, sendo este o pior resultado durante a vigência do Programa REUNI. As instituições apresentaram resultados inferiores aos dos anos anteriores, como foi o caso da Universidade Federal do Pará – UFPA, com uma Taxa de Conclusão de Cursos -TCG de 63,7%, o maior resultado entre as instituições da região nesse ano; e a Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, com 36,0%, o pior resultado do ano entre todas as instituições avaliadas.

Isso fica evidenciado no Gráfico 11, que compara a média da Taxa da Conclusão de Curso da Graduação – TCG da região Norte, em 2008, com a de 2012.

Gráfico 11 – Média da Região Norte da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012

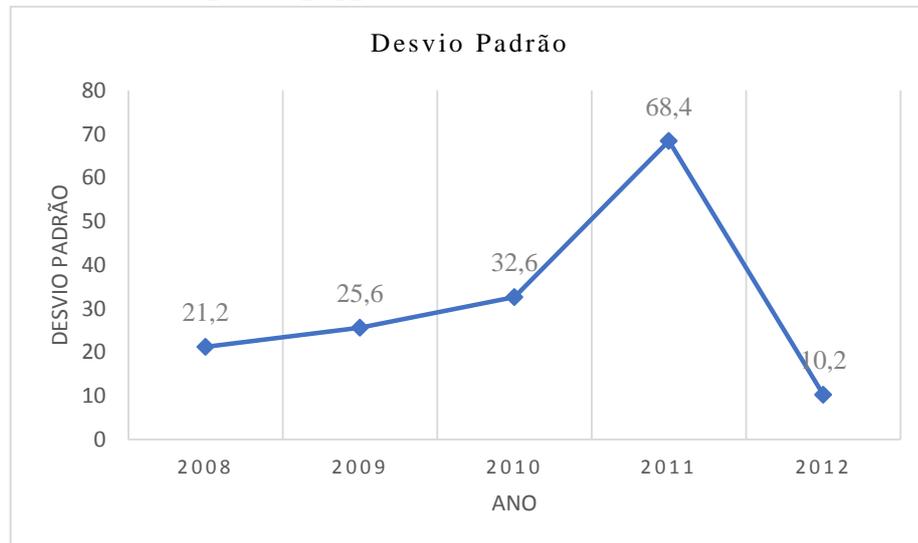


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O desvio padrão das IFES da região Norte, exposto no Gráfico 12, variou de 21,2%, em 2008, a 10,2% em 2012, mostrando que, em 2008, as instituições estavam mais distantes

da média do que no final do Programa, isto é, a situação era mais heterogênea antes do que depois, em 2012.

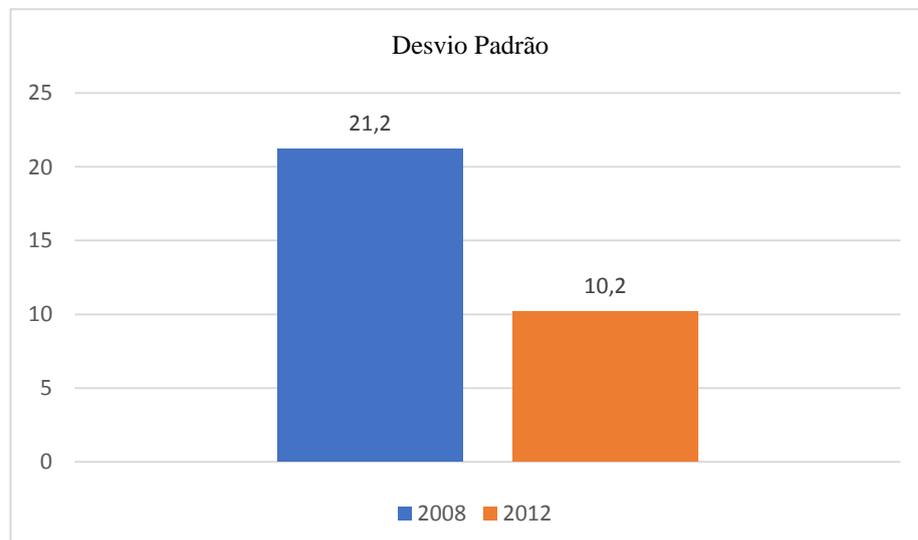
Gráfico 12 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O Gráfico 13 evidencia o declínio do desvio padrão da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, na região Norte, comparando o resultado de 2008, 21,2%, com o de 2012, que foi de 10,2%. Constata-se que a dispersão é maior no primeiro ano que no último, vale, então, dizer que as instituições ficaram mais próximas da média, que, como demonstrado no Gráfico 11, diminuiu.

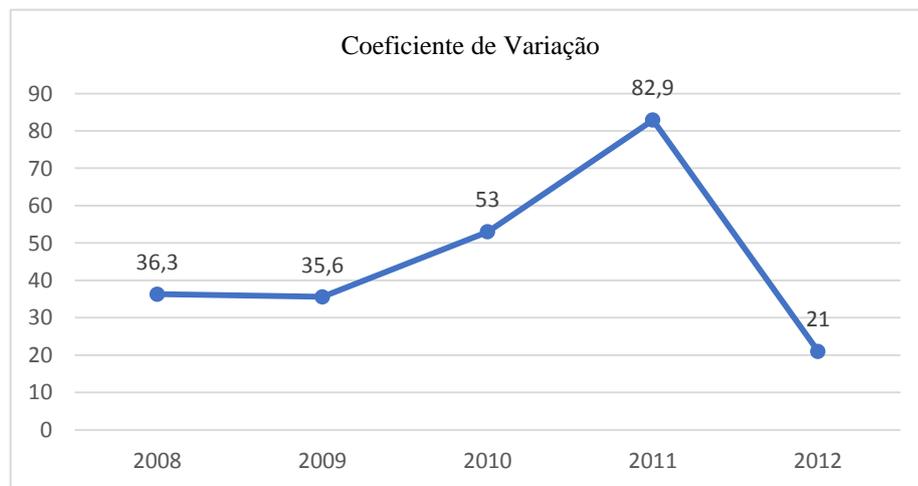
Gráfico 13 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte das IFES do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O Coeficiente de Variação, apresentado no Gráfico 14, consiste em uma forma de expressar a variabilidade dos dados retirando a influência da ordem de grandeza da variável (ROCHA, 2014). Assim, o coeficiente em questão ficou entre 36,3% e 21,0%, apresentando uma média de dispersão no final junto às beneficiárias quanto a esse critério.

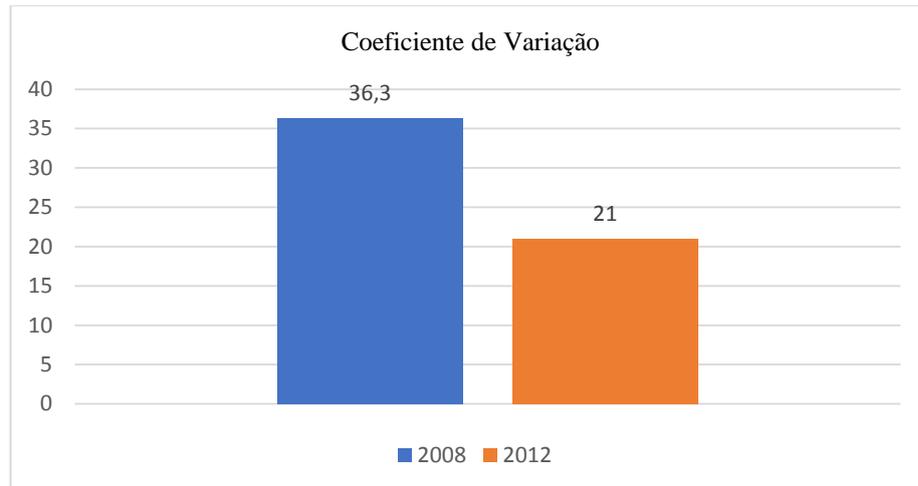
Gráfico 14 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O Gráfico 15 evidencia o declínio do Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG da região Norte. Enquanto o resultado de 2008 foi de 36,3%, o de 2012 foi de 21,0%, o que significa que reduziu a heterogeneidade entre as instituições, estando elas mais próximas da média que, como exposto no Gráfico 11, reduziu.

Gráfico 15 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação da Região Norte das IFES do REUNI, de 2008 e 2012.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Esses resultados confirmam que as IFES da região Norte não alcançaram a meta proposta pelo Programa, sendo a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG média, em 2012 (48,3%), menor do que a de 2008 (58,4%), todavia, com um número maior de instituições próximas dela. Em 2008, enquanto a Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG das IFES variava de 27,8%, registrada na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, a 105,1% na Universidade Federal de Tocantins – UFT, em 2012, a variação era de 36,0%, na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, para 63,7% na Universidade Federal do Pará – UFPA. Assim, elas tornaram-se menos desiguais quanto ao resultado, mas esse foi menor em todas elas, havendo, como a UFT, que saiu de uma Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG de 105,1%, no início do REUNI, para 43,6%; uma redução de 61,5 pontos. É verdade que quatro instituições aumentaram a taxa – UFAC, UNIFAP, UFRR e UFPA, mas a majoração foi inferior à redução, como comprova o aumento da UNIFAP, o maior deles, de 31,4 pontos, pois tinha 27,8% e passou a ter 59,2%. Por conseguinte, ao longo da implementação do REUNI, na região Norte, as Taxas de Conclusão de Curso de Graduação – TCG foram se reduzindo ficando todas distantes da meta estabelecida no Programa.

b) Região Nordeste

Os resultados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG da região Nordeste, composta por 14 IFES, conforme exposto na Tabela 7, mostrou que 78,57% das instituições apresentaram, em 2012, resultados inferiores aos do início do Programa, em 2008.

Tabela 7 – Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das IFES da Região Nordeste após a implementação do REUNI, de 2008 a 2012

IFES	SIGLA	2008	2009	2010	2011	2012
------	-------	------	------	------	------	------

Universidade Federal de Alagoas	UFAL	75,1	124,0	48,8	53,0	47,5
Universidade Federal da Bahia	UFBA	73,3	65,4	76,4	65,7	67,7
Universidade Federal do Ceará	UFC	71,5	62,0	59,5	67,3	66,6
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	63,3	62,6	53,8	46,1	49,4
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	68,0	119,1	55,5	47,1	41,9
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	60,9	77,0	60,6	55,2	48,3
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	65,4	66,0	70,4	69,7	68,8
Universidade Federal do Piauí	UFPI	65,9	62,9	56,4	52,0	55,8
Universidade Federal de Sergipe	UFS	70,1	69,9	57,0	48,0	47,4
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	78,5	83,7	67,1	72,6	82,8
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	-	98,0	53,9	122,2	70,1
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	-	54,4	19,8	75,0	41,3
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	66,5	55,6	53,9	51,6	51,0
Universidade Federal Vale do São Francisco	UNIVASF	7,2	90,0	29,6	38,9	38,9

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A análise estatística, média, desvio padrão e coeficiente de variação da região, conforme exposto na Tabela 8, aponta que houve declínio em todas as medidas.

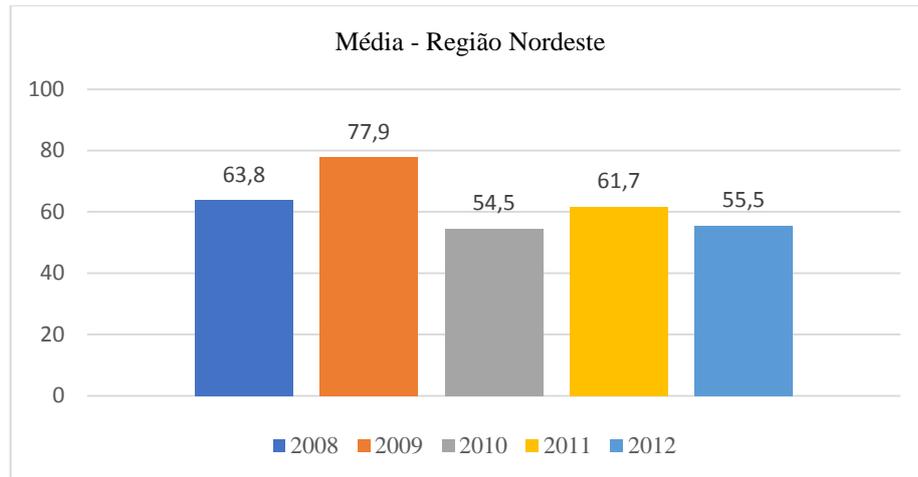
Tabela 8 – Média, Desvio Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Nordeste, de 2008 a 2012

ANO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
2008	63,8	17,7	27,8
2009	77,9	21,6	27,7
2010	54,5	14,2	26,1
2011	61,7	19,9	32,2
2012	55,5	12,8	23,1

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A média da região Nordeste, conforme demonstrado no Gráfico 16, no início do Programa, era de 63,8%. Nesse ano, duas instituições, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, que passou a ser Universidade pela Lei nº 11.155, em julho de 2005, e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, criada por meio da Lei nº 11.151, também em julho de 2005, não foram avaliadas quanto a esse indicador, pois não tinham, em 2008, alunos com cinco anos de ingresso.

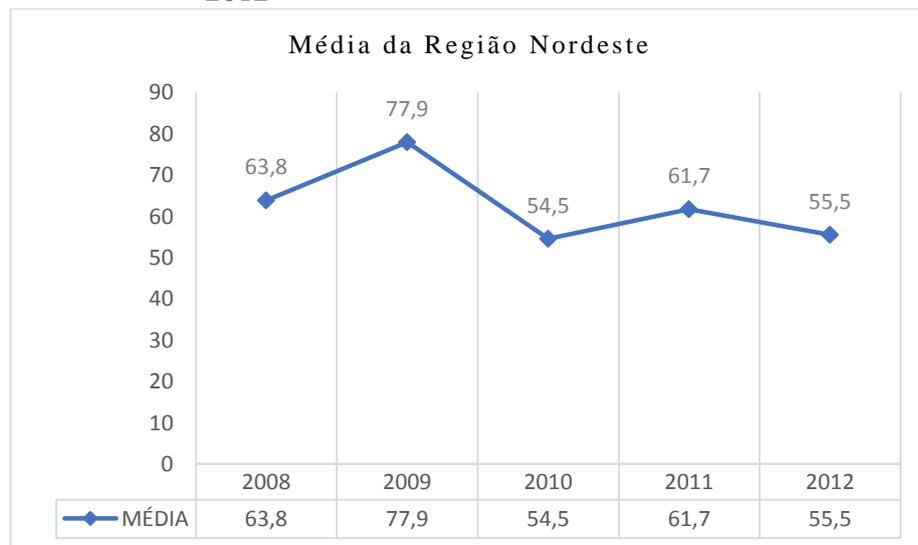
Gráfico 16 – Média da Região Nordeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Em 2009, a média foi de 77,9%, sendo a maior registrada na região na vigência do REUNI, o que corresponde a um aumento de 22,1% em relação ao início. Destacaram-se, nesse ano, a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, com uma taxa de conclusão de curso de 124,0%, e a Universidade Federal do Maranhão – UFMA, com 119,1%, fato que não se repetiu ao longo dos anos de vigência do Programa. Em 2010, a média voltou a declinar em 30% em relação ao ano anterior, ficando a média regional em 54,5%, sendo o pior resultado alcançado pela região Nordeste, conforme exposto no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Média da Região Nordeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



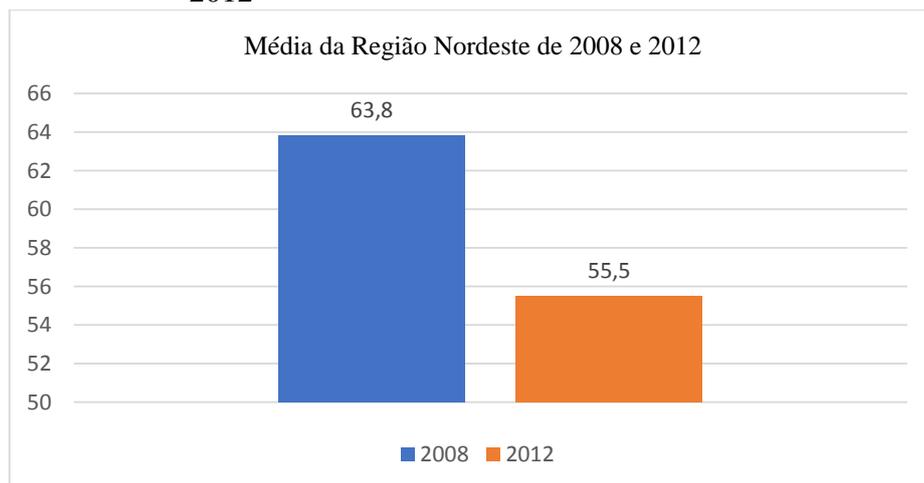
Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Contudo, em 2011, a média da região cresceu e ficou em 61,7%, o que representa uma elevação de 13,21% em relação ao resultado de 2010. Nesse ano, 2011, a Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA alcançou uma taxa de conclusão dos cursos de 122,2%, a maior registrada no ano e no período de implementação do Programa na região.

Em 2012, ocorreu um declínio na média da região, ficando em 55,5%. Esse percentual decorreu dos resultados das instituições, que foram inferiores aos obtidos nos anos anteriores, como o caso da Universidade Federal de Alagoas -UFAL que, em 2009, obteve 124% e, em 2012, ficou em 47,5%, uma diferença de 76,5 pontos, assim como o da Universidade Federal do Maranhão - UFMA que alcançou, em 2009, a taxa de 119,1% e passou para 41,9%, um declínio de 77,2 pontos, em apenas 3 anos. Esse fato se repetiu em quase todas as instituições da região Nordeste, com exceção das seguintes: Universidade Federal de Pernambuco -UFPE, com 68,8%; Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, com 38,9%, e Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, que apresentou a maior taxa, com 82,8%, mesmo assim não alcançando o proposto no Programa do REUNI, que era de 90%.

Isso fica claro nos dados do Gráfico 18, ao se comparar a média da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação -TCG das IFES, em 2008,63,8%, com a de 2012, que foi de 55,5%, mostrando que houve um declínio de 13% na taxa.

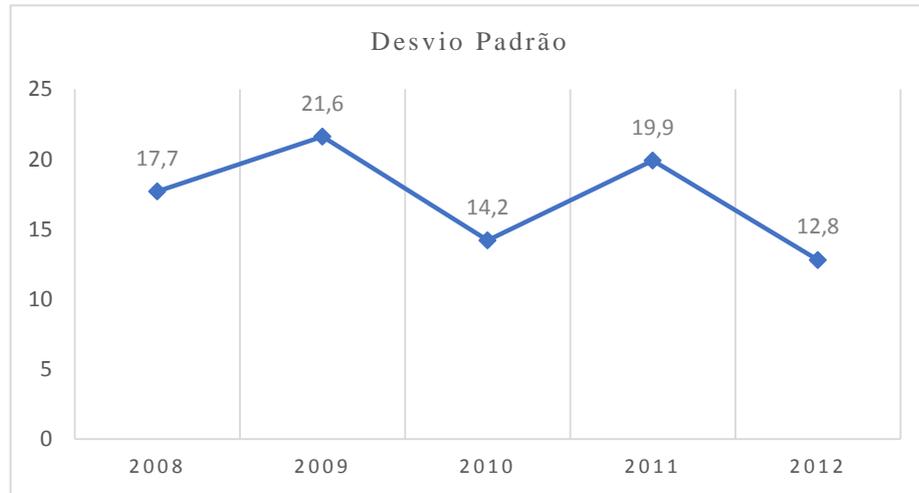
Gráfico 18 – Média da Região Nordeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O desvio padrão das IFES da região Nordeste, apresentado no Gráfico 19, variou de 17,7, em 2008, a 12,8 em 2012, demonstrando que os resultados, em 2008, estavam mais distantes da média do que no final, em 2012, isto é, a situação era mais heterogênea antes do que depois da implementação do Programa.

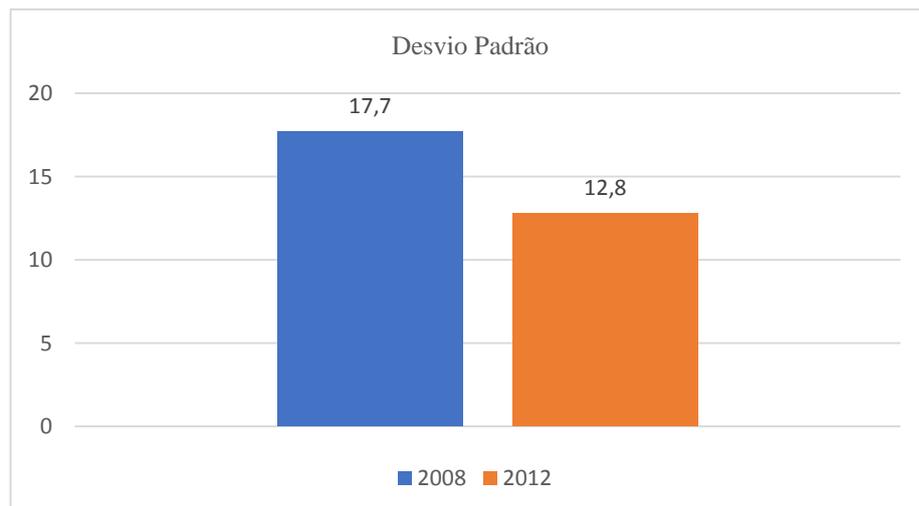
Gráfico 19 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Nordeste do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Ao comparar o desvio padrão de 2008, de 17,7%, com o resultado do final, 2012, de 12,8%, conforme exposto no Gráfico 20, percebe-se que houve uma redução na heterogeneidade das instituições, isto é, as instituições ficaram mais próximas da média que, como já demonstrado no Gráfico 18, diminuiu.

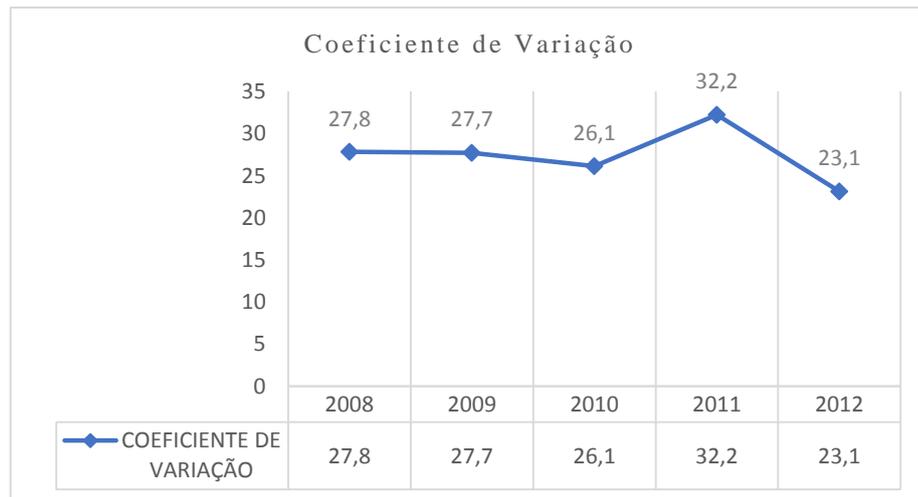
Gráfico 20 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Nordeste do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O coeficiente de variação das IFES da região Nordeste, conforme exposto no Gráfico 21, variou de 27,8%, em 2008, a 23,1%, em 2012, apresentando uma média de dispersão no final junto às beneficiárias em relação a esse critério.

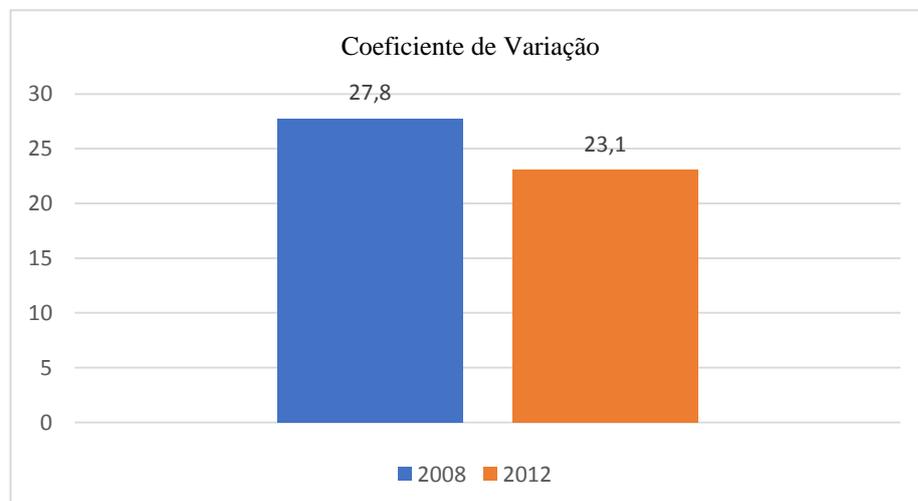
Gráfico 21 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Nordeste do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Constata-se que, conforme exposto no Gráfico 22, o coeficiente de variação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação- TCG, alcançou, em 2008, os 27,8%, enquanto, em 2012, ficou em 23,1%, o que significa que reduziu a heterogeneidade entre as instituições, ficando essas mais próximas da média que, conforme exposto no Gráfico 18, reduziu.

Gráfico 22 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Nordeste do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Com base nesses resultados, constata-se que as IFES da região Nordeste não alcançaram a meta proposta pelo REUNI, sendo a média da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, em 2012, menor que a de 2008, contudo, com um número maior de instituições próximas dela. Em 2008, enquanto a Taxa de Conclusão de Cursos da Graduação -TCG das instituições variava de 7,2%, registrado na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, a 78,5%, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em 2012, essa variação foi de 38,9%, na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, a 82,8%, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, evidenciando que tanto no início, como no final do Programa, as mesmas instituições apresentaram o menor e o maior resultado em relação a essa taxa. Por conseguinte, ao longo da implementação do Programa, na região Nordeste, apenas 3 instituições registraram aumento da taxa – UFPE, UFRN e UNIVASF, mesmo assim, todas ficaram abaixo da meta proposta pelo REUNI.

c) Região Sul

A Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, da região Sul, conforme exposta na Tabela 10, mostrou que, das 8 instituições que compõem a região, 75%, apresentaram, em 2012, resultados inferiores ao do início do Programa.

Tabela 9 – Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das IFES da Região Sul após a implementação do REUNI, de 2008 a 2012

IFES	SIGLA	2008	2009	2010	2011	2012
Universidade Federal do Paraná	UFPR	70,0	71,9	77,8	58,6	64,3
Universidade Federal de Pelotas	UFPeI	85,1	63,7	74,1	73,0	48,1
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	71,2	69,4	73,6	66,2	62,3
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	70,9	64,3	62,1	66,2	59,2
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	52,4	40,1	41,5	42,5	42,9
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	70,7	67,8	58,3	78,0	77,4
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA*	-	78,2	132,0	83,3	84,4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	62,4	72,2	72,0	67,7	64,8

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

* A Instituição UFCSPA não apresentou dados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação Presencial em 2008.

A análise estatística da região Sul, média, desvio padrão e coeficiente de variação, conforme exposto na Tabela 10, aponta que, em relação à média, houve declínio, enquanto, nas demais medidas, os resultados aumentaram.

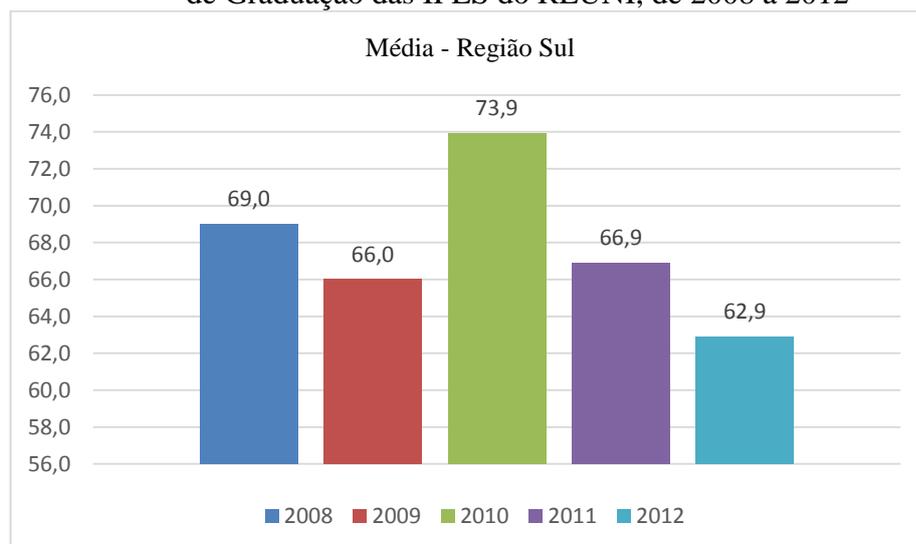
Tabela 10 – Média, Desvio-Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Sul, de 2008 a 2012

ANO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
2008	69,0	9,2	13,3
2009	66,0	10,7	16,2
2010	73,9	24,6	33,2
2011	66,9	11,7	17,5
2012	62,9	12,8	20,3

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Na região Sul, em 2008, conforme apresentado no Gráfico 23, a média das instituições, no início do Programa, foi de 69%. Nesse ano, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA, que se tornou universidade em 2008, não foi avaliada quanto a esse indicador, pois não tinha, em 2008, alunos com cinco anos de ingresso.

Gráfico 23 – Média da Região Sul da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Em 2009, a média regional ficou em 66%, inferior à dos anos de 2008 e 2010 que foi de 73,9%. Observa-se que, nesse ano, nenhuma das instituições da região Sul obteve a média igual ou superior a 80%. Em 2010, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA alcançou 132%, bem superior às das demais instituições no decorrer da vigência do Programa.

Em 2011, a média da região declinou 9,5%, em relação à média de 2010, que era de 73,9%, ficando com 66,9%. Essa taxa se repetiu em 2012, com uma queda de 5,9%, o que resultou em uma média regional de 62,9%, no último ano do Programa, sendo esta a mais baixa alcançada pela região na vigência do Programa. Um exemplo do declínio na região Sul é a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG da Universidade Federal de Pelotas - UFPel que, em 2008, era de 85,1% e, em 2012, passou para 48,1%, uma queda de 43,5%, o que refletiu nos resultados da região, conforme demonstrado no Gráfico 24.

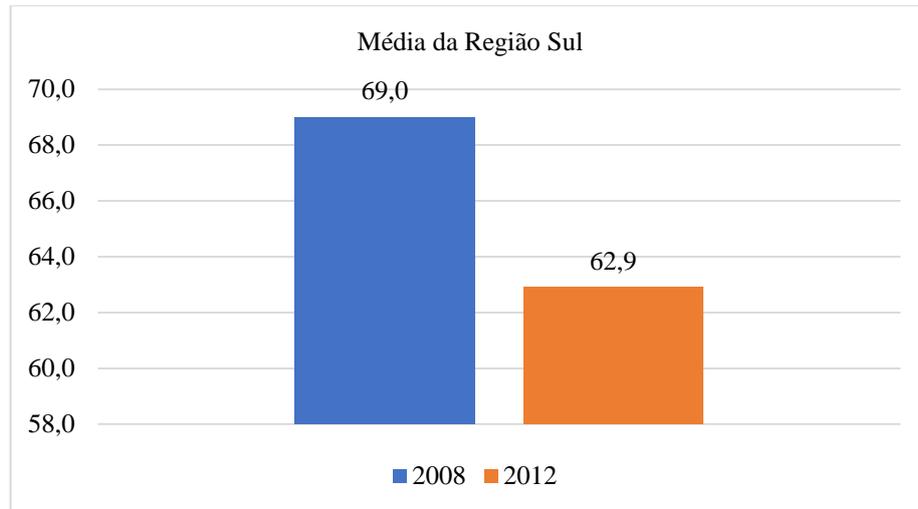
Gráfico 24 – Média da Região Sul da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A redução da média fica evidenciada no Gráfico 25. Era de 69,0%, em 2008, e passou para 62,9%, em 2012.

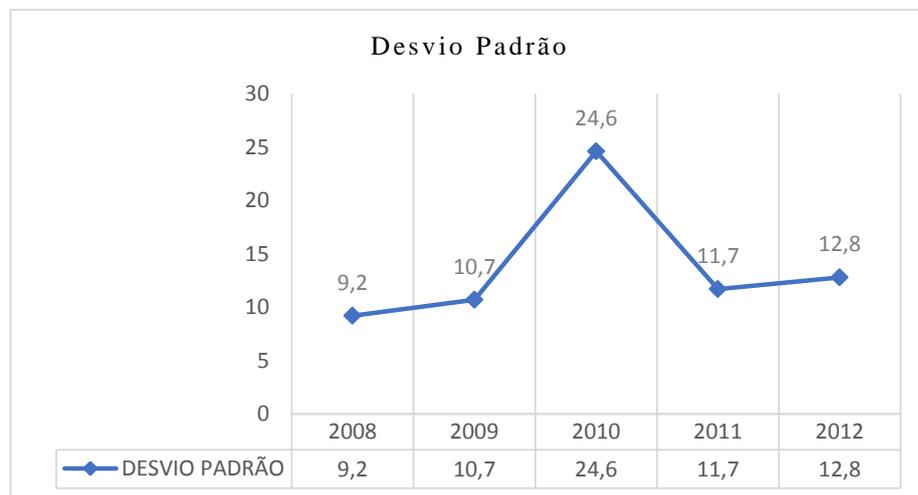
Gráfico 25 – Média da Região Sul da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

O desvio padrão das instituições da região Sul variou de 9,2%, em 2008, 10,7%, em 2009, 24,6%, em 2010, 11,7%, em 2011, para, ao final do Programa, em 2012, ficar em 12,8%, indicando o aumento da dispersão dos resultados alcançados pelas IFES, conforme demonstrado no Gráfico 26.

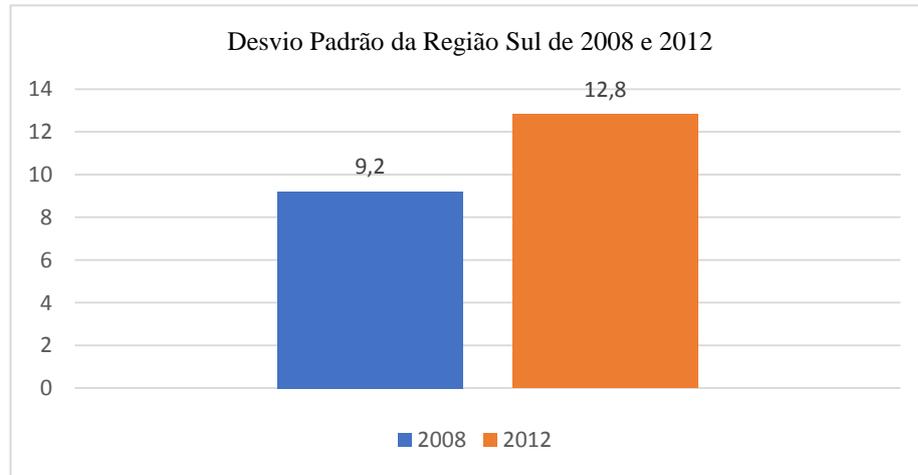
Gráfico 26 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sul do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A comparação do desvio padrão de 2008, que foi de 9,2%, com o de 2012, 12,8%, exposta no Gráfico 27, mostra que a dispersão é menor no primeiro ano do REUNI que no último, vale dizer que as instituições ficaram mais distantes da média.

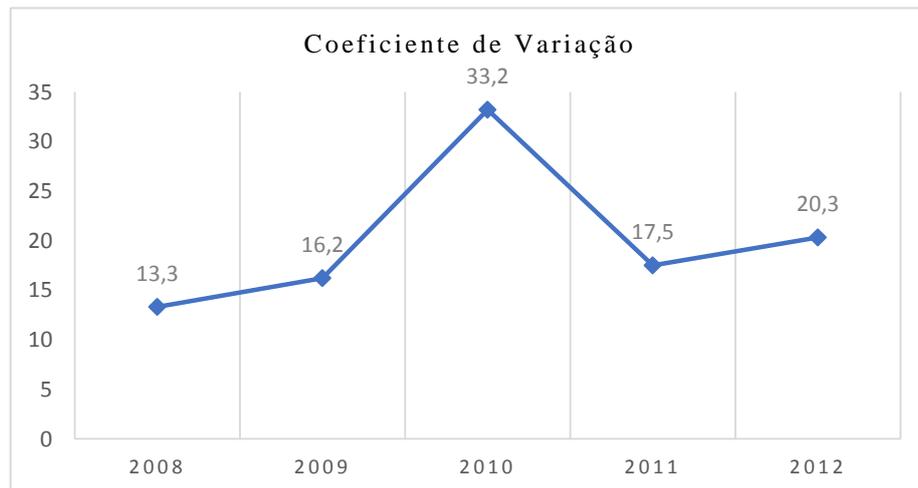
Gráfico 27 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sul do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

O coeficiente de variação das IFES da região Sul ficou entre 13,3%, em 2008, e 20,3%, em 2012, indicando um aumento na variação entre as beneficiárias em relação a essa medida, conforme demonstrado no Gráfico 28.

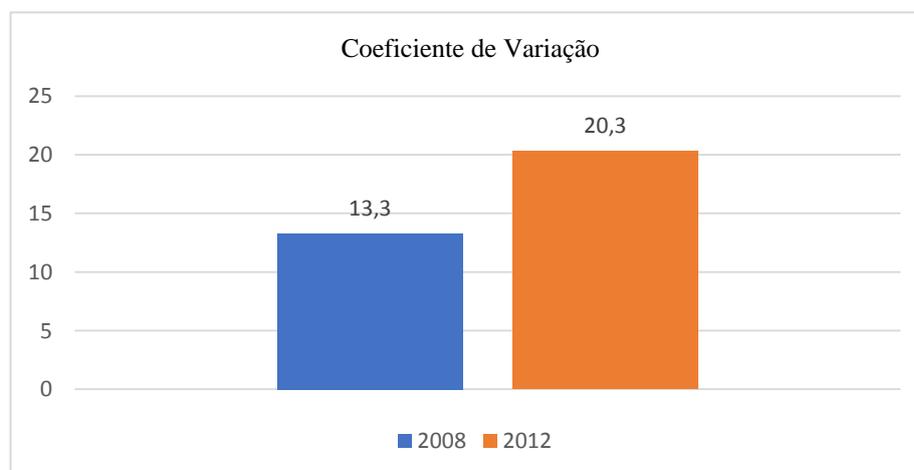
Gráfico 28 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sul do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Isso fica evidenciado ao se comparar o coeficiente de variação de 2008 (13,3%) com o de 2012 (20,3%), que apresenta uma alta dispersão no final junto às beneficiárias quanto a esse critério, mostrando uma maior heterogeneidade entre as instituições, conforme exposto no Gráfico 29.

Gráfico 29 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sul do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Esses resultados confirmam que as IFES da região Sul não alcançaram a meta estabelecida no REUNI, sendo a Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG, média de 2012 (62,9%), menor do que a de 2008 (69,0%). Em 2008, enquanto a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação variava de 52,4%, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, a 85,1%, na Universidade Federal de Pelotas – UFPel, em 2012, a variação era de 42,9%, na mesma instituição que apresentou o menor resultado em 2008, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, a 84,4%, na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA. Assim, tornaram-se menos desiguais quanto ao resultado, mas esse foi menor em 6 instituições, havendo, como a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, que saiu de uma Taxa de Conclusão de Curso de 85,1%, em 2008, para 48,1%, em 2012, uma redução de 37,0 pontos. É verdade que duas instituições aumentaram a taxa – UFCSPA e UFRGS. Por conseguinte, ao longo da implementação do REUNI, na região Sul, a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG foi-se reduzindo em 6 instituições e, mesmo nas instituições que apresentaram aumento, todas ficaram abaixo da meta estabelecida no Programa em 2012.

d) Região Sudeste

Os resultados da Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação TCG das IFES da região Sudeste, composta por 18 instituições, mostraram que 77,7% das instituições apresentaram, ao final do Programa, em 2012, resultados inferiores aos do início, em 2008, conforme exposto na Tabela 11.

Tabela 11 – Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das IFES da Região Sudeste após a implementação do REUNI, de 2008 a 2012

IFES	SIGLA	2008	2009	2010	2011	2012
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	82,5	62,2	100,8	59,0	62,0
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	90,2	89,6	85,0	90,3	80,1
Universidade Federal de Viçosa – MG	UFV	85,7	81,3	83,5	77,7	73,1
Universidade Federal de Juiz de Fora - MG	UFJF	96,4	83,7	84,1	86,2	82,4
Universidade Federal de Lavras – MG	UFLA	80,4	106,4	82,9	59,2	60,2
Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	63,8	83,3	83,2	70,6	47,5
Universidade Federal de Ouro Preto - MG	UFOP	89,3	81,3	81,5	63,9	54,8
Universidade Federal de Uberlândia - MG	UFU	96,2	87,2	93,6	87,3	62,7
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – MG	UFVJM	75,1	76,0	58,8	62,7	81,5
Universidade Federal de Alfenas - MG	UNIFAL	76,8	87,8	85,1	81,0	108,5
Universidade Federal de Itajubá - MG	UNIFEI	75,2	80,0	71,4	73,5	52,8
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	63,8	76,8	65,3	70,6	65,8
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	68,0	58,7	46,6	44,7	45,1
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	99,2	86,6	234,4	65,0	72,9
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	80,9	85,6	81,2	78,2	79,0
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	91,4	109,2	109,5	80,3	83,2
Universidade Federal Fluminense	UFF	66,5	63,3	65,9	75,0	63,3
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	54,3	55,2	52,3	48,2	54,7

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

A análise estatística, média, desvio padrão e coeficiente de variação da região Sudeste, mostrou que, em relação à média, houve declínio; já as medidas de dispersão aumentaram, indicando heterogeneidade entre as instituições, conforme demonstrado na Tabela 12.

Tabela 12 – Média, Desvio-Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Sudeste, de 2008 a 2012

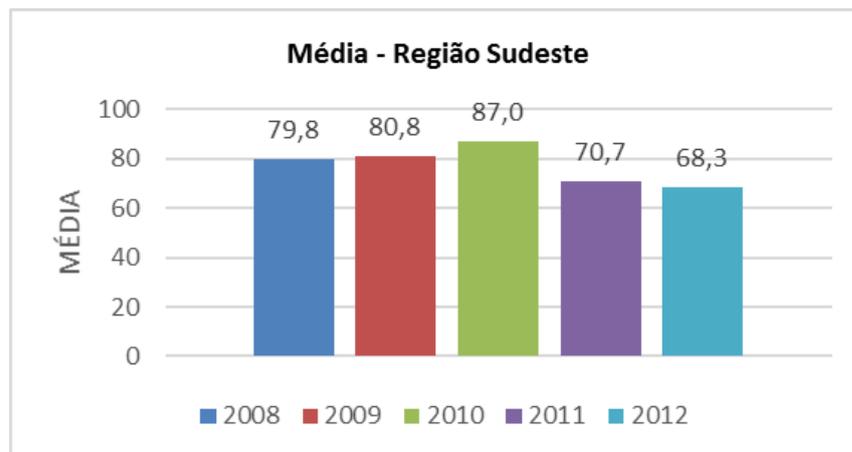
ANO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
2008	79,8	12,5	15,7
2009	80,8	14,0	17,4
2010	87,0	39,0	44,9
2011	70,7	12,5	17,7
2012	68,3	15,4	22,5

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Na região Sudeste, em 2008, conforme exposto no Gráfico 30, a média regional da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG foi de 79,8%. Isso se deve ao fato de que, nesse ano, 5 instituições da região, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (90,2%), Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF (96,4%), Universidade Federal de Uberlândia-

UFU (96,2%), Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (99,2%) e Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (91,4%), apresentarem média igual ou superior a 90% no primeiro ano de vigência do Programa, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 6.096/2007, art. 1º § 1º.

Gráfico 30 – Média da Região Sudeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012

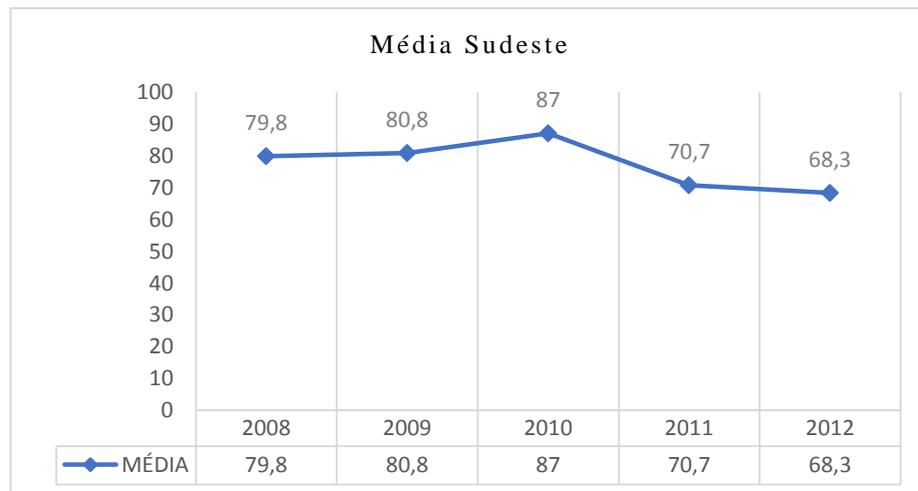


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Em 2009, a média regional aumentou para 80,8%, com destaque para as instituições: Universidade Federal de Lavras – UFLA, com 106,4%, e Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, com 109,2%. Esta, pelo segundo ano consecutivo, alcançou a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG acima do estabelecido no Programa ficando a média da região, assim, superior à média das demais regiões avaliadas nesse ano. Em 2010, o resultado da média regional da taxa de conclusão do curso alcançou seu maior valor com um resultado de 87%, fato que não se repetiu ou foi superado, nos anos seguintes, por nenhuma região avaliada.

Mas, em 2011, a média da região declinou 18,73%, ficando em 70,7%, bem inferior aos três primeiros anos do Programa. Nesse ano, apenas a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG alcançou o resultado, com 90,3%. As demais ficaram abaixo da meta proposta para o Programa e algumas ainda apresentaram resultados preocupantes, como a Universidade Federal do Espírito Santo - UFES que, em 2010, alcançou 100,8% e, em 2011, ficou com 59,0%, conforme demonstra o Gráfico 31.

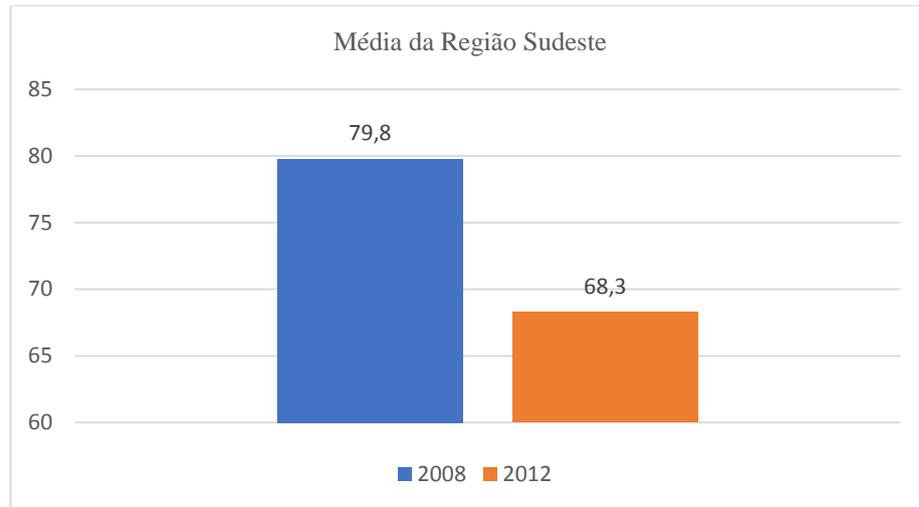
Gráfico 31 – Média da Região Sudeste da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Essa situação se repetiu em 2012, com uma média de 68,3%, sendo esse o pior resultado obtido pela região. Ressalta-se que, em 2012, a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL alcançou o melhor resultado da região e de todas as instituições avaliadas, com 108,5%, demonstrando, assim, que a meta estabelecida pelo Programa era possível de ser alcançada. Essa situação fica evidenciada no Gráfico 32 que compara o resultado de 2008, 79,8%, ao de 2012, 68,3%.

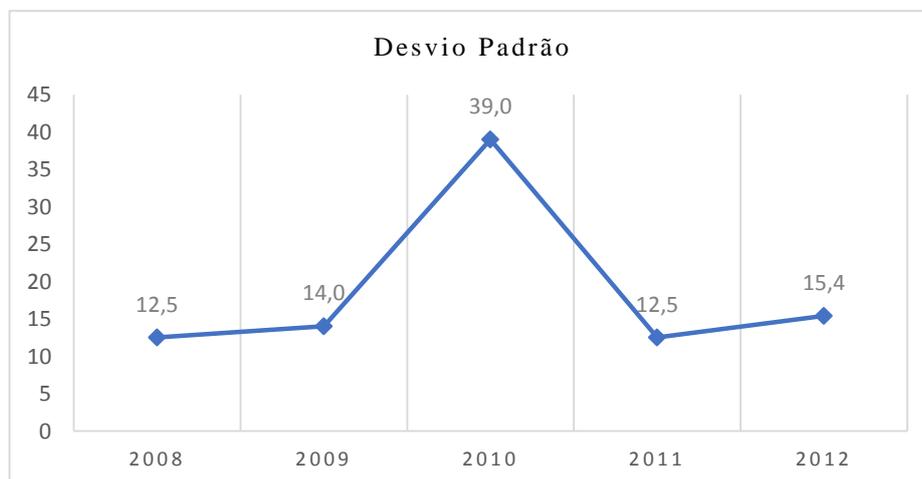
Gráfico 32 – Média da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O desvio padrão das IFES da região Sudeste, exposto no Gráfico 33, variou de 12,5% a 15,4%, entre 2008 e 2012, apontando que os resultados, em 2008, eram mais próximos da média no início do Programa do que no final, isto é, a situação era menos heterogênea em 2008 do que em 2012.

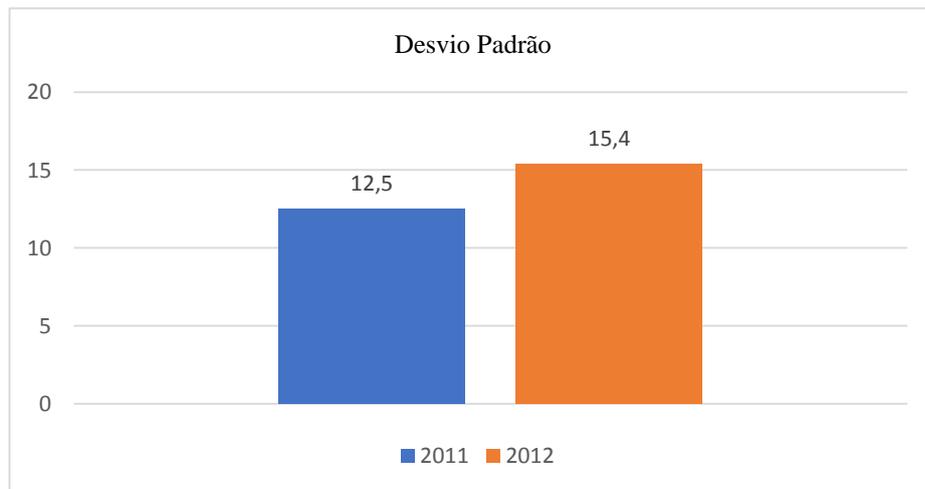
Gráfico 33 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Ao comparar o desvio padrão de 2008 (12,5%), com o de 2012 (15,4%), conforme exposto no Gráfico 34, constata-se que houve um aumento nessa medida, mostrando uma maior dispersão, isto é, que as instituições ficaram mais afastadas da média.

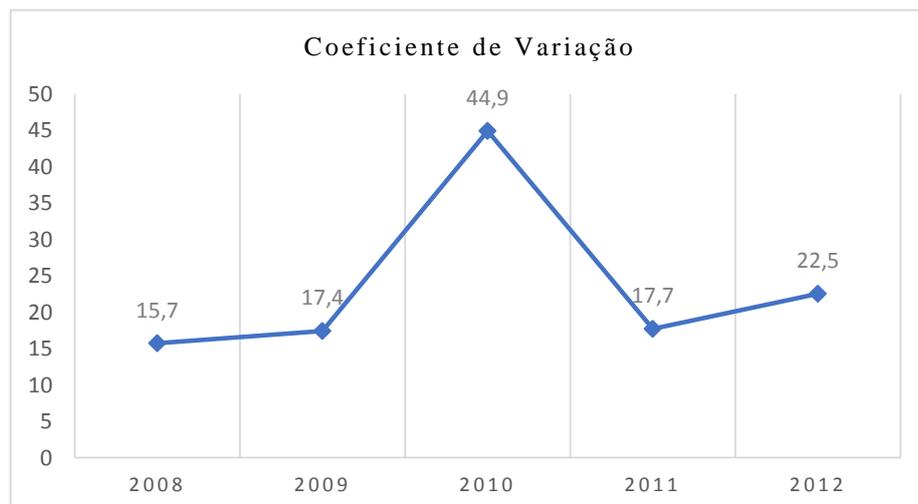
Gráfico 34 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O coeficiente de variação da Taxa de Conclusão de Curso da Graduação das IFES da região Sudeste, demonstrado no Gráfico 35, foi, em 2008, de 15,7%; em 2009, de 17,4%; em 2010, de 44,9%; em 2011, de 17,7%; e, em 2012, de 22,5%, evidenciando que, durante a implementação do REUNI, aumentou a heterogeneidade das instituições.

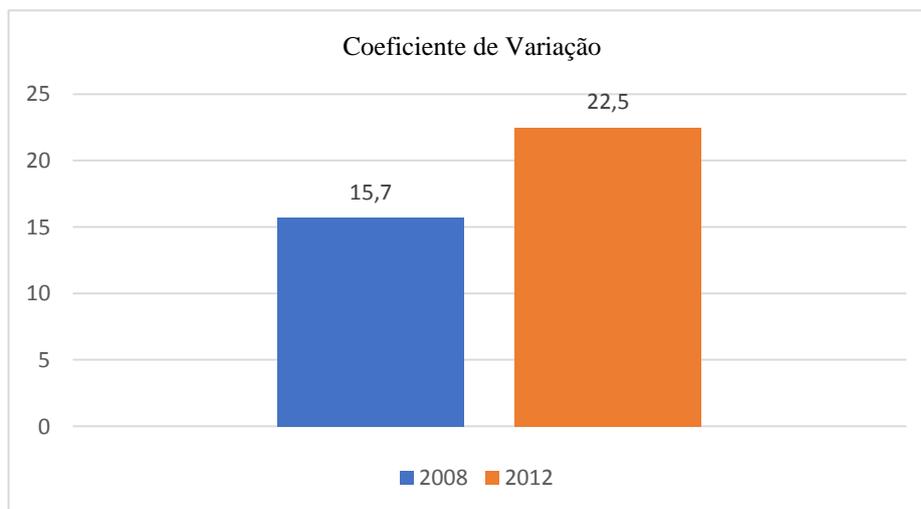
Gráfico 35 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Esse aumento é evidenciado na comparação, constante do Gráfico 36, do coeficiente de variação, de 15,7%, em 2008, com o de 2012, de 22,5%.

Gráfico 36 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Sudeste do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Os resultados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG das IFES do Sudeste mostram que essa foi a região que mais apresentou instituições que alcançaram a meta do REUNI ao longo do processo de implementação, sendo, em 2012, o maior alcançado pela Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, com 108,5%. A Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG, em 2012 (68,3%), foi menor que a de 2008 (79,8), todavia, com um número maior de instituições próximas dela. Em 2008, enquanto a Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG variava de 54,3%, registrada na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, a 99,2% na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, em 2012, a variação era de 45,1%, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, para 108,5%, na Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL. Assim, tornaram-se menos desiguais quanto ao resultado, mas esse foi menor em 24 delas, havendo, como a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, que saiu de 89,3%, no início do Programa para 54,8%, uma redução de 34,5 pontos. É verdade que houve aumento da taxa nas instituições UFVJM, UNIFAL, UFRJ e UNIRIO. Por conseguinte, ao longo da implementação do REUNI, na região Sudeste, a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG foi reduzindo, ficando 17 instituições distantes da meta estabelecida pelo Programa.

e) Região Centro-Oeste

Os resultados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, da região Centro-Oeste, composta por 5 IFES, conforme demonstrado na Tabela 13, mostram que 4 instituições apresentaram, em 2012, resultados inferiores aos do início do Programa em 2008.

Tabela 13 – Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste após a implementação do REUNI, de 2008 a 2012

IFES	SIGLA	2008	2009	2010	2011	2012
Universidade de Brasília	UNB	87,6	87,5	80,1	87,8	65,1
Universidade Federal de Goiás	UFG	71,2	66,3	65,4	68,5	66,0
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	60,0	39,2	54,8	58,6	61,3
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	50,7	53,0	47,2	53,9	50,0
Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD*	-	73,3	45,6	58,1	56,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

* A Instituição UFGD não apresentou dados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação Presencial em 2008.

A análise estatística da região, por meio da média, desvio padrão e coeficiente de variação, exposta na Tabela 14, mostrou que houve declínio em todas as medidas.

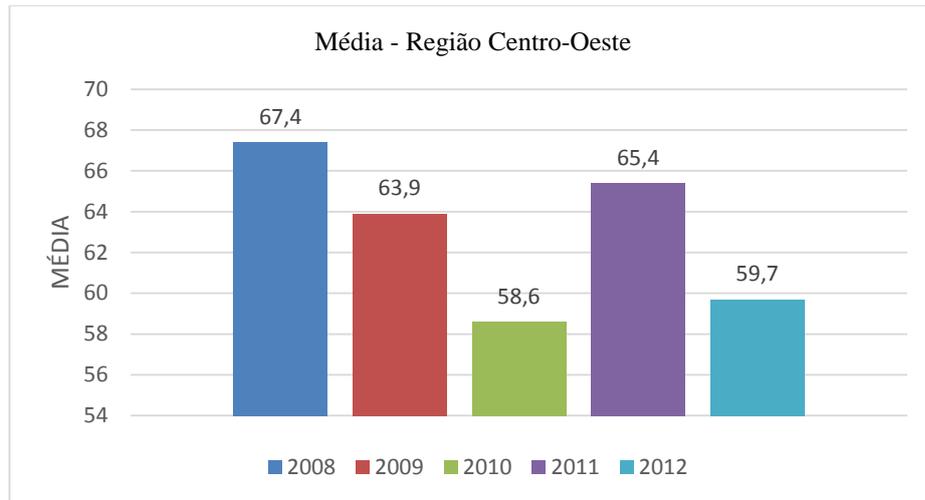
Tabela 14 – Média, Desvio-Padrão e Coeficiente de Variação da TCG das IFES da Região Centro-Oeste, de 2008 a 2012

ANO	MÉDIA	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
2008	67,4	13,7	20,4
2009	63,9	16,6	26,0
2010	58,6	12,8	21,9
2011	65,4	12,2	18,6
2012	59,7	6,0	10,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Na região Centro-Oeste, em 2008, como exposto no Gráfico 37, ocorreu a maior média da região, com 67,4%. Nos anos seguintes, esses resultados declinaram para 63,9%, em 2009, e 58,65%, em 2010. Ressalta-se que apenas uma instituição, a Universidade de Brasília - UNB, apresentou os maiores resultados, com 87,6%, em 2008, 87,5%, em 2009, e 80,1%, em 2010. As outras instituições ficaram abaixo desse resultado.

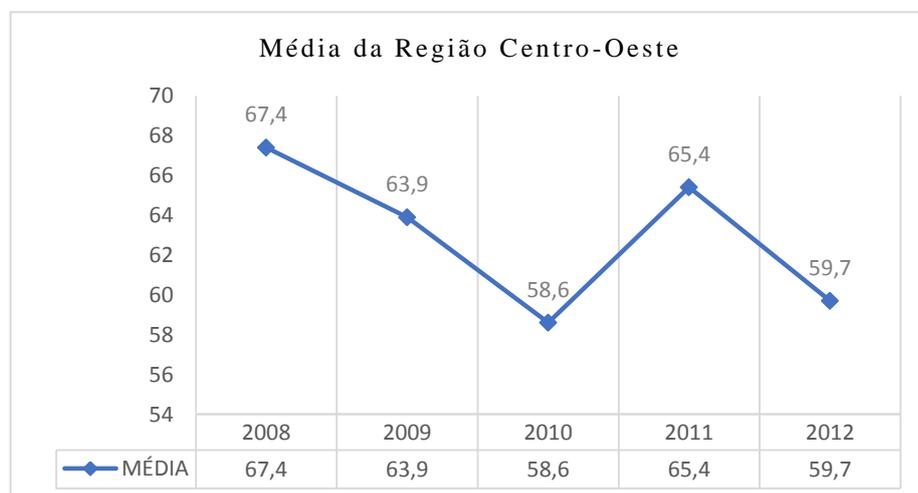
Gráfico 37 – Média da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O Gráfico 38 evidencia o declínio da média da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG da região Centro-Oeste, ao longo do período analisado.

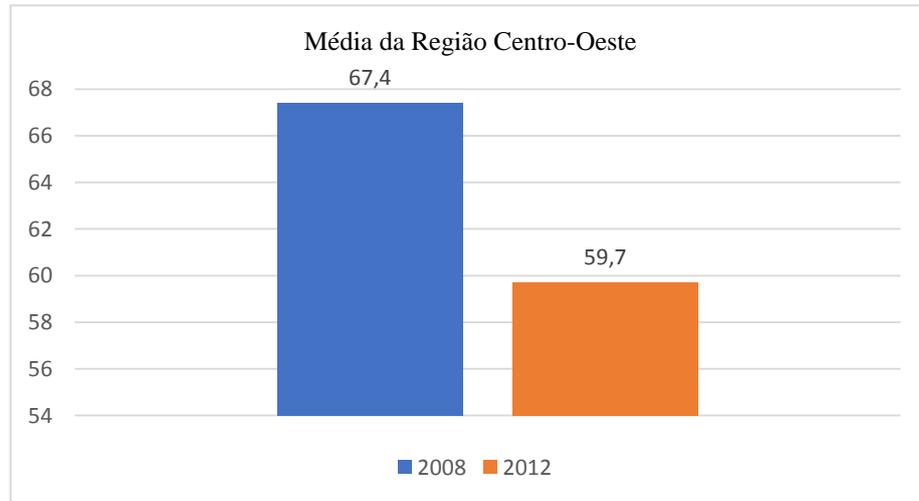
Gráfico 38 – Média da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Em 2011, a média da região foi de 65,4% e, em 2012, foi de 59,7%, sendo que, no último ano de vigência do Programa, nenhuma instituição alcançou resultado igual a 90%, conforme previa o Decreto nº 6.096/2007, pelo contrário, ao se comparar a média de 2008, 67,4%, com a de 2012, 59,7% (Gráfico 39), verifica-se que houve declínio da TCG.

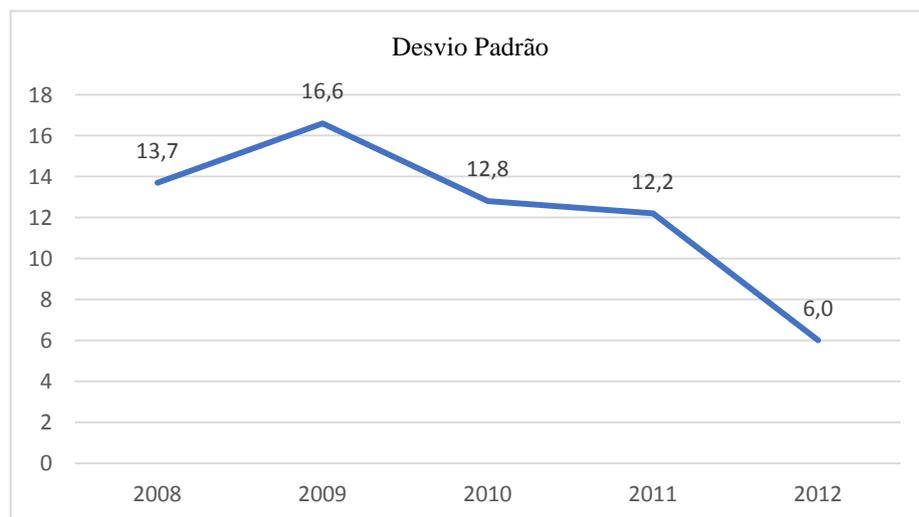
Gráfico 39 – Média da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O desvio padrão da região Centro-Oeste, exposto no Gráfico 40, variou de 13,7%, em 2008, para 16,6% em 2009, 12,8%, em 2010, 12,2%, em 2011, e 6,0% em 2012, indicando menor dispersão, isto é, mais proximidade com a média.

Gráfico 40 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 a 2012

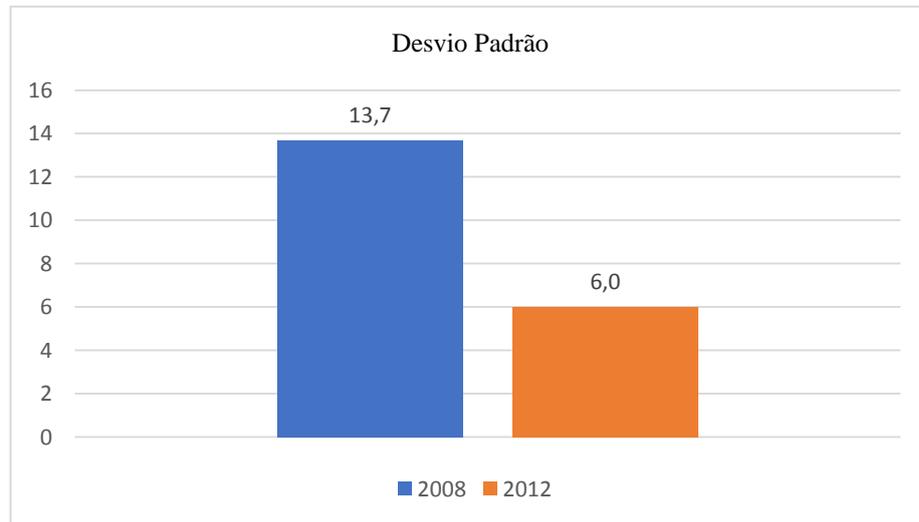


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Na comparação do desvio padrão da Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG da região Centro-Oeste de 2008 (13,7%) com o de 2012 (6,0%), constata-se que houve

declínio. Logo, como exposto no Gráfico 41, no início do Programa, a dispersão era maior em relação à média.

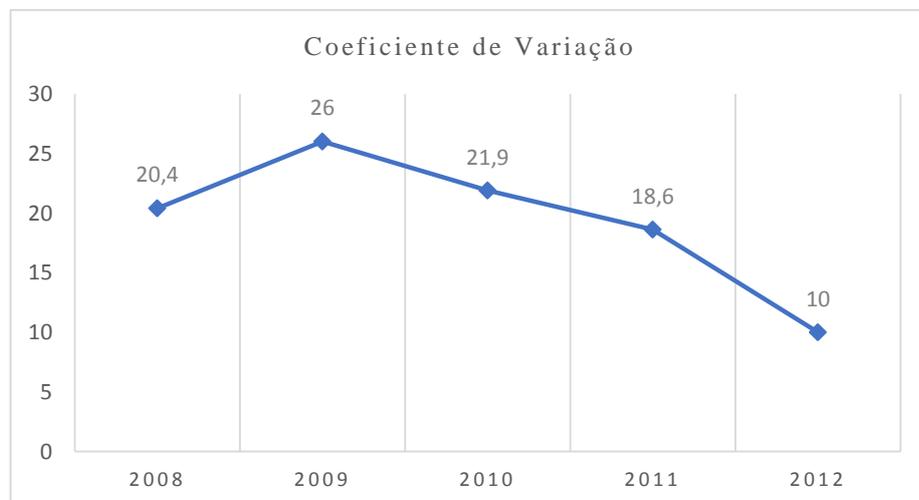
Gráfico 41 – Desvio Padrão da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

O coeficiente de variação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, da região Centro-Oeste, exposto no Gráfico 42, variou de 20,4%, em 2008, a 10,0%, em 2012, indicando baixa dispersão e maior homogeneidade entre as beneficiárias.

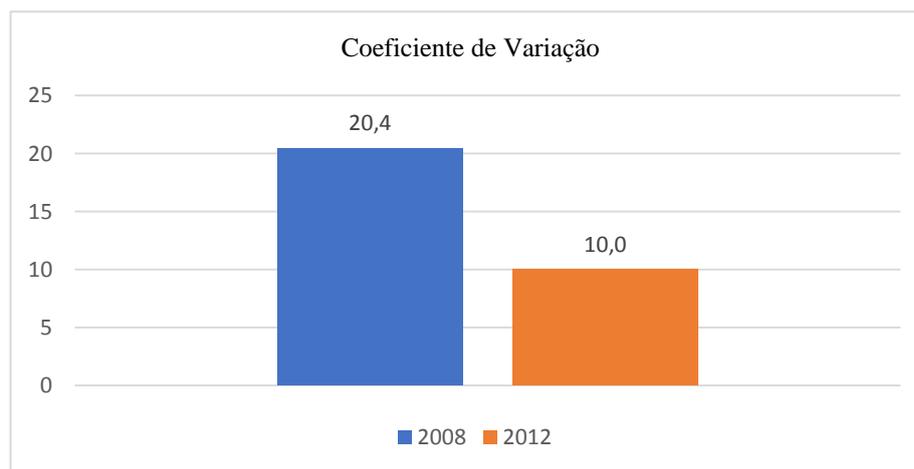
Gráfico 42 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Isso é evidenciado no Gráfico 43, ao se comparar o coeficiente de variação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação -TCG da região Centro-Oeste de 20,4%, em 2008, com a de 10,0%, em 2012, apresentando, no final do Programa, uma maior homogeneidade e uma dispersão menor entre as instituições.

Gráfico 43 – Coeficiente de Variação da Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação das IFES da Região Centro-Oeste do REUNI, de 2008 e 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2004 a 2012.

Esses resultados confirmam que as IFES da região Centro-Oeste não alcançaram a meta proposta pelo Programa, sendo a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG média, em 2012 (59,7%), menor que a de 2008 (67,4%). Em 2008, enquanto a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG variava de 50,7%, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, a 87,6% na Universidade de Brasília – UNB, em 2012, a variação era de 50,0% na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, para 66,00% na Universidade Federal de Goiás – UFG. Assim, elas se tornaram menos desiguais quanto ao resultado, mas esse foi menor em 4 delas, havendo, como a Universidade de Brasília – UnB, instituição que saiu de uma Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG de 87,6%, no início do Programa, para 65,1%, em 2012, uma redução de 25,6%. Por conseguinte, ao longo da implementação do REUNI, na região Centro-Oeste, a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação foi-se reduzindo, ficando todas as instituições distantes da meta estabelecida no Programa.

Em síntese, como exposto na Tabela 15, nenhuma região conseguiu alcançar a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG estabelecida no Decreto nº 6.096/2007 e, em todas elas, constatou-se o declínio desse indicador no período de implementação (entre 2008 a

2012), sendo o pior resultado o da região Norte, com 48,3%, e o melhor, o da região Sudeste, com 68,3%.

Tabela 15 – Média da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação das Regiões no Programa do REUNI, de 2008 a 2012

REGIÃO	2008	2009	2010	2011	2012
NORTE	58,4	71,9	61,6	82,6	48,3
NORDESTE	63,8	77,9	54,5	61,7	55,5
SUL	69,0	66,0	73,9	66,9	62,9
SUDESTE	79,8	80,8	87,0	70,7	68,3
CENTRO-OESTE	67,4	63,9	58,6	65,4	59,7
MÉDIA GERAL	67,6				58,94

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Isso fica evidente ao se comparar a média geral das regiões no ano 2008 (67,6%) com a de 2012 (58,94%), demonstrando que, durante o período de implementação do REUNI, as regiões apresentaram um declínio de 12,81%.

É verdade que, como indicam os resultados das instituições avaliadas, que compõem cada região, a situação é diversa entre as beneficiárias em cada ano, evidenciando que algumas IFES estão mais perto da média do que outras e que a situação varia ano a ano.

A variação no alcance da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação - TCG, de 2008 em relação a 2012, nas regiões, conforme demonstrado na Tabela 16, evidencia que a região Norte apresentou o maior declínio (17,2%), seguida pela região Sudeste (14,41%), pela Nordeste (13,09%), Centro-Oeste (11,42%) e, por último, a região Sul com o menor declínio (8,84%).

Tabela 16 – Declínio da Média da Taxa de Conclusão do Curso de Graduação das IFES do REUNI, de 2008 a 2012

REGIÃO	TAXA DE CONCLUSÃO DO CURSO – TCG		DECLÍNIO %
	2008	2012	
NORTE	58,4%	48,3%	17,20%
NORDESTE	63,8%	55,5%	13,09%
SUL	69,0%	62,9%	8,84%
SUDESTE	79,8%	68,3%	14,41%
CENTRO-OESTE	67,4%	59,7%	11,42%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Observa-se que, mesmo com um declínio de 14,41%, a região Sudeste apresenta o melhor resultado regional, com 68,3%, em 2012, no entanto, distante 31,77% da meta proposta que era de 90%. É que essa região, como evidenciado na Tabela 17, foi a que

apresentou o maior número de resultados (13) da TCG igual ou superior a 90%. As demais, apenas nas regiões Norte e Nordeste registrou-se o alcance da TCG estabelecido no Decreto 5 vezes e na região Sul uma vez, na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, em 2010. Na região Centro-Oeste, nenhuma instituição alcançou a Taxa de 90%, sendo o resultado mais próximo o da Universidade de Brasília – UNB, em 2011, com 87,8%.

Tabela 17 – Instituições que apresentaram a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG igual ou maior que 90%, do Programa REUNI, de 2008 a 2012

TAXA DE CONCLUSÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO – TCG							
	IFES	SIGLA	2008	2009	2010	2011	2012
NORTE	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	-	-	119,1	-	-
	Universidade Federal do Acre	UFAC	-	-	-	261,7	-
	Universidade Federal do Pará	UFPA	-	135,6	107,9	-	-
	Universidade Federal do Tocantins	UFT	105,1	-	-	-	-
NORDESTE	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	-	124,0	-	-	-
	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	-	119,1	-	-	-
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	-	98,0	-	122,2	-
	Universidade Federal Vale do São Francisco	UNIVASF	-	90,0	-	-	-
SUL	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	-	-	132,0	-	-
	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	-	-	100,8	-	-
SUDESTE	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	90,2	-	-	90,3	-
	Universidade Federal de Juiz de Fora - MG	UFJF	96,4	-	-	-	-
	Universidade Federal de Lavras – MG	UFLA	-	106,4	-	-	-
	Universidade Federal de Uberlândia - MG	UFU	96,2	-	93,6	-	-
	Universidade Federal de Alfenas - MG	UNIFAL	-	-	-	-	108,5
	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	99,2	-	234,4	-	-
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	91,4	109,2	109,5	-	-

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

* As Instituições UFERSA, UFRB, UFCSPA e UFGD não apresentaram dados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação Presencial em 2008.

Assim, como se evidencia na Tabela 18, em 2012, quando findou a implementação do Programa, a TCG variava de 36,0%, registrada na Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, na região Norte, a 108,5%, registrada na Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, na região Sudeste.

Tabela 18 – Relação das IFES pela ordem decrescente de alcance da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, do Programa REUNI, em 2012

	IFES	SIGLA	2012
NORTE	Universidade Federal do Pará	UFPA	63,7
	Universidade Federal de Roraima	UFRR	60,2
	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	59,2

	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	44,1
	Universidade Federal do Tocantins	UFT	43,6
	Universidade Federal do Acre	UFAC	40,2
	Universidade Federal de Rondônia	UNIR	39,7
	Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	36,0
NORDESTE	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	82,8
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	70,1
	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	68,8
	Universidade Federal da Bahia	UFBA	67,7
	Universidade Federal do Ceará	UFC	66,6
	Universidade Federal do Piauí	UFPI	55,8
	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	51,0
	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	49,4
	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	48,3
	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	47,5
	Universidade Federal de Sergipe	UFS	47,4
	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	41,9
	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	41,3
	Universidade Federal Vale do São Francisco	UNIVASF	38,9
	SUL	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA
Universidade Federal de Santa Maria		UFSM	77,4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul		UFRGS	64,8
Universidade Federal do Paraná		UFPR	64,3
Universidade Federal de Santa Catarina		UFSC	62,3
Universidade Federal do Rio Grande		FURG	59,2
Universidade Federal de Pelotas		UFPeI	48,1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná		UTFPR	42,9
SUDESTE	Universidade Federal de Alfenas - MG	UNIFAL	108,5
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	83,2
	Universidade Federal de Juiz de Fora - MG	UFJF	82,4
	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – MG	UFVJM	81,5
	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	80,1
	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	79,0
	Universidade Federal de Viçosa – MG	UFV	73,1
	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	72,9
	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	65,8
	Universidade Federal Fluminense	UFF	63,3
	Universidade Federal de Uberlândia - MG	UFU	62,7
	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	62,0
	Universidade Federal de Lavras – MG	UFLA	60,2
	Universidade Federal de Ouro Preto - MG	UFOP	54,8
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	54,7	

	Universidade Federal de Itajubá - MG	UNIFEI	52,8
	Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	47,5
	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	45,1
CENTRO-OESTE	Universidade Federal de Goiás	UFG	66,0
	Universidade de Brasília	UNB	65,1
	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	61,3
	Universidade Federal da Grande Dourados - MG	UFGD	56,0
	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	50,0

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

* As Instituições UFERSA, UFRB, UFCSPA e UFGD não apresentaram dados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação Presencial em 2008.

As instituições que tiveram os melhores resultados ao término do Programa REUNI, em 2012, foram: na região Norte, a Universidade Federal do Pará - UFPA, com 63,7%; na região Nordeste, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, com 82,8%; na região Sul, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA, com 84,4%; na região Sudeste, a Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL, com 108,5%; e, na região Centro-Oeste, a Universidade Federal de Goiás - UFG com 66%.

Em relação às instituições com os piores resultados no REUNI, em 2012, destacaram-se: na região Norte, a Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, com 36%; na região Nordeste, a Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF, com 38,9%; na região Sul, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, com 42,9%; na região Sudeste, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, com 45,1%; e, na região Centro-Oeste, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul -UFMS, com 50%.

Portanto, ao término do Programa REUNI, em 2012, a instituição que obteve o maior resultado em relação à TCG, foi a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, com 108,5%, e o menor a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, com 36%.

Como são essas instituições em termos de história, número de vagas, matrículas, cursos de graduação presencial, de pós-graduação, de servidores docentes e técnico-administrativos? É isso que se procura responder no próximo capítulo.

4 UNIFAL E UFRA: HISTÓRIA E DESEMPENHO DE 2008 A 2012

Neste tópico, apresenta-se, no primeiro momento, a instituição que obteve o melhor resultado em relação à Taxa de Conclusão do Curso de Graduação Presencial (TCG), no Programa REUNI, durante o período de 2008 a 2012, a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), em Minas Gerais, mostrando sua evolução de Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), em 1914, para Universidade Federal, em 2005. Em seguida, expõem-se os resultados encontrados no desenvolvimento da UNIFAL no período de implementação do REUNI, mensurando o crescimento da instituição ao longo do período de vigência do Programa. No terceiro tópico, apresenta-se a instituição com o pior resultado em relação à Taxa de Conclusão do Curso de Graduação Presencial (TCG), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), no Pará, mostrando sua evolução de Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), para Universidade Federal em 2002. Por fim, expõem-se os resultados encontrados no desenvolvimento da UFRA no período de implementação do REUNI, mensurando o crescimento da instituição ao longo do período de vigência do Programa.

4.1 A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NA INSTITUIÇÃO COM MELHOR RESULTADO EM RELAÇÃO À TAXA DE CONCLUSÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO – TCG.

4.1.1 Histórico institucional da UNIFAL

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) é uma instituição de ensino superior pública sediada na cidade de Alfenas e com outros *campi* nas cidades de Poços de Caldas e Varginha, na região sul do estado de Minas Gerais. Fundada em 1914, como Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA), por João Leão de Faria e um grupo de idealizadores, foi reconhecida por meio da Lei Estadual nº 657, de 11 de setembro de 1915, do Governo do Estado de Minas Gerais, como instituição de ensino superior (UNIFAL, 2007).

O reconhecimento pelo Ministério da Educação e Saúde deu-se por meio do art. 26 do Decreto nº 19.851, de 1932, quando foi aprovado o novo regulamento enquadrando-a nas disposições das leis federais. Em 1960, por meio da Lei nº 3.854, a Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA) foi federalizada, estando sua direção a cargo do Professor Paulo Passos da Silveira (UNIFAL, 2007).

A transformação em autarquia de regime especial efetivou-se por meio do Decreto nº 70.686, de 1972, favorecendo, posteriormente, a implantação de outros cursos, como o de Enfermagem e Obstetrícia, autorizado pelo Parecer n.º 3.246, de 5 de outubro de 1976, e pelo Decreto n.º 78.949, de 15 de dezembro de 1976, sendo reconhecido pelo Parecer do CFE n.º 1.484/79, Portaria MEC n.º 1.224, de 18 de dezembro de 1979; os de Nutrição e Ciências Biológicas, em 1999, foram autorizados pela Portaria do MEC nº 1.202, de 3 de agosto de 1999, com início de funcionamento em 2000 (UNIFAL, 2007).

Em 2001, por meio da Portaria/MEC nº 2.101, transformou-se em Centro Universitário Federal (EFOA/CEUFE) por atender as exigências legais da época. Em 29 de julho de 2005, foi transformada em Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) por meio da Lei nº 11.154/2005, propiciando a implantação de vários cursos, como: Matemática, Física e Química, Geografia, Biotecnologia, Ciência da Computação, Pedagogia e a modalidade de Ciências Ambientais para o curso de Ciências Biológicas. Consta, ainda no Art. 3º da mesma Lei, que, “observado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, organizará sua estrutura e forma de funcionamento nos termos da lei, de seu Estatuto, de seu Regimento Geral e das normas legais pertinentes” (UNIFAL, 2012, p. 16).

Tem como objetivos:

- I - formar pessoas para o exercício profissional nas diferentes áreas do conhecimento, aptas para a inserção nos diversos campos de atuação, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade;
- II - promover programas e atividades de atualização permanente de profissionais;
- III - promover programas e projetos de pesquisa e extensão para a ampliação do conhecimento, para a melhor qualificação do ensino e das atividades didático-pedagógicas;
- IV - realizar atividades de pesquisa, extensão e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, assim como a criação e a difusão da cultura, de modo a desenvolver o entendimento do homem e do meio ambiente em que vive;
- V - pôr ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos, ações e serviços, a técnica, a cultura e o resultado das pesquisas que realiza;
- VI - contribuir para a elevação do nível de ensino em todos os seus graus e modalidades;
- VII - participar ativamente da identificação, estudo e solução de problemas sociais e culturais, em nível nacional, regional e local, e estimular a integração de discentes, docentes e servidores técnico-administrativos em educação;
- VIII - promover o sentimento de solidariedade entre as pessoas, buscando soluções para a melhoria da qualidade de vida do ser humano e de sua integração com o meio ambiente (UNIFAL, 2007b, p. 2).

E por finalidade, “como instituição pública”:

Produzir, sistematizar e socializar o saber científico, tecnológico e filosófico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da

construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UNIFAL, 2007, p. 6).

Com essa finalidade, busca atender as tendências de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), acreditando, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2007 – 2010, responder, efetivamente, às demandas educacionais da sociedade e participar dos problemas e desafios impostos pelo desenvolvimento local, regional e nacional ao longo do seu processo de crescimento como instituição de ensino superior (UNIFAL, 2008). É que, como consta nesse plano, é uma “instituição de ensino dinâmica e contemporânea, atuante na produção de novos conhecimentos científicos e tecnológicos e com forte articulação com o meio social” (UNIFAL, 2007, p. 8). Nas ações institucionais propostas, “leva em consideração as medidas legais do Ministério da Educação, promulgadas nos últimos anos” (UNIFAL, 2007, p. 9). Assim, “entre as diversas questões abordadas são fundamentais” a:

[...] Necessidade de incrementar a qualidade dos cursos existentes e de outros que venham a ser criados [...]; Necessidade de inserção das IES, por seus cursos e programas, nas condições de vida da população, com a finalidade de refletir sobre suas ações e reajustá-las conforme necessidades da comunidade e as Exigências de aumento da eficiência e da eficácia dos recursos aplicados para fazer frente às novas demandas da sociedade brasileira. Isto implica no desenvolvimento de novas formas de gestão institucional, sobretudo no que se refere às áreas administrativas, de recursos humanos e financeiros (UNIFAL, 2007, p. 9 – 10).

Na proposta institucional, a gestão universitária é ponto central, “adotando neste sentido a simplificação dos processos administrativos, porém mantendo uma integridade gerencial norteada pelos seus propósitos de uma escola superior pública” (UNIFAL, 2007, p. 24). Assim, para o alcance desses propósitos, a UNIFAL adota algumas diretrizes, entre as quais destaca-se a “melhoria e fortalecimento dos padrões de eficiência e eficácia da gestão didático-científica, administrativa, financeira, patrimonial e dos recursos humanos utilizando a flexibilidade que o princípio da autonomia universitária faculta às instituições federais de ensino” (UNIFAL, 2007, p. 25).

A adesão ao REUNI foi aprovada pelo Conselho Superior, por meio da Resolução nº 056/2007, de 07 de dezembro de 2007, e autorizada pelo MEC em 17/12/2007. Por conseguinte, na segunda chamada, o que definia sua implantação, conforme o cronograma estabelecido no Decreto nº6.096/2007, a partir do 2º semestre de 2008 (BRASIL, 2008, p. 5). A aprovação do Plano de Reestruturação e Expansão da instituição ao REUNI, conforme Viana (2010, p.114),

inaugurou uma nova etapa do processo de ampliação da UNIFAL-MG, que ficou conhecida como “Projeto de Expansão II”, e que intensificou ainda mais esse

processo de crescimento institucional uma vez que ele já ocorria a ritmos acelerados desde sua transformação em universidade, em 2005.

Com efeito, a expansão constituía um dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2007 – 2010), que eram os seguintes:

- ampliação de vagas, pela criação de cursos diurnos e noturnos, utilizando a estrutura institucional instalada, bem como a estrutura a ser construída em projetos de expansão institucional, para incluir aqueles de importância reconhecida na sociedade contemporânea e de grande relevância social;
- reorganização dos cursos já existentes visando a sua permanente atualização quanto aos conteúdos técnico-científico-profissionais exigidos pela sociedade brasileira e revisão do modelo de ensino, de modo a formar profissionais com as características exigidas pela sociedade contemporânea;
- aumento de eficiência e eficácia no uso de recursos materiais, financeiros e humanos;
- aperfeiçoamento e dinamização dos padrões de atendimento à comunidade em seu contexto de vida e no ambiente da UNIFAL-MG, por meio dos programas de extensão (UNIFAL, 2007, p. 10 – 11).

A nova etapa de expansão e reestruturação na UNIFAL, segundo Farias Júnior (2015), foi marcada por avanços tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo em todas as áreas de atuação: ensino, pesquisa e extensão. Em 2011, o Plano de Desenvolvimento Institucional - 2011-2015, reafirma a missão institucional já expressa desde 2007:

Promover a formação plena do ser humano com base nos princípios da reflexão crítica, da liberdade de expressão, da solidariedade nacional e internacional, comprometendo-se com a justiça, a inclusão social, a democracia, a inovação e a sustentabilidade socioambiental, gerando, sistematizando e difundindo o conhecimento (UNIFAL, 2011, p. 7).

Com base nessa missão institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2011 – 2015 apresenta a forma de gestão em dois objetivos: o primeiro, dividido em oito metas, visava modernizar e otimizar a gestão universitária. As metas eram:

1. Ampliar programas de capacitação e qualificação na área administrativa para servidores.
2. Mapear, modernizar e otimizar os processos administrativos e principais atividades dos setores.
3. Aprimorar a gestão descentralizada em consonância com a política institucional.
4. Aperfeiçoar o sistema de avaliação institucional de maneira a torná-lo mais eficaz para as áreas específicas e utilizá-lo como diagnóstico para definição de ações e políticas.
5. Implantar políticas de dimensionamento e alocação de pessoal, considerando aspectos quantitativos e qualitativos.
6. Aprimorar os meios de comunicação com a comunidade interna, intercampi e externa.
7. Criar e implantar um programa de segurança para os *Campi*.
8. Desenvolver e implantar políticas para gestão ambiental (UNIFAL, 2011, p. 16).

O segundo objetivo consistia em otimizar e ampliar a infraestrutura da instituição, por meio de seis metas a serem alcançadas, listadas abaixo:

1. Mapear as áreas dos campi otimizando estruturalmente e conceitualmente o uso da infraestrutura física.
2. Ampliar a captação de recursos públicos e privados.
3. Aprimorar e ampliar a infraestrutura de redes de computadores.
4. Criar, aprimorar e ampliar a infraestrutura para realização de eventos nos campi.
5. Aprimorar os meios de transporte para acesso aos *Campi* por meio da interlocução com o poder público e empresas privadas de prestação de serviços.
6. Desenvolver estratégias de expansão contínua das áreas físicas dos *Campi* da UNIFAL-MG (UNIFAL, 2011, p. 17).

Esses dois objetivos, *modernizar e otimizar a gestão universitária e otimizar e ampliar a infraestrutura da instituição*, conforme apresentado no Plano de Desenvolvimento – PDI 2011 – 2015, configuram uma “gestão descentralizada, democrática e colegiada em todos os níveis institucionais” (UNIFAL 2011, p. 24). Para a instituição:

Essa configuração organizacional imprime grande complexidade à gestão universitária e aos seus processos decisórios, exigindo dos gestores esforço permanente para conjugar o respeito às deliberações majoritárias e a definição e implementação de políticas institucionais, em ambiente que mobiliza grande diversidade e abrangência de recursos humanos e condições materiais para a realização das atividades-fim (UNIFAL, 2011, p. 24).

Para implementar essa forma de gestão, foi necessária a:

1. criação dos novos regimentos internos das Pró-Reitorias, unidades acadêmicas, órgãos de apoio e órgãos suplementares;
2. criação de normatizações, principalmente para a área administrativa;
3. descentralização dos recursos de custeio para as unidades acadêmicas;
4. descentralização dos recursos de capital para as unidades acadêmicas;
5. ampliação da participação das unidades acadêmicas e administrativas na elaboração da proposta orçamentária, incluindo as dos campi fora de sede;
6. vinculação da proposta orçamentária às metas e ações do PDI;
7. qualificação da gestão acadêmica e administrativa em todos os níveis;
8. consolidação da política de desenvolvimento institucional como parte integrante do processo de planejamento que avalia e acompanha o PDI;
9. utilização dos sistemas integrados de informação para subsidiar a tomada de decisões da gestão universitária;
10. implantação de mecanismos de comunicação interna e externa mais eficiente (UNIFAL, 2011, p. 24).

A implementação desse planejamento é o que se expõe a seguir.

4.1.2 Dados e Números da UNIFAL após a implementação do REUNI

A UNIFAL, durante a implementação do REUNI, ampliou sua infraestrutura, no número de servidores, na oferta de cursos, vagas e matrículas. Sua infraestrutura, como evidenciado na Figura 1, passou, em 2008, de uma área construída de 26.158,34m², sendo 26.017,94m² da sede da instituição e 140,40 m² da Unidade Educacional II, para, em 2012, 70.305,81m², sendo 40.345m² da sede e, 10.410,23m² da Unidade Educacional II, 11.472m² do Campo de Poços de Caldas e 8.078,58m² do Campus de Varginha, o que corresponde a um

crescimento de área construída de 168%, com a implementação do Programa, conforme os dados disponibilizados pela instituição (UNIFAL, 2013).

Figura 1: Fotos da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL- MG, em 1914 e em 2014.



Fonte: UNIFAL, 2014.

O número de servidores da UNIFAL, em 2008, era de 379, sendo 185 técnico-administrativos e 194 docentes. Em 2012, esse quadro passou para 738 servidores, sendo 272 técnico-administrativos e 466 docentes. Esse resultado reflete um crescimento de 94,7% no total de servidores da instituição em relação ao início do REUNI, conforme exposto na Tabela 19.

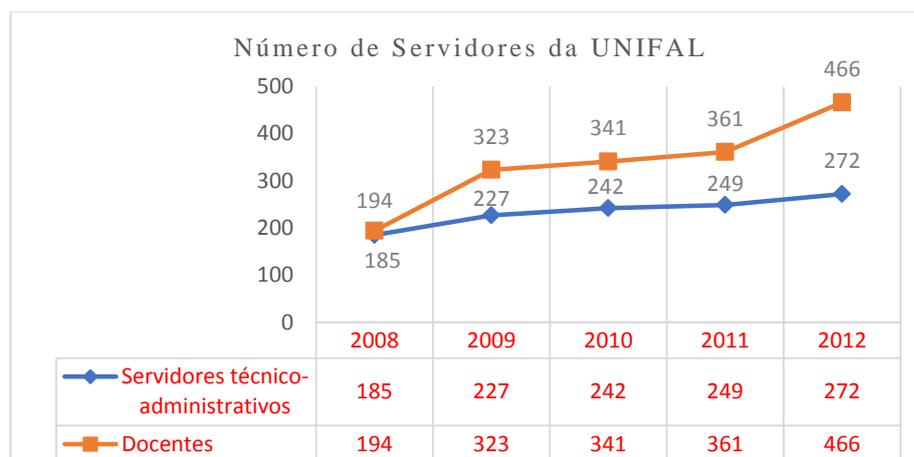
Tabela 19 – Síntese dos Resultados do Setor Administrativo da UNIFAL - Programa REUNI 2008 – 2012

CARGOS	2008	2009	2010	2011	2012	Crescimento em %
Servidores técnico-administrativos	185	227	242	249	272	47,02%
Docentes	194	323	341	361	466	140,20%
Total de servidores	379	550	583	610	738	94,72%

Fonte: UNIFAL (2017).

Esse crescimento pode ser evidenciado ao se comparar o dos servidores técnico-administrativos que foi de 47,02%, com o dos docentes que foi de 140,2%, conforme demonstrado no Gráfico 44, no período de implementação do REUNI.

Gráfico 44 – Número de Servidores da UNIFAL - Programa REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: UNIFAL (2017)

O número de cursos, vagas, matrículas na graduação presencial, na pós-graduação e o dos concludentes, conforme exposto na Tabela 20, aumentou ao longo da implementação do REUNI (2008 a 2012).

Tabela 20 – Síntese dos Resultados do Ensino da UNIFAL após Adesão ao Programa REUNI, 2008 – 2012

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	Crescimento em %
Número de cursos de graduação presencial	16	30	30	29	29*	81,25%
Número de vagas	645	1.489	1.529	1.499	2.039	216,12%
Número de matrículas - graduação presencial	2.472	3.531	4.028	5.259	5.828**	135,76%
Número de concludentes	246	281	443	602	700	184,5%

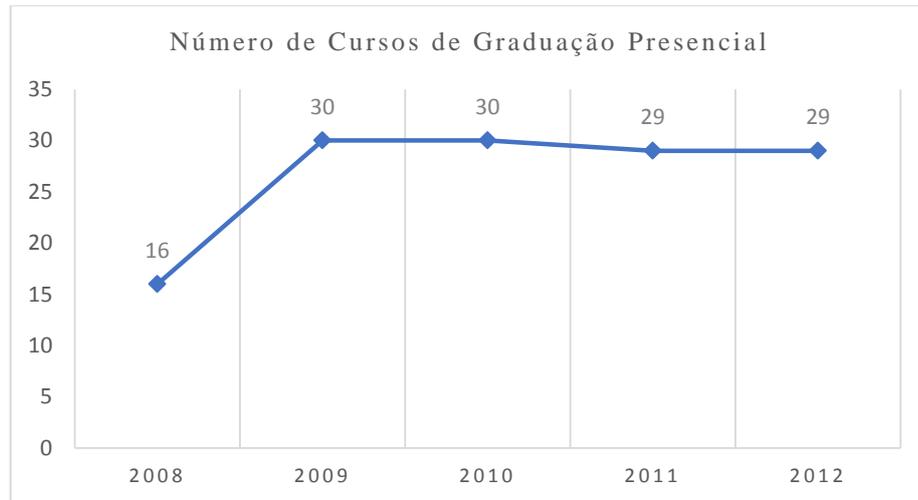
Fonte: UNIFAL (2017)

*Não estão incluídos os cursos de graduação a distância

** Não estão incluídas as matrículas dos cursos de graduação a distância.

Em 2008, eram ofertados 16 cursos de graduação presencial, já em 2012, este total passou para 29 cursos, o que representa um crescimento de 81,25%, de 2008 a 2012, desconsiderando-se os ofertados pela Educação a Distância (EAD), que não fazem parte do REUNI, como demonstrado no Gráfico 45.

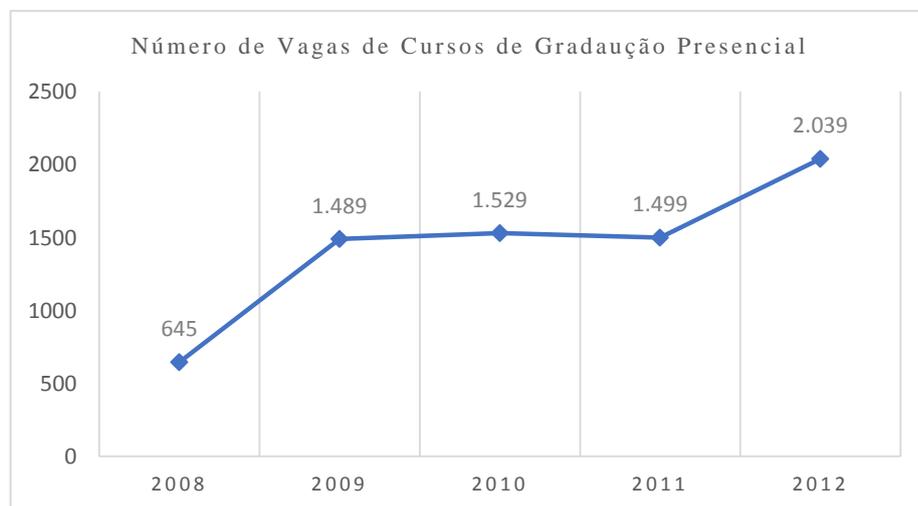
Gráfico 45 – Número de Cursos de Graduação Presencial da UNIFAL, após Adesão ao Programa REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: UNIFAL (2017).

O número de vagas em curso de graduação presencial, em 2008, era de 645, e passou, em 2012, para 2.039, o que corresponde a um crescimento de 216,1%, como pode ser observado no Gráfico 46.

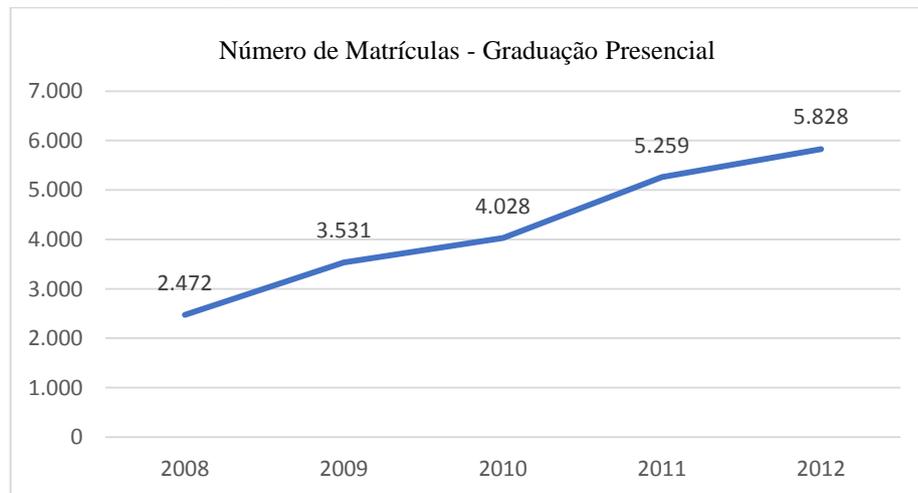
Gráfico 46 – Número de Vagas de Graduação Presencial da UNIFAL, após Adesão ao Programa REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Em relação ao número de matrículas dos cursos de graduação presenciais, em 2008, a UNIFAL tinha 2.472 matrículas e passou a ter, em 2012, 5.828, o que corresponde a um crescimento de 135,46%, em relação ao início do Programa, conforme exposto no Gráfico 47.

Gráfico 47 – Número de Matrículas na Graduação Presencial da UNIFAL após adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012



Fonte: UNIFAL (2017).

As matrículas noturnas, como evidenciado na Tabela 21, uma das exigências do REUNI na adesão, em 2008, era de 482, o que correspondia a 19,5% do total de matrículas nos cursos presenciais, que era de 2.472. Em 2012, já eram 2.208, um crescimento representando 37,9% do total de matrículas.

Tabela 21 – Resultados do Número de Matrículas no Ensino Superior da UNIFAL, Programa REUNI 2008 – 2012

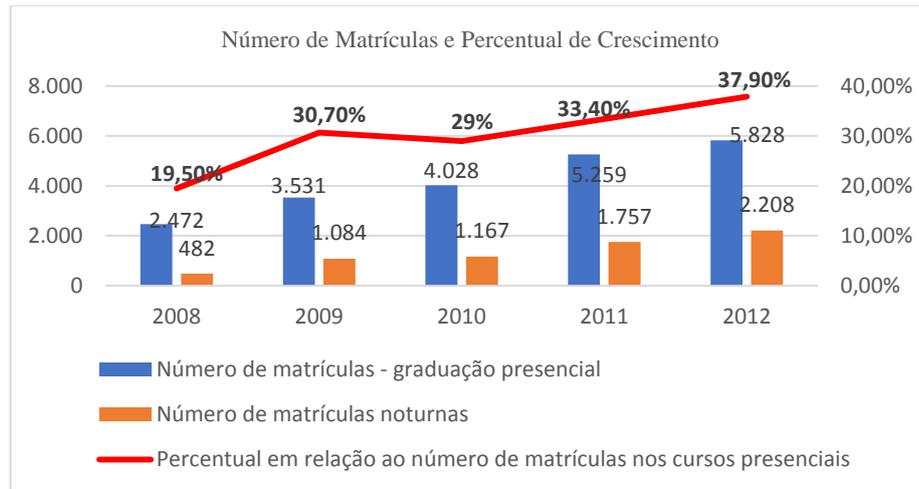
Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	Crescimento em %
Número de matrículas - graduação presencial	2.472	3.531	4.028	5.259	5.828	135,76%
Número de matrículas noturnas	482	1.084	1.167	1.757	2.208	358,09%
Percentual em relação ao número de matrículas nos cursos presenciais	19,5%	30,7%	29%	33,4%	37,9%	-

Fonte: UNIFAL (2017)

*Não estão incluídos os cursos de graduação a distância.

Isso fica evidenciado, conforme exposto no Gráfico 48, que apresenta o percentual de matrículas noturnas em relação ao total de matrículas nos cursos presenciais da instituição que, em 2008, foi de 19,5%, em 2009, de 30,7%, em 2010, de 29%, em 2011, de 33,4%, e, em 2012, de 37,9%.

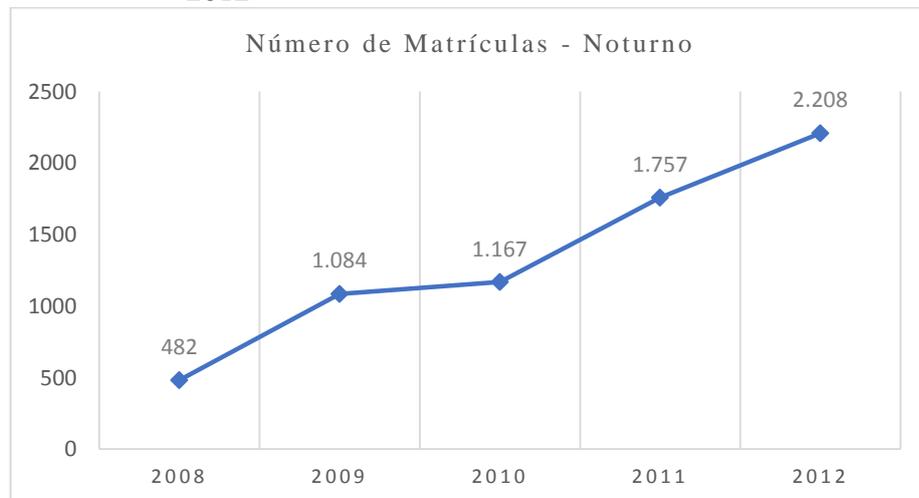
Gráfico 48 – Percentual de Matrículas Noturnas em Relação ao Total de Matrículas nos Cursos Presenciais da UNIFAL após Adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012



Fonte: UNIFAL (2017).

As matrículas noturnas, como evidenciado no Gráfico 49, passaram de 482 para 2.208, um crescimento de 350,09%.

Gráfico 49 – Número de Matrículas Noturnas da Graduação Presencial da UNIFAL após Adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012



Fonte: UNIFAL (2017).

O crescimento também foi verificado na pesquisa e na pós-graduação. Em 2008, eram ofertados 2 cursos de mestrado. Já em 2012, o total de cursos de pós-graduação aumentou para 13, sendo 2 de doutorado e 11 de mestrado, o que corresponde a um crescimento de 550%, em cinco anos, conforme demonstra a Tabela 22.

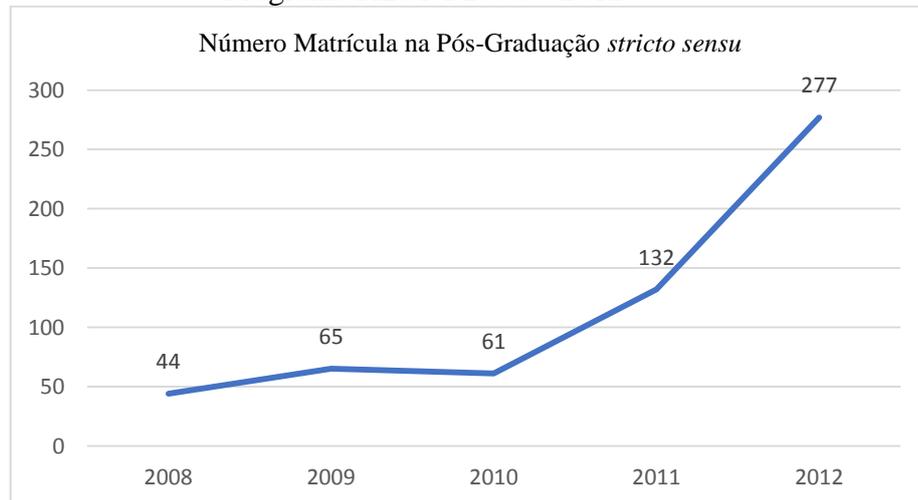
Tabela 22 – Síntese dos Resultados da Pós-Graduação da UNIFAL - Programa REUNI 2008 – 2012

Indicadores	2008	2009	2010	2011	2012	Crescimento em %
Número de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	2	4	5	8	13	550%
Número de matrículas na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	44	65	61	132	277	529,54%

Fonte: UNIFAL (2017)

Em 2008, o número de matrículas na Pós-Graduação era 44, em 2012, esse número foi de 277 matrículas, representado um crescimento de 529%, conforme demonstrado no Gráfico 50.

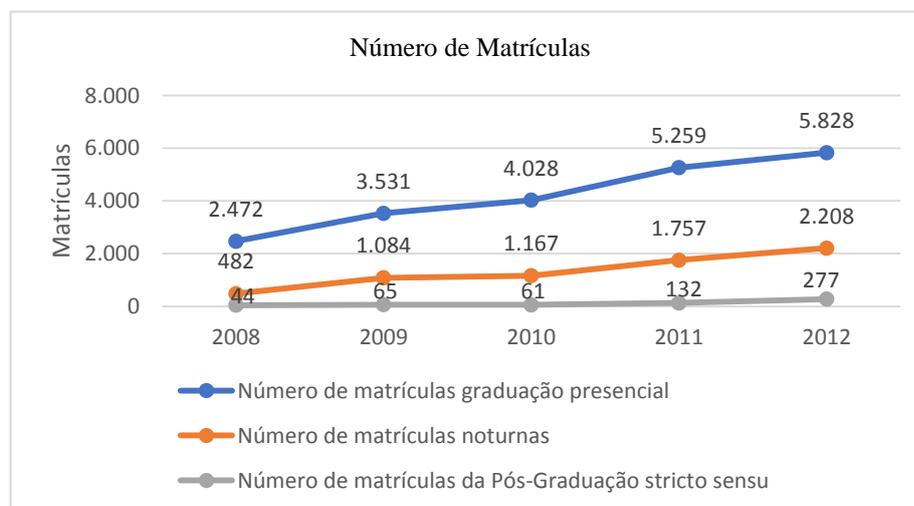
Gráfico 50 – Número de Matrículas da Pós-Graduação da UNIFAL - Programa REUNI 2008 – 2012



Fonte: UNIFAL (2017).

Ao comparar o crescimento do número de matrículas da graduação presencial noturna e da pós-graduação *stricto sensu*, observa-se que, em todos, o crescimento foi superior a 20%, que era o mínimo que as IFES deveriam aumentar no prazo de cinco anos, sendo, na graduação presencial, de 216,1%; nas matrículas noturnas, o aumento foi de 350,09% e, na pós-graduação, de 529,54%, conforme exposto no Gráfico 51.

Gráfico 51 – Síntese do Número de Matrículas da UNIFAL - Programa REUNI, 2008 – 2012



Fonte: UNIFAL (2017).

Quanto aos recursos para essa expansão, de acordo com o “acompanhamento e a execução orçamentária institucional”, de responsabilidade da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento (UNIFAL, 2013), conforme demonstrado na Tabela 23, em 2008, não houve dotação e créditos para execução, tendo início somente em 2009.

Tabela 23 – Alocação de Recursos para Despesas de Custeio e Capital da UNIFAL - Programa REUNI. 2008 – 2012

Período	Dados Orçamentários		
	Previsão		Execução
	Dotação e Créditos	Plano de Metas	Executado
2008	-	-	-
2009	4.710.797,00	4.710.797,00	4.710.663,77
2010	9.220.478,00	9.220.478,00	9.217.065,00
2011	4.688.169,50	4.688.764,00	4.688.380,00
2012	12.202.336,00	12.202.336,00	12.199.058,00

Fonte: UNIFAL, 2013, p. 71.

Em 2009, a dotação e os créditos eram de R\$ 4.710.797,00, sendo executado o valor de R\$ 4.710.663,77, ficando um crédito de R\$ 133,23. Em 2010, essa dotação e os créditos aumentaram 95,73% em relação ao ano anterior, ficando em R\$ 9.220.478,00 e sendo executados R\$ 9.217.065,00. Já em 2011, o valor da dotação e os créditos voltaram à variação de 2009, ficando em R\$ 4.688.169,50, e sendo executados R\$ 4.688.380,00, um valor maior

em R\$ 210,50. Ao final do Programa, em 2012, a dotação e os créditos foram de R\$ 12.202.336,00, que é 150,02% maior que a dotação e créditos de 2009, e sendo executados R\$ 12.199.058,00.

Esses resultados confirmam que a UNIFAL teve, ao longo da implementação do REUNI (2008 a 2012), um crescimento no número de servidores de 47,02%. Em relação ao número de vagas dos cursos de graduação presencial, o aumento foi de 216,12%; de cursos de graduação, foi 81,25%; de matrículas nos cursos presenciais, de 135,76%; e, no número de concludentes, de 184,5%. Por conseguinte, o crescimento no número de ingressantes e concludentes, que são os dados que compõem a Taxa de Conclusão de Curso da Graduação – TCG, não comprometeram o alcance da taxa que foi de 108,5%, demonstrando que, a implementação do REUNI gerou resultados positivos para a instituição.

4.2 A IMPLEMENTAÇÃO DO REUNI NA INSTITUIÇÃO COM PIOR RESULTADO EM RELAÇÃO À TAXA DE CONCLUSÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL – TCG.

4.2.1 Histórico institucional da UFRA

A Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) é uma instituição de ensino superior sediada na cidade de Belém-PA, e com outros campi nas cidades de Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu. Sucessora da Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), foi credenciada pela Lei nº 8.290, publicada no Diário Oficial da União, de 05 de dezembro de 1945. Em 1972, foi transformada em Faculdade de Ciências Agrárias pelo Decreto nº 70.268, vinculada ao Ministério da Educação, sendo considerada uma das mais antigas Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica na área de Ciências Agrárias da região Norte (UFRA, 2017).

Em 2002, transformou-se em Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), configurando-se como uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída por meio da Lei nº 10.611, de 23/12/2002, publicada no Diário Oficial da União, em 24/12/2002, tendo como missão institucional: “Formar profissionais de nível superior, desenvolver e compartilhar cultura técnico-científica através de pesquisa e extensão, oferecer serviços à comunidade e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da Amazônia” (UFRA, 2007, p. 4). Desde sua fundação como Escola de Agronomia da Amazônia (EAA), permanece nas mesmas instalações, conforme exposto na Figura 2.

Figura 2: Universidade Federal Rural da Amazônia.



Fonte: <https://www.facebook.com/ascomufra>.

A UFRA, como toda universidade, é dotada de autonomia, a fim de garantir, conforme o art. 2º do Estatuto, “a liberdade de pensamento, a livre produção e transmissão do conhecimento e a autogestão racional de seus recursos e meios para o fiel atendimento aos princípios e às normas estabelecidas na legislação em vigor” (UFRA, 2003, p. 4-5). Isso se expressa em autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. A primeira, nos termos do art. 4º, “consiste na liberdade para estabelecer políticas e concepções pedagógicas na produção e disseminação do conhecimento, observando as normas federais”. A segunda, conforme o art. 5º, “consiste na capacidade de auto-organização e de edição de normas próprias, no que concerne à escolha de seus dirigentes e à administração de recursos humanos e materiais” e a terceira, conforme o art. 6º, consiste “na capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais, postos a sua disposição pela União ou recebidos em doação, bem como os serviços e produtos oferecidos pela Instituição, desde que mantenha o princípio da gratuidade”. Essas últimas, conforme o art. 3º, “decorrem e estão subordinadas à autonomia didático-científica, como meios de assegurar a sua efetividade” (UFRA, 2003, p. 4 – 5).

A adesão ao REUNI, em 2007, expressou o exercício dessa autonomia tendo em vista “atender aos interesses da sociedade e buscando se fortalecer e consolidar como instituição especializada em Ciências Agrárias” (UFRA, 2008, p. 5).

Para isso, o Plano de Reestruturação e Expansão da UFRA, aprovado em dezembro de 2007 pela Comissão de Homologação do REUNI/SESu/MEC, previa: a criação de novos cursos de graduação no seu Campus Central, em Belém, e nos municípios de Paragominas e Parauapebas, ampliação dos cursos de Zootecnia em Parauapebas e de Agronomia em Capitão Poço, com mais de 525 vagas na sede e no interior.

O cumprimento desse Plano implicaria o aporte, pelo “Governo Federal de R\$ 64.364.636,18 (sessenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e dezoito centavos) para aplicação em custeio e investimentos, no período de 2008-2012” (UFRA, 2007, p. 6).

A UFRA tem, conforme o art 2º, do Regimento Geral (2003), a seguinte estrutura “Conselhos Superiores, Reitoria, Pró-Reitorias e Institutos, unidades correspondentes a áreas de conhecimento no âmbito de atuação da instituição, com a finalidade perfeitamente definida e funções próprias de organização acadêmica” (UFRA, 2003, p. 1).

Para a execução das funções acadêmicas, conforme o art. 53 do mesmo documento, além dos departamentos e setores administrativos, a estrutura organizacional da UFRA conta com quatro institutos temáticos: o Instituto de Ciências Agrárias (ICA), o Instituto Ciberespacial (ICIBE), o Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos (ISARH) e o Instituto de Saúde e Proteção Animal (ISPA), “que são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão e têm caráter inter, multi e transdisciplinar em áreas do conhecimento” (UFRA, 2017, s.p.).

A realização das atividades tem como base o Planejamento Estratégico Institucional – PLAIN, que corresponde ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da instituição, que estabeleceu como missão “formar profissionais qualificados, compartilhar conhecimentos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (UFRA, 2014, p. 12). E, como visão, “ser referência nacional e internacional como universidade de excelência na formação de profissionais para atuar na Amazônia e no Brasil” (UFRA, 2014, p. 12), por meio da

ampliação significativa de número de cursos de graduação e pós-graduação, de oferta de vagas e de formação de profissionais qualificados e ajustados ao mercado configurado pelos arranjos produtivos locais e pelas cadeias produtivas de âmbito local, regional, nacional e internacional (UFRA, 2014, p. 5).

Com essa ampliação, a instituição almeja ser “reconhecida na região Norte, no Brasil e no exterior, pela sua trajetória de formação de recursos humanos, produção de pesquisas e difusão de conhecimentos. É considerada uma referência no ensino de ciências agrárias da Amazônia” (UFRA, 2014, p. 8). E, ao longo da sua trajetória, como instituição de ensino, conseguiu “a inserção no mercado de trabalho de 71% dos egressos entre 2002 e 2012, sendo que 7% estão trabalhando como empreendedores e consultores e 22% estão à procura de emprego (UFRA, 2014, p. 8).

Essa trajetória de formação de recursos humanos, produção de pesquisa e difusão do conhecimento tem

a política de gestão da UFRA, como regra nas Instituições de Ensino Superior (IES), segue os princípios do modelo de administração pública gerencial, que se vincula ao desenvolvimento tecnológico, abertura e expansão dos mercados e a dinâmica de globalização da economia (UFRA, 2014, p. 11).

Assim, “a gestão da UFRA está orientada para a obtenção de resultados, com indicadores de desempenho de todas as ações, de modo a demarcar sua trajetória de expansão multicampi pela eficiência no desempenho de suas atividades” (UFRA, 2014, p. 11).

Os resultados da implementação desse planejamento é o que se expõe a seguir.

4.2.2 Dados e números da UFRA após a implementação do REUNI

Os resultados apresentados pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a partir de 2008, sobre o número de servidores mostra que foram realizados concursos públicos, viabilizando a contratação de 05 servidores técnico-administrativos e 12 docentes. Tais contratações foram “necessárias para comportar as novas demandas institucionais que ocorrerão em função da ampliação de número de cursos de graduação na Universidade, no período de 2009 a 2012” (UFRA, 2008, p. 11).

O número de servidores da UFRA, conforme exposto na Tabela 24, em 2008, era composto por 602 servidores, sendo 438 (72,7%) de técnico-administrativos e 164 (27,3%) de docentes. Em 2012, ao término do REUNI, o total de servidores era de 694, sendo 424 (61,0%) técnico-administrativos e 270 (38,9%) docentes, conforme exposto na Tabela 24.

Tabela 24– Número de Servidores Técnico-Administrativos e Docentes da UFRA no Programa REUNI 2008 – 2012.

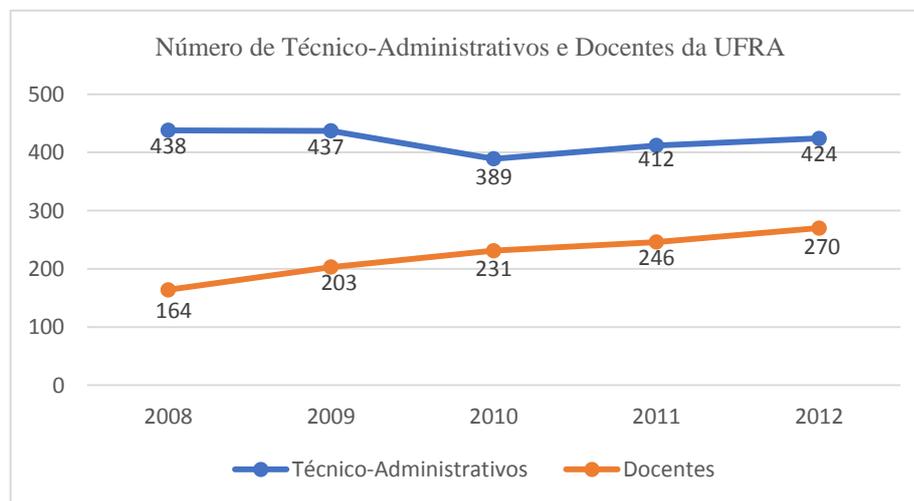
CARGOS	2008	2009	2010	2011	2012	Crescimento em %
Servidores técnico-administrativos	438	437	389	412	424	- 3,19%
Docentes	164	203	231	246	270	64,63%
Total de servidores	602	640	620	658	694	15,28%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Esses resultados mostram que o número de servidores técnico-administrativos reduziu 3,19%, no período de 2008 a 2012, já o número de docentes cresceu 64,63%. Com isso, o

total de servidores passou de 602, em 2008, para 694, em 2012, apresentando um crescimento de 15,28% ao final da implementação do REUNI, conforme evidenciado no Gráfico 52.

Gráfico 52 – Número de Servidores Técnico-Administrativos e Docentes da UFRA no Programa REUNI, 2008 – 2012.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

O número de cursos, vagas, matrículas e de concludentes, como exposto na Tabela 25, teve comportamento distinto, apresentando crescimento nos três primeiros e reduzido no último. O número de cursos de graduação presenciais oferecido em 2008 era 9, passou para 11, em 2009, crescimento de 22,2%, mas reduziu em 11%, em 2010, quando ofereceu apenas 10 cursos. Em 2011, contudo, voltou a crescer 30% em relação ao ano anterior, passando a ofertar 13, e, em 2012, cresceu 55,5% em relação a 2008, dispondo de 14 cursos, conforme os dados expostos na Tabela 25.

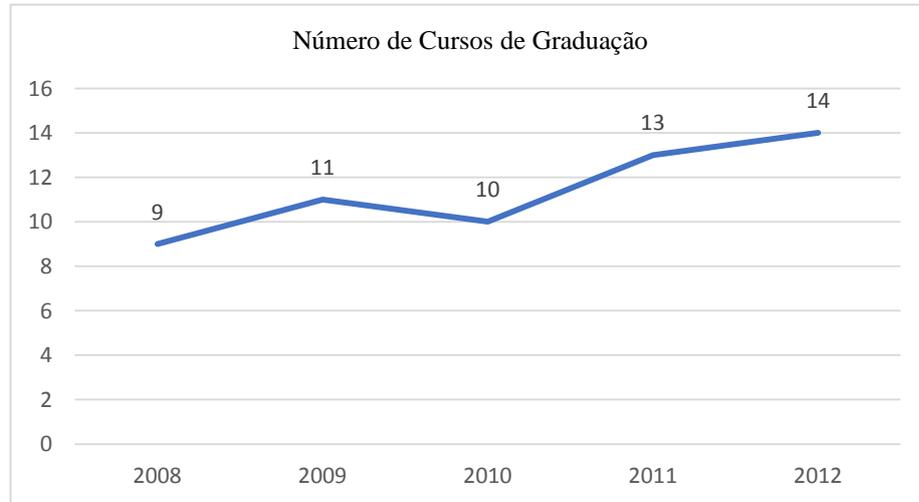
Tabela 25 - Síntese dos Resultados do Ensino da UFRA após Adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012

INDICADORES	2008	2009	2010	2011	2012	Crescimento em %
Número de cursos de graduação	9	11	10	13	14	55,5%
Número de vagas	560	680	650	800	870	55,35%
Número de matrículas - graduação presencial	1.813	2.138	2.375	2.794	3.075	69,6%
Número de concludentes	236	256	246	260	202	- 14,4%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

Esse crescimento no número de cursos de graduação presencial fica evidenciado no Gráfico 53, que apresenta a trajetória de 2008 a 2012.

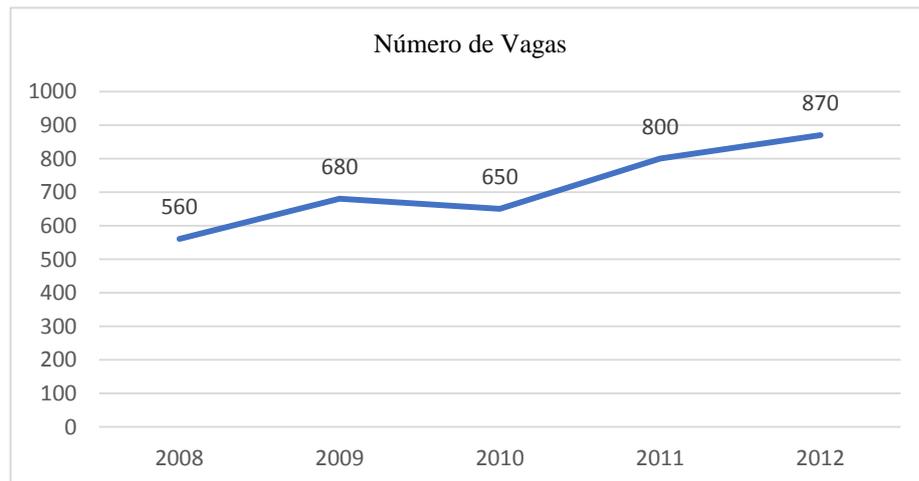
Gráfico 53 – Número de Cursos de Graduação Presencial da UFRA Programa REUNI 2008 – 2012.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

O número de vagas ofertadas, como mostra o Gráfico 54, foi de 560, em 2008; em 2009, de 680; em 2010, de 800; e, em 2012, de 870, evidenciando um crescimento de 55,5% entre 2008 e 2012.

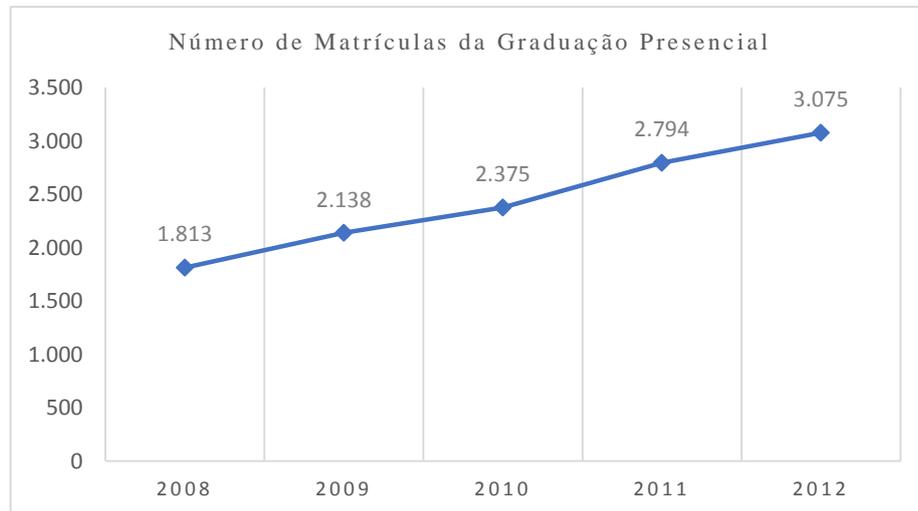
Gráfico 54 – Número de Vagas Ofertadas na Graduação Presencial da UFRA - Programa REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

O número de matrículas da graduação presencial passou de 1.813, em 2008, para 3.075, em 2012, conforme demonstra o Gráfico 55, o que corresponde a um crescimento de 69%, com a implementação do Programa REUNI na UFRA.

Gráfico 55 – Número de Matrícula da Graduação Presencial da UFRA - Programa REUNI, de 2008 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse da Educação Superior de 2004 a 2012.

O número de cursos e matrículas de pós-graduação da UFRA cresceu, respectivamente, 125% e 440,4%, conforme demonstrado na Tabela 26.

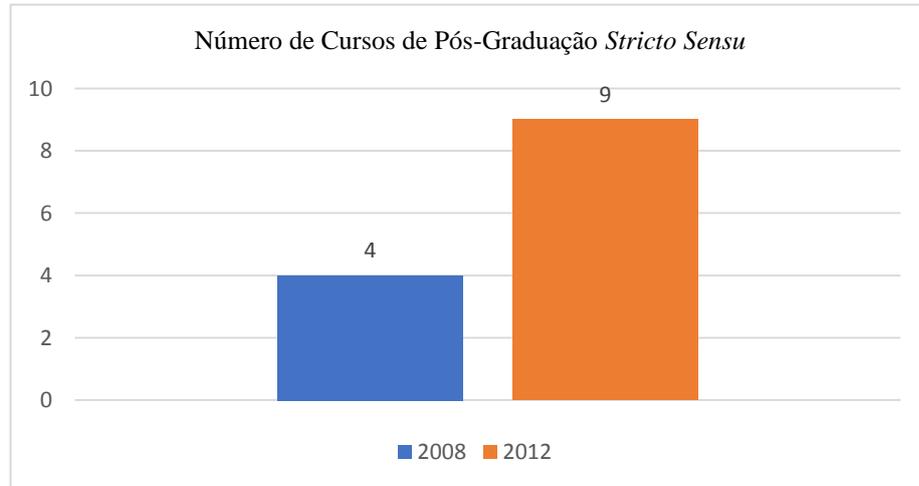
Tabela 26 – Número de Cursos e Matrículas da Pós-Graduação da UFRA após adesão ao Programa REUNI 2008 – 2012

INDICADORES	2008	2012	Crescimento em %
Número de cursos da pós-graduação	4	9	125%
Número de matrículas da pós-graduação	224	376	40,4%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse da Educação Superior de 2008 a 2012.

A oferta do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* passou de 4 cursos, em 2008, “sendo 3 mestrados – Agronomia, Ciências Florestais e Botânica – e 1 doutorado – em Ciências Agrárias – todos credenciados e reconhecidos pela CAPES com conceitos 3, 3, 3 e 4, respectivamente” (UFRA, 2009, p. 29), para 9 cursos, em 2012, o que corresponde a um aumento de 125% no número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* entre 2008 e 2012, como apresentado no Gráfico 56.

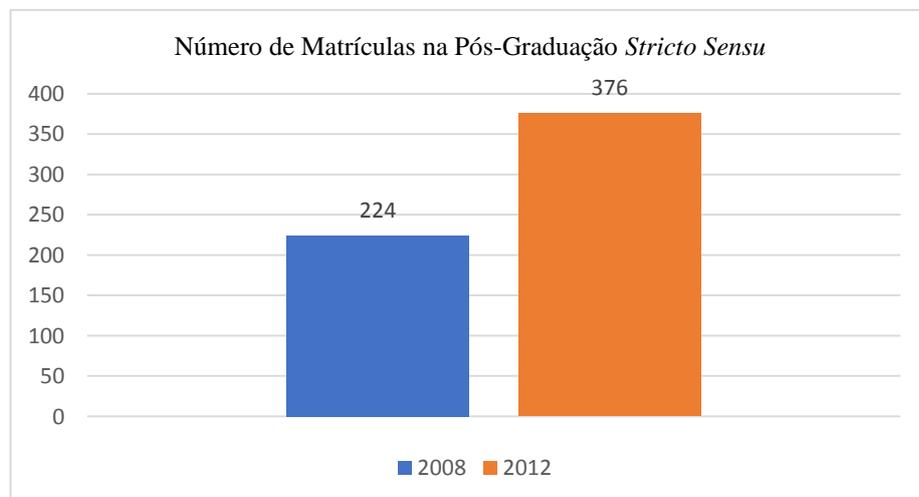
Gráfico 56 – Número de Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFRA - Programa REUNI, 2008 – 2012



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse da Educação Superior de 2008 a 2012.

Em 2012, dos 9 cursos ofertados de pós-graduação, 6 eram de mestrado, o dobro do que tinha em 2008, e 3 de doutorado, três vezes mais do que tinha no início do REUNI. As matrículas também cresceram, saindo de 224 alunos, em 2008, para 376, em 2012, o que corresponde a um crescimento de 40,4%, como demonstrado no Gráfico 57.

Gráfico 57 – Número de Matrículas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFRA - Programa REUNI, 2008 – 2012



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Sinopse da Educação Superior de 2008 a 2012.

Os recursos financeiros disponibilizados em 2008, quando o REUNI se iniciou na UFRA, totalizaram R\$ 483.157,31, valor superior em 32,64%, como demonstrado na Tabela 27, à previsão da receita inicial de R\$ 157.722,00.

Tabela 27 – Balanço Orçamentário da UFRA no Primeiro Ano de Adesão ao Programa REUNI, 2008

TÍTULOS	RECEITA				DESPESAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
SUBTOTAL	157.722,00	157.722,00	483.157,31	325.435,31	61.436.086,00	69.255.995,00	64.528.441,22	4.727.553,78

Fonte: Adaptado dos dados do Relatório de Gestão 2008, p. 71.

Em 2012, a instituição não apresentou o Balanço Orçamentário no mesmo formato de 2008. No Relatório de Gestão de 2012, na programação de despesas correntes, o total foi de R\$ 115.776.869,00, sendo R\$ 86.762.770,00 com pessoal e encargos sociais e R\$ 27.001.150,00 (UFRA, 2013, p.42). Em relação ao total de recursos investiram-se, na pós-graduação, em 2012, R\$ 3.980.511,26 (UFRA, 2012, p. 18).

Esses resultados confirmam que a UFRA teve comportamentos distintos em relação aos resultados alcançados ao longo da implementação do REUNI (2008 a 2012). No número de servidores, o aumento foi de 15,28%. Em relação ao número de vagas dos cursos de graduação presencial, o aumento foi de 55,35%; nos cursos de graduação, foi 55,5%; no de matrículas nos cursos presenciais foi de 69,6%. Já em relação ao número de concludentes, houve um declínio de 14,4%. Esse declínio pode ser observado no resultado da Taxa de Conclusão de Curso da Graduação – TCG, que foi de 36,0%, sendo os dados para aferição o número de ingressantes cinco anos antes e o de concludentes. Por conseguinte, a meta não foi alcançada e o crescimento do número de vagas de 310 foi inferior ao proposto no Plano de Reestruturação aprovado em 2007, que previa um alcance de mais de 525 vagas ao final de cinco anos.

5 LEGADO DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS DO REUNI NA TAXA DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO – TCG, NAS IFES COM O MELHOR E O PIOR DESEMPENHO

Este tópico apresenta, de forma sintética, a definição do legado ou *feedback* das políticas, apresentando os conceitos, os resultados do legado ou *feedback* da política por meio da análise da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, nas instituições com o melhor e o pior alcance, examinando a influência desse desempenho nos resultados alcançados com o REUNI.

5.1 LEGADO DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS DO REUNI NA UNIFAL E UFRA

As políticas sociais, conforme Skocpol e Amenta (1986, p. 149), uma vez promulgadas e implementadas, [...] “alteram as agendas públicas e os padrões de conflitos grupais através dos quais as mudanças nas políticas subsequentes ocorrem”. Isso é o que os autores denominam de legado das políticas prévias ou *feedback* das políticas, uma das perspectivas teóricas, segundo eles, que, diferentemente daquelas que enfatizam as influências econômicas (industrialismo, capitalismo) ou políticas (partidos, grupos e movimentos sociais), se voltam para o exame das influências das “estruturas organizacionais e capacidades dos estados e os efeitos políticos de políticas anteriores”. São estudos que, segundo os autores (SKOCPOL; AMENTA, 1986, p. 147), centram-se no Estado, tendo-o como ator “parcialmente autônomo e, como consequências, as estruturas e conjuntos de políticas”.

O legado das políticas prévias, denominado por Skocpol e Amenta (1986, p. 150) como “efeitos das políticas sociais nas políticas”, consiste, para Sátyro (2007, p. 81), na “capacidade de políticas prévias determinarem a margem de ação e a capacidade de barganha de um dado governante”. Desse modo, “a política pública, em um tempo t , estaria relacionada com a política pública realizada num tempo anterior ($t - 1$), ou seja, “escolhas passadas determinariam escolhas presentes” (SÁTYRO, 2007, p. 81). Assim, as políticas sociais não apenas teriam potencial para transformar a política, como influenciariam a formulação e desenvolvimento de outras políticas sociais. Os resultados da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação -TCG das IFES foram influenciados pelo desempenho anterior dessas instituições?

O exame da situação da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, conforme a Portaria nº 552 SESu/MEC 2007, do REUNI, de 2003 a 2007, nas instituições com o melhor e o pior resultado ao final do Programa, mostram, como exposto na Tabela 28, que a média da

UNIFAL, antes do REUNI, era de 92,1%, variando de 101,1% a 102,3%, depois, de 87,4%, variando de 76,8% a 108,5%. Já a média da UFRA, antes do REUNI, era 68,2%, variando de 62,6% a 64,72%, e depois, de 53,8%, variando de 56,1% a 36,0%.

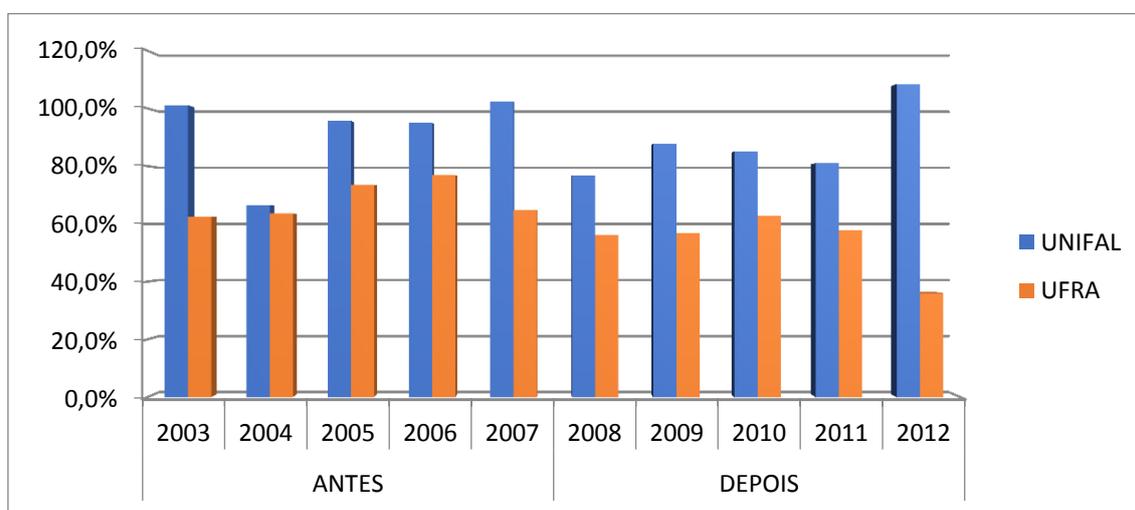
Tabela 28 – Taxa de Conclusão de Curso de Graduação antes e depois do Processo de Implementação do Programa REUNI de 2003 a 2007, e de 2008 a 2012

IFES	TAXA DE CONCLUSÃO DO CURSO ANTES DO REUNI					MÉDIA
	2003	2004	2005	2006	2007	
UNIFAL	101,1%	66,42%	95,7%	95%	102,3%	92,1%
UFRA	62,6%	63,63%	73,6%	76,94%	64,72%	68,2%
	TAXA DE CONCLUSÃO DO CURSO DEPOIS DO REUNI					MÉDIA
	2008	2009	2010	2011	2012	
UNIFAL	76,8%	87,8%	85,1%	81,0%	108,5%	87,84%
UFRA	56,1%	56,8%	62,8%	57,7%	36,0%	53,8%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 1999 a 2012.

Verificou-se que, depois da implementação do REUNI, a Taxa de Conclusão de Curso da Graduação – TCG, reduziu-se nas duas instituições e que, enquanto a UNIFAL já tinha taxa superior à meta, em 2007 (maior 12 pontos percentuais), a UFRA estava distante da meta quase 25,2 pontos percentuais. Por conseguinte, se por um lado as duas tiveram dificuldades de alcançar a meta, por outro, como evidenciado no Gráfico 58, a situação da UNIFAL já era melhor do que a da UFRA. Inclusive, desde 2005, já apresentava resultados superiores a 90%, portanto, já entrou no REUNI alcançando a meta que o Programa estabelecia.

Gráfico 58 – Taxa de Conclusão de Curso de Graduação na UNIFAL e na UFRA antes (2003 a 2007) e depois (2008 a 2012) da Implementação do Programa REUNI



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 1999 a 2012.

Isso significa, como dizem Tonegutti e Martinez (2008), que essa era uma meta “problemática”. Para os autores, é uma meta “completamente deslocada da realidade educacional, não só do Brasil como também da grande maioria dos países desenvolvidos” (TONEGUTTI; MARTINEZ, 2008, p. 7). E justificam afirmando que “somente um país do mundo, o Japão, possui índice nesse patamar, mas num contexto educacional e socioeconômico completamente diverso do nosso” (TONEGUTTI; MARTINEZ, 2008, p. 7).

Todavia, em que pesem essas considerações, a UNIFAL ultrapassou a meta em 2012, e sua média ficou próximo ao patamar estabelecido pelo Programa, sugerindo que ele é possível de ser alcançado. O exame dos fatores considerados no cálculo da Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, ingressantes e concludentes, mostrou, dados expostos na Tabela 29, que, enquanto o número de ingressantes da UNIFAL cresceu 642,5%, com 280, em 2003, para 2.079, em 2012, a UFRA cresceu 190%, com 300 ingressantes em 2003, passando para 870 em 2012. Quanto ao número de concludentes, que é o outro dado do cálculo da Taxa de Conclusão de curso de Graduação – TCG, constatou-se que, antes do REUNI, de 2003 a 2012, o crescimento foi de 22,9% na UNIFAL (de 283 a 348 concludentes) e de 23,9%, na UFRA (de 188 para 233 concludentes). Já no período após a implementação do REUNI, de 2008 a 2012, a UNIFAL apresentou um crescimento de 184,55%, com 246 concludentes, em 2008, e 700 em 2012. No entanto, a UFRA apresentou um declínio de 14,4%, com 236 em 2008, e 202, em 2012.

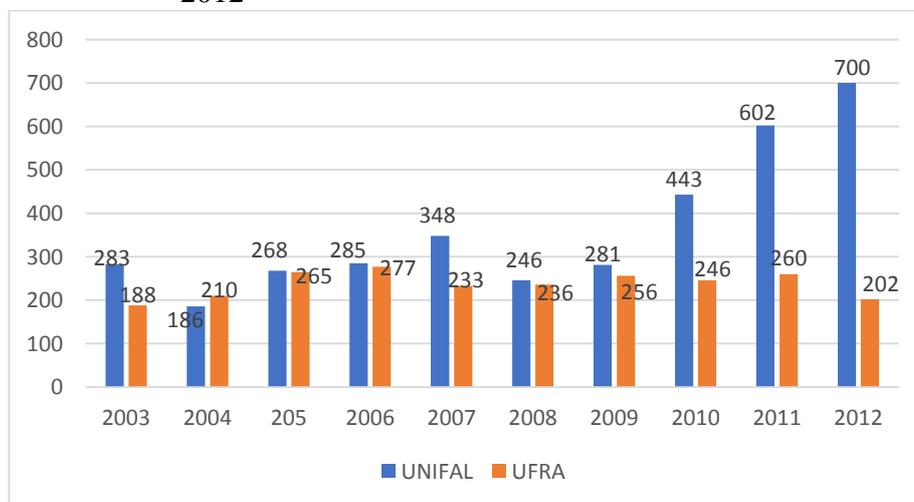
Tabela 29 – Evolução do Número de Ingressantes e Concludentes nas IFES UNIFAL e UFRA, de 2003 a 2012

IFES	NÚMERO DE INGRESSANTES DE 2003 A 2012									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
UNIFAL	280	340	320	520	765	645	1.489	1.529	1.499	2.079
UFRA	300	360	450	420	450	560	680	650	800	870
IFES	NÚMERO DE CONCLUDENTES DE 2003 A 2012									
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
UNIFAL	283	186	268	285	348	246	281	443	602	700
UFRA	188	210	265	277	233	236	256	246	260	202

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2003 a 2012.

Isso pode ser evidenciado no Gráfico 59 que mostra o número de concludentes da UNIFAL e da UFRA de 2003 a 2012.

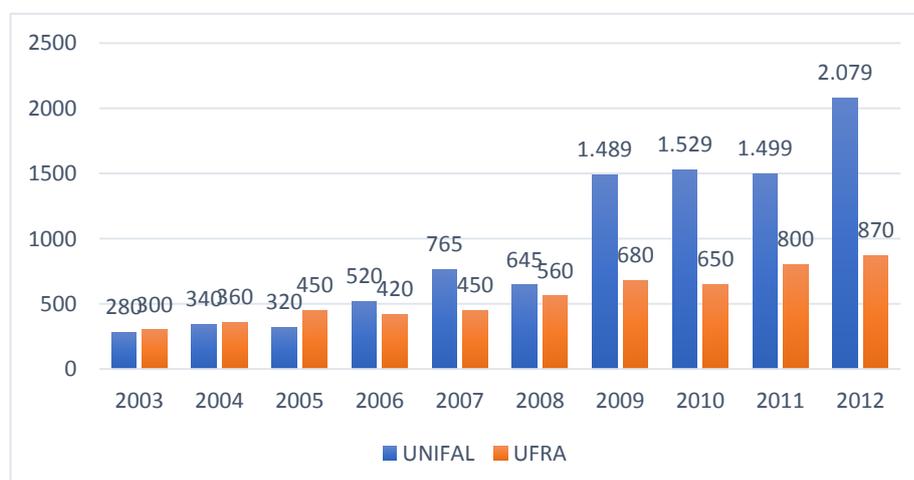
Gráfico 59 – Número de Concludentes da UNIFAL e da UFRA de 2003 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2003 a 2012.

A UNIFAL, como demonstrado no Gráfico 60, aumentou 452,5 pontos percentuais a mais do que a UFRA, no número de ingressantes e 139,9 pontos no de concludentes. Assim, enquanto para cada quatro novos ingressantes, tinha-se um concludente na UNIFAL, na UFRA, eram quase 26 ingressantes para cada concludente. Logo, apesar do maior número de ingressantes na UNIFAL, o número de concludentes, ainda que não fosse igual, se aproximava mais do que na UFRA. Cumpre ressaltar que, no início do REUNI, enquanto a UNIFAL não tinha alunos retidos, isto é, sem concluir no tempo padrão do curso, ingressaram 280, em 2003, e concluíram 348, em 2007; na UFRA, dos 300 que ingressaram, apenas 233 concluíram.

Gráfico 60 – Número de Ingressantes da UNIFAL e da UFRA de 2003 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados das IFES contidos na Sinopse da Educação Superior, de 2003 a 2012.

Com efeito, os resultados apresentados pelas instituições denotam que a UNIFAL apresenta uma situação favorável para o alcance da meta antes da implementação do REUNI, com uma Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG de 101,1%, em 2003, de 101,1% e 102,3%, em 2007. A situação na UFRA, ao contrário, era desfavorável para o alcance desse indicador, pois, antes da implementação do REUNI, apresentava uma Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG de 62,6%, em 2003, e de 64,72%, em 2007. Por conseguinte, o legado das condições prévias, isto é, o desempenho das instituições, antes da implementação do REUNI, favoreceu o alcance da meta pela UNIFAL, em 2012, e desfavoreceu a UFRA. Isso, contudo, não significa que condições anteriores favorecedoras tenham sido determinantes para o sucesso, pois 6 instituições que tinham a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG favoráveis no início (UFT, UFMG, UFJF, UFU, UNIFESP, UFTM) não alcançaram a meta ao final do Programa.

6 CONCLUSÃO

Este estudo voltou-se para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que foi a concretização de uma política pública expansionista para o ensino superior, instituída por meio do Decreto n.º 6.096, de 24/04/2007 (BRASIL, 2007), pelo governo federal com base nas ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE/2007 (BRASIL/MEC, 2007c).

O Programa REUNI previa, como objetivo, a ampliação do acesso e da permanência na educação superior por meio do aumento de vagas na graduação presencial e, como meta global, a elevação da Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação Presencial – TCG para 90% e do aumento da relação de aluno professor de 18 para 1.

Avaliaram-se os resultados alcançados na Taxa de Conclusão de Curso de Graduação Presencial – TCG, calculando-os de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Portaria n.º 552 SESu/MEC 2007. Para isso, partiu-se da contextualização do REUNI na política educacional do governo, consignada no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), no processo de implementação estabelecido no Decreto n.º 6.096/2007 e em suas regulamentações: a Portaria n.º 552 SESu/MEC 2007 e o Documento das Diretrizes Gerais do REUNI (2007). A implementação teve início com a adesão das instituições por meio de um Plano que definia: o propósito da adesão, os meios de alcance da meta proposta no Programa, as estratégias usadas pelas instituições para o cumprimento das dimensões estabelecidas, a forma de acompanhamento e execução dos dados para a Plataforma PingIFES e o cronograma de execução. O Programa foi aceito, segundo o relatório do Ministério da Educação de 2009 (BRASIL/MEC, 2009), por 53 das 54 instituições existentes.

Após o período estabelecido para a implementação, 2008 a 2012, constatou-se que a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação Presencial – TCG saiu da faixa de 67 a 90 em 57% das IFES para 44 a 67 em 58,5%. Por conseguinte, antes da implementação, mais da metade tinha a TCG superior a 67%; após a implementação, mais da metade tinha menos de 67%, existindo apenas uma instituição que, em 2012, tinha a taxa de 90%, desejada pelo Programa, a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL, localizada na cidade de Alfenas em Minas Gerais.

Esses resultados foram evidenciados pela média e pelo desvio padrão e coeficiente de variação. A média nacional que, em 2008, era de 63,8%, passou a ser de 55,9%, em 2012. Por conseguinte, não apenas inferior à do início do Programa, mas também menor (34,1 pontos percentuais) do que o desejado pelo Programa. O Desvio Padrão variou de 24,3, em 2008,

para 21,2, em 2012, demonstrando que, em 2008, os resultados eram mais distantes da média do que no seu final, isto é, a situação era mais heterogênea antes do que depois da implementação do Programa. Quanto ao Coeficiente de Variação, ficou entre 38,2% e 37,9%, apontando grande dispersão e indicando heterogeneidade entre as beneficiárias quanto a esse critério.

A situação é diversa entre as beneficiárias em cada ano; algumas alcançaram a meta durante a vigência do Programa, como: UFT, UFPA, UFAL, UFMA, UFERSA, UFCSPA, UFES, UFMG, UFJF, UFLA, UFU, UNIFESP e a UFTM, sendo exceções não apenas pelo reduzido número de instituições, ao longo dos cinco anos, mas, principalmente, porque não se configurou um padrão em nenhuma delas. Contudo, algumas ficaram, reiteradamente, isto é, em todas os anos, mais longe da meta do que outras. Em 2008, 5 instituições ficaram próximas da meta; foram elas: a UFPel, com 85,1; a UFV, com 85,7%; a UFPO, com 89,3%; e a UNB, com 87,6%. Em 2009, foram 5 instituições: a UFMG, com 89,6%; a UFU, com 87,2%; a UNIFAL, com 87,8%; a UNIFESP, com 86,6%; e a UnB com 87,5%. Em 2010, as mais próximas da meta foram: UFMG, com 85,0%, e a UNIFAL, com 85,1%; as demais ficaram com resultado inferior a 85% da meta. Em 2011, foram apenas 3 instituições: UFJF, com 86,2%; a UFU, com 87,3%; e a UnB, com 87,8%. Em 2012, além da UNIFAL, com 108,5%, outro resultado mais próximo da meta foi o da UFCSPA, com 84,4%; as demais alcançaram resultado inferior ao alcance de 90%.

Portanto, a Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG, após o término da vigência do Programa em 2012, foi alcançada apenas pela UNIFAL.

A situação por região, analisada a partir das mesmas medidas, é a seguinte: na região Norte, a média foi de 48,3%, o desvio padrão de 10,2, e o coeficiente de variação de 21,0; na região Nordeste, a média foi 55,5%, o desvio padrão, 12,8, e o coeficiente de variação, 23,1%; na região Sul, a média foi de 62,9%, o desvio padrão de 12,8, e o coeficiente de variação de 20,3%; na região Sudeste, a média foi de 68,3%, o desvio padrão de 15,4, e o coeficiente de variação de 22,5; e na região Centro-Oeste, a média foi de 59,7%, o desvio padrão de 6,0, e o coeficiente de variação de 10,0. Por conseguinte, a maior média registrada deu-se na região Sudeste que apresentou o maior número de instituições (8 unidades) com 14 alcances aleatórios ao longo da implementação do REUNI. A menor média registrou-se na região Norte tanto no primeiro ano, 2008, com uma taxa de 58,4%, como no final, em 2012, com 48,3%, demonstrando assim o baixo alcance da região em relação à TCG.

É na região Sudeste que se localiza a Universidade Federal de Alfnas – UNIFAL, que foi a única que alcançou a meta prevista pelo Programa, melhor dizendo, ultrapassou-a com

uma Taxa de Conclusão de Curso de Graduação- TCG, de 108,5%. Na região Norte, localiza-se a instituição com o pior desempenho, a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, com um TCG de 36,0%.

Essas instituições têm histórias semelhantes, são sucessoras de escolas isoladas – uma originou-se na Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (1914) e a outra, na Escola de Agronomia da Amazônia (1945) – e se tornaram Universidade dentro de períodos de grandes mudanças no ensino superior; a UFRA em 2002, por meio da Lei nº 10.611/2002, e a UNIFAL, em 2005, por meio da Lei nº 11.154/2005. Mas diferenciam-se em relação à localização; a UNIFAL tem sede na cidade de Alfenas, interior de Minas Gerais, e a UFRA, na capital do Pará, na cidade de Belém e, principalmente, na implementação do REUNI. A oferta de cursos cresceu em ambas: na UNIFAL, a uma taxa de 81,25%, e, na UFRA, de 55,5%. O número de vagas cresceu 216,12%, na primeira, e 55,35%, na segunda; o número de matrículas na graduação presencial aumentou 135,46%, na UNIFAL, e 69,6%, na outra, apontando que, em relação a esse dado, o crescimento da instituição de Alfenas foi maior que o da instituição Rural da Amazônia na cidade de Belém. O crescimento maior da UNIFAL não impediu que ela alcançasse a TCG, face ao aumento do número de concludentes de 184,5%; na verdade, foi fator importante na aferição do parâmetro da meta.

Essas diferenças na TCG são anteriores ao REUNI. Na UNIFAL, a TCG, de 2003 e 2007, era de 101,1% e 102,3%, e, na UFRA, de 62,6% a 64,7%. Por conseguinte, mesmo com um crescimento de ingressantes de mais de 200%, a UNIFAL manteve o desempenho, enquanto que a UFRA reduziu a já reduzida taxa, saindo de 56,1%, em 2008, para 36,0%, em 2012, já apresentando uma diferença de 53,72%, no número de concludentes se comparado com o resultado da instituição com o melhor desempenho. Já no período de vigência do Programa, de 2008 a 2012, essa situação declinou ainda mais e, em 2012, a Taxa de Conclusão de Curso – TCG foi de 36,0%, o que corresponde a um declínio de 44,35% em relação ao resultado de 2003, que era de 62,6%.

Por conseguinte, a situação anterior influenciou para que a UNIFAL alcançasse a Taxa de Conclusão de Cursos de Graduação – TCG, estabelecida no Decreto, dado que já havia 348 concludentes em 2007, para o número de ingressantes cinco anos antes. Na UFRA, ainda que sua TCG fosse maior antes do que depois, já era inferior à meta 31,96%, conseqüentemente, ela teria mais dificuldade em cumpri-la. A ampliação propiciada pelo REUNI, ao contrário, reduziu seu desempenho, passando a ter 233 concludentes, em 2007, entre os que ingressaram cinco anos antes.

Portanto, a meta global, estabelecida no Decreto nº 6.096/2007, não foi alcançada, tendo a ampliação no número de ingressantes favorecida pelo Decreto contribuído negativamente no desempenho das IFES medido pela Taxa de Conclusão de Curso de Graduação – TCG. Não se pode negar, contudo, que a ampliação do acesso ao ensino superior ocorrida nesse período, de 2008 a 2012, além de não ter decorrido do aumento de eficiência das IFES, como desejava o Programa, agravou as condições existentes, reduzindo o desempenho, medido pela TCG, em 71,69% das instituições, inclusive naquelas que apresentavam melhor desempenho.

Isso, se por um lado, atesta os efeitos de implementação da política, evidenciando as limitações de sua formulação, por outro, aponta para a necessidade de continuação da investigação, enfocando as dinâmicas internas de cada IFES e os fatores condicionantes dos resultados.

REFERÊNCIAS

- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Relatório de acompanhamento do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI)**. Brasília, 2010.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Reforma Universitária: proposta da ANDIFES para a reestruturação da educação superior no Brasil**. Brasília, 2003.
- ANDRADE, D. C. T. **Socialização organizacional em uma IFES mineira em tempos de REUNI**. 2011. 119f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras. Lavras-MG, 2011.
- ANTEZANA, N. L. **Ambiguidade no processo de implementação de políticas públicas**. 2013. 215f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2013.
- ARAÚJO, M.A.D.; PINHEIRO, H.D. Reforma gerencial do Estado e rebatimentos no sistema educacional: um exame do REUNI. **Ensaio**, Belo Horizonte, v.18, nº69, p.647- 668, out/dez, 2010.
- ARAÚJO, R. S. **Implantação do Reuni na Universidade Federal do Pará: um estudo de caso do Campus Universitário de Altamira**. 2011. 278f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Pará, 2011.
- ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliação menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.
- ARRUDA, A. L.B. **Expansão da educação superior: uma análise do programa de apoio aos planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI) na Universidade Federal de Pernambuco**. 2011. 228f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.
- _____. O Reuni e a gestão das universidades públicas federais: em debate as 'novas' formas de administração. In: III Conferência do Forges - Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2013, Recife. **Política e Gestão da Educação Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa**, 2013. p. 1-11.
- BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In: MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. (Org.). **Caminhos para análise das políticas de saúde**. 2011. p. 138-172. Disponível em: <www.ims.uerj.br/ccaps.> Acesso em: 25 ago. 2016.
- BITTENCOURT, M.F.N. **Avaliação do processo de implementação de obras públicas em universidades federais: um estudo do programa REUNI**. 2015. 178f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Lavras. Lavras-MG, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 34(4), p. 55-72, 2000. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/608-RefGerencial_1995-RAP.pdf> Acesso em: 02 maio 2014.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007a. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, Seção 1, p. 7, 25 de abril de 2007.

_____. **Chamada Pública MEC/SESU Nº08/2007 - REUNI**. Brasília, 2007b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/minutareuni.pdf>> Acesso em: 4 out. 2016.

_____. Decreto Presidencial n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União, em regime de colaboração com municípios, Distrito Federal e Estados. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 abr. 2007c.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Diretrizes gerais do programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Brasília – DF, 2007d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Análise sobre a expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília, 2012.

CARDOSO, M. F. **A influência da nova gestão pública sobre o programa de apoio a plano de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI) no Nordeste brasileiro**. 2016. 306f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, Brasil, 2016.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In BARREIRA, M.C.R.N.; CARVALHO, M.C.B. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo, SP: IEE/PUC, 2001. p. 14 – 42.

FARIAS JUNIOR, A. E. **Impactos econômicos e financeiros da expansão da UNIFAL-MG para o município de Alfenas no período de 2002 a 2014**. 2015.145f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas. Varginha – MG, Brasil, 2015.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, jun. 2000, p. 211 – 259.

GREGÓRIO, J.R.B. **Política de pessoal docente do governo Lula: uma análise do REUNI na UFF e seus desdobramentos**. 2011. 259f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2003**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2004**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2005**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2006**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2007**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2008**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. MEC. SESu. DIFES. **Reuni 2008**: relatório de primeiro ano. Publicado em 30 de outubro de 2009.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2009**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2010**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2011**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior, 2012**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

KOGLIN, J. C. O. **Proposta e avaliação econômico-financeira do programa de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras na UFPEL**. 2011. 130f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas. Pelotas-RS, 2011.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de sociologia e política**, Curitiba – PR, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013.

LOTTA, G. S. **Implementação de políticas públicas: impactos dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no programa saúde da família**. 2010. 295p. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

LUGÃO, R. G. **Consequências, limites e potencialidades na implementação do Programa REUNI em IFES de MG: um estudo multicaso**. 2011. 85f. Dissertação (Mestrado em

Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2011.

MACIEL, D.A.S. **Políticas públicas e democratização educacional: acesso e permanência no ensino superior através do programa REUNI.** 2014. 121f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade da Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2014.

MARTINS, V. S. B. **O Reuni na UFMA e o favorecimento do acesso de alunos com deficiência ao ensino superior: questões para reflexão.** 2012. 111f. Dissertação (Mestrado de Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

MELO, N. P. S. B. **Políticas públicas, financiamento e democratização da educação superior: avaliação do Reuni da Universidade Federal do Tocantins.** 2011. 173f. Dissertação (Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2011.

MEDEIROS, L. G. M. **O Reuni – uma nova regulação da política de expansão da educação superior: o caso da UFPA.** 2012, 360f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2012.

MORAES, C. K. A.; SOUZA, M. L. Analisando o programa de apoio e planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI). **Revista Terceira Margem da Amazônia**, São Paulo – SP, v.1, n. 2, p. 145 – 164, São Paulo, 2012.

MOTA SOBRINHO, A. **Os limites e possibilidades do programa REUNI: um estudo de caso da experiência da UFT.** 2016. 190f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da Universidade do Tocantins. Palmas-TO, 2016.

NASCIMENTO, F.S. **Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do campus do litoral norte da Universidade Federal da Paraíba.** 2013. 147f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2013.

OLIVEIRA, A. J. **Programa REUNI nas instituições de ensino superior federal [IFES] brasileiras: um estudo da eficiência operacional por meio da análise envoltória de dados [DEA] no período de 2006 a 2012.** 2013. 146f. Dissertação (Mestrado em contabilidade) – Programa de Pós-graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

OLIVEIRA, A. L. D. **Fatores condicionantes do processo de implementação de políticas públicas e como se relacionam com a variação de desempenho: um estudo comparativo no contexto do Programa Luz para Todos.** 2012. 254f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília. Distrito Federal, 2012.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. Eficiência e eficácia na administração: proposição de modelos quantitativos. **Revista Unemat de Contabilidade**, Tangará da Serra – MT, v. 6, n. 11, p. 107 – 130, jan.-jun., 2017.

PEREIRA, L. C. B. **Reforma do Estado para a cidadania**: reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. São Paulo: Editora 34. Brasília: ENAP, 1998.

PEREIRA, R.L.A. **Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais brasileiras (REUNI): repercussões na expansão da UFRN**. 2012. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, Brasil, 2012.

ROCHA, A. V. **Probabilidade e estatística**. João Pessoa- PB: Editora da UFPB, Editor: Eduardo de Santana Medeiros Alexandre. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para aprender políticas públicas**. Conceitos e teorias. Brasília: IGEPP, 2012. Volume I

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, Maria Izabel Valladão de. (Orgs.). **O estudo da política**. Brasília: Paralelo 15, 1998, p. 231-260.

SABÓIA, R. M. **O Reuni na UFAM**: repercussões na gestão pedagógica. 2015. 185f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Amazônia. Manaus-AM, 2015.

SÁTYRO, N. G. D. **Política e instituições e a distância das políticas sociais nos estados brasileiros**: uma análise após a redemocratização. 2007. 181f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Doutorado do Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

SKOCPOL, T.; AMENTA, E. **States and social policies**. *Annual Review of Sociology*, v. 12, p. 131-157, 1986. Disponível em:
<<http://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.so.12.080186.001023>.> Acesso em: dez. 2017.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Análise de políticas: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador – BA, v.3, n. 1, p. 121 – 134, jan./jun., 2012.

SILVA, A. M. **Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**: o REUNI em Mato Grosso do Sul. 2011. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, Brasil, 2011.

SILVA, J. S.; CASTRO, A. M. D. A. Políticas de expansão para o ensino superior no contexto do REUNI: a implementação do Programa na UFRN. **HOLOS**, Natal, v. 6, n. 30, p. 206-224, 2014.

SILVA, P.A. **O REUNI na UFJF: um estudo sobre os principais desafios enfrentados pelos gestores**. 2013. 88f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG, Brasil, 2013.

SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno NEPP/UNICAMP**, Campinas, 2000, n. 48, p. 1-16.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

TONEGUTTI, C. A.; MARTINEZ, M. A universidade nova, o REUNI e a queda da universidade pública. www.apufpr.org.br/artigo/2007, consultado em, v. 10, 2008. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/EducacaoMII/Texto%209.pd>> Acesso em: 04 set. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Estatuto da Universidade Federal de Alfenas** – Alfenas- MG, 2007.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/ UNIFAL 2007-2010**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2007.

_____. **Relatório de gestão da UNIFAL de 2007**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2008.

_____. **Regimento geral da UNIFAL 2010**. Alfenas-MG, 2010.

_____. **Relatório de gestão da UNIFAL de 2009**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2011.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/ UNIFAL 2011-2015**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2011.

_____. **Relatório de gestão da UNIFAL de 2011**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2012.

_____. **Plano de metas da UNIFAL 2012**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2012.

_____. **Relatório de gestão da UNIFAL de 2012**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2013.

_____. **De EFOA a UNIFAL-MG: memórias de 100 anos de história**. Alfenas: UNIFAL-MG, 2014. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/centenario/antonio-martins-da-siqueira>> Acesso em: 05 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA. **Estatuto da Universidade Federal Rural da Amazônia**. Belém – PA, 2003.

_____. **Relatório de Gestão da UFRA de 2007**. Belém: UFRA – PA, 2008.

_____. **Relatório de gestão da UFRA de 2008**. Belém: UFRA – PA, 2009.

_____. **Relatório de Gestão da UFRA de 2008**. Belém: UFRA – PA, 2009.

_____. **Relatório de Gestão da UFRA de 2012**. Belém: UFRA – PA, 2013.

_____. **Planejamento estratégico institucional PLAIN 2014-2024**. Belém: UFRA – PA, 2014.

VIANA, G. M. **A construção social do currículo nas reformas do curso de licenciatura em ciências biológicas da Universidade Federal de Alfenas-UNIFAL – MG**. 2010. 201f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte - MG, 2010.